



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Murilo Mesquita Melo e Silva

**A REESTRUTURAÇÃO CONCEITUAL E TAXONÔMICA DOS *WEAK*
E *ROGUE STATES*: securitização do subdesenvolvimento e
instrumentalização política**

João Pessoa, 01 de Abril de 2013

Murilo Mesquita Melo e Silva

A REESTRUTURAÇÃO CONCEITUAL E TAXONÔMICA DOS *WEAK E ROGUE STATES*: securitização do subdesenvolvimento e instrumentalização política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual, como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

João Pessoa, 01 de Abril de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V –UEPB

S586r Silva, Murilo Mesquita Melo e.
A Reestruturação Conceitual e Taxonômica dos Weak e Rogue States:
securitização do subdesenvolvimento e instrumentalização política / Murilo
Mesquita Melo e Silva. – 2013.
122f. : il.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade
Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, 2013.
"Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Curso de
Relações Internacionais".

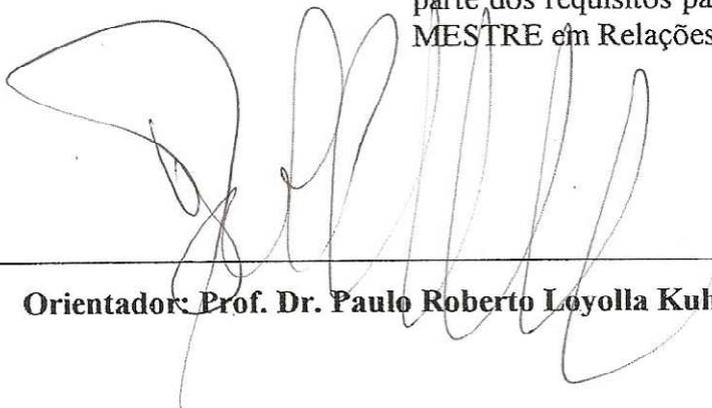
1. Weak states. 2. Rogue States. 3. Pós-colonialismo. I. Título.

21. ed. CDD 027

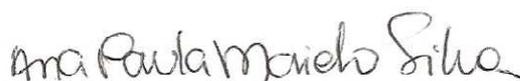
Murilo Mesquita Melo e Silva

A REESTRUTURAÇÃO CONCEITUAL E TAXONÔMICA DOS *WEAK E ROGUE STATES*: securitização do subdesenvolvimento e instrumentalização política

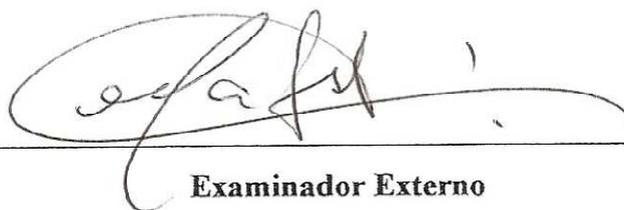
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual, como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais



Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann



Examinador Interno



Examinador Externo

João Pessoa, 28 de Março de 2013

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que desde sempre me apoiou ao longo da batalha que é a profissão dentro da Academia, me incentivando, me ajudando e me fortalecendo no trilhar dos meus estudos;

À minha família, à minha Voinha, às minhas tias Aninha e Mônica, à minha prima Beta, sem as quais a vida no intercâmbio em Portugal, teria sido ainda mais complicada.

À minha namorada, Elaine, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e dando força e compreensão durante a elaboração dessa Dissertação;

Às minhas amigas e amigos, principalmente aqueles que marcaram essa etapa da minha vida acadêmica, me incentivando a tomar mais fôlego no campo de estudo a que estou a caminhar, me dando suporte em momentos de crise e desalento que me ocorreram durante o processo de construção da Dissertação. Ao lembrar isto, menciono-os em ordem alfabética, para não oferecer nenhum tipo de indício de predileção: Carlos Alexandre, Carlos Augusto, Celso, Igor, Izabel, Gabriel, Giulia, Maria Rita, Mikelli.

Um agradecimento especial ao meu Professor-orientador, Prof. Dr. Paulo Kulhmann, com o qual criei além de uma frutífera relação professor-aluno, uma relação de amizade, que possibilitou uma convivência extremamente agradável, recheada de debates, conversas, questionamentos e não menos importantes, repreensões, que me ajudaram profundamente na construção dessa Dissertação e no aperfeiçoamento crítico na análise das Relações Internacionais;

Aos professores e colegas que fazem parte do Programa Pós-Graduação em Relações Internacionais, especialmente, Cristina Carvalho e Silvia Nogueira.

Ao professor da UFPB, Henrique Menezes, com o qual os debates sobre economia política internacional foram extremamente produtivos, no Grupo de Estudos em Economia Política Internacional;

À secretária do Programa, Alyne Benevides que, enquanto eu estava no Intercâmbio na Universidade de Coimbra, me ajudou com a burocracia da Universidade;

Aos professores da Universidade de Coimbra, especialmente a Teresa Cravo e José Manuel Pureza, que me proporcionaram enxergar e trabalhar com outras abordagens teóricas nas Relações Internacionais;

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar a formação e utilização das taxonomias estatais *weak states* e *rogue states* à luz da instrumentalização política das mesmas. A hipótese é que houve uma reestruturação conceitual e taxonômica dos *weak* para *rogue states* a partir da securitização do subdesenvolvimento dos *weak states* e da instrumentalização política da taxonomia *rogue states*. Na análise da hipótese foram utilizadas as abordagens pós-coloniais como substrato teórico-metodológico. Na análise dos *weak states* o objetivo é contextualizar o início do processo de construção da taxonomia *weak*, desde o processo de securitização do subdesenvolvimento. Na análise dos *rogue states* o objetivo é verificar o processo de construção dessa taxonomia e como ela se sustenta. Por fim, considera-se que não há uma reestruturação conceitual e taxonômica de forma unânime. Se, se aceitar as premissas do Estado Racional Moderno, alguns Estados podem ser considerados *weak*, mas não *rogue*, enquanto outros podem ser *rogue*, mas não *weak*. O que se verifica, no entanto, é a instrumentalização política das taxonomias, segundo os diagnósticos elaborados por atores externos ao Estado a ser catalogado, principalmente pelos Estados Unidos.

Palavras-Chave: Pós-Colonialismos. Weak States. Rogue States.

ABSTRACT

This Dissertation aims to analysis the formation and utilization of state taxonomies weak states and rogue states, according to their political instrumentalization. The hypothesis is that happened a conceptual and taxonomic restructuring from weak to rogue states since the securitization of underdevelopment of the weak states and of political instrumentalization of rogue states taxonomy. The analysis of hypothesis is based on postcolonial approaches as theoretic-methodologic substratum. In analysis of weak states the aim is to contextualize the beginning of construction of this taxonomy, since of underdevelopment securitization process. In analysis of rogue states the aim is verified the process of construction of rogue taxonomy and how maintains this process itself. As final considerations, there is not a conceptual and taxonomic restructuring so unanimous. If the assumptions of Rational Modern State were accepted, some States may be considered weak, but not rogue, while another may be called rogue, but not weak. It was found, however, the political exploitation of state's taxonomies, according to the diagnoses made by outside actors of state to be cataloged, especially by the United States.

Key-words: Post-colonialism. Weak States. Rogue States.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. MAPEANDO AS ABORDAGENS PÓS-COLONIAIS	14
1.1. Pós-Colonialismos: os conhecimentos subalternos	16
1.1.1. <i>A Zona do Ser (Norte Global) x Zona do Não-Ser (Sul global)</i>	20
1.1.2. <i>Colonialismo x Colonialidade</i>	22
1.1.3. <i>O fenômeno alteritário etnocêntrico</i>	23
1.2. Pós-Colonialismos e Segurança Internacional	25
1.2.1. <i>Estudos para a Paz</i>	27
1.2.1.1. <i>As abordagens Pós-Coloniais em Estudos para a Paz</i>	29
1.3. As taxonomias estatais	31
2. WEAK STATES: os Estados do Sul em questão	35
2.1. Um breve aporte sobre o Estado Racional Moderno	35
2.1.1. <i>A fragilidade do modelo central: weak states</i>	39
2.2. Os Weak States	42
2.2.1. <i>A classificação/categorização dos Weak States por 4 instituições</i>	49
2.3. O processo de securitização do subdesenvolvimento	61
2.3.1. <i>O Efeito Spillover das novas ameaças</i>	65
2.4. <i>Weak States a partir de uma abordagem que pretende ser mais crítica</i>	70
3. ROGUE STATES: o comportamento estatal em foco	74
3.1. Os Rogue States e a U.S. National Security Strategy	76
3.1.1. <i>A Doutrina Rogue State</i>	81
3.1.2. <i>A Fórmula Rogue</i>	83
3.1.3. <i>O Grupo Rogue Tradicional</i>	86
3.2. Contextualizando a utilização da taxonomia Rogue State	88
3.3. <i>Rogue States a partir de uma abordagem que busca ser mais crítica</i>	93
3.3.1. <i>Grupo Rogue Tradicional a partir de Caprioli e Trumbore</i>	98
3.3.1.1. <i>O Rogue State Index de Caprioli e Trumbore</i>	100
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem como tema os Estados que são conhecidos nas relações internacionais como *weak* e *rogue states*. O objetivo dela é analisar a formação e utilização dessas taxonomias de Estado a fim de verificar se houve uma reestruturação conceitual e taxonômica dos *weak* para *rogue states* a partir da securitização do subdesenvolvimento dos *weak states* e da instrumentalização política da taxonomia *rogue states*. Portanto, a problemática da pesquisa se envereda por questionar se houve essa reestruturação conceitual, buscar os motivos de dessa reestruturação e verificar quais são os estados representativos das taxonomias *weak* e *rogue states*. A partir dessa problemática formula-se a hipótese de que houve uma reestruturação conceitual e taxonômica dos *weak* para *rogue states* a partir da securitização do subdesenvolvimento dos *weak states* e da instrumentalização política da taxonomia *rogue states*, reflexo das relações de poder mundiais.

A Dissertação utiliza uma metodologia centrada numa abordagem qualitativa que emprega a Análise do Discurso para compreender os relatórios, documentos e bibliografia pertinentes. A escolha por essa metodologia acompanha a seguinte perspectiva: na análise do discurso é necessário compreender que a noção de tradição, que leva a determinado objeto o valor de “natural”, “visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos” (FOUCAULT, 2008: 23). Sob esse pressuposto, o discurso que é desenvolvido sob o símbolo da tradição, constrói significados que determinam a autoridade e a validade sobre um objeto específico, à revelia de todos os outros discursos.

Com esses fundamentos o discurso pode naturalizar determinadas características, que sirvam de interesses aqueles que estão a construir os discursos. Dessa forma, “é preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame (...). É preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares” (FOUCAULT, 2008 24).

Dada essa perspectiva, a análise do discurso a ser empregada tem como base “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; (...) estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado (...)” (FOUCAULT, 2008:31). Sendo assim, é de interesse da Análise do Discurso utilizar o que Foucault (2008) chama de formações discursivas, para interpretar e compreender como a “enunciação” está correlata à posição sócio-histórica daqueles que enunciam (MAINGUENEAU, 1997: 14).

Para isso, a Dissertação vai ao encontro das abordagens pós-coloniais com o intuito de dar sustentação teórica à análise das taxonomias que foram construídas para representar o que é denominado como Estados do Sul. A Dissertação, no primeiro capítulo, expõe que essas abordagens assumem um posicionamento político de enfrentamento ao pensamento tradicional ocidental de pretensão universalista, neutra e objetiva. Com as abordagens pós-coloniais tenta-se desmascarar, desmistificar e desnaturalizar esse pensamento dominante, de modo a inseri-lo dentro das relações sociais de poder. Dessa forma, tem-se que as abordagens pós-coloniais se comprometem com uma perspectiva de transformação e denunciam, segundo Grosfoguel (2009: 11) que todo enunciado é originado de um lugar, inserido numa estrutura de relação de poder que molda os significados e os significadores.

Dessa forma, são objetivos do primeiro capítulo: apresentar as abordagens pós-coloniais; explicar o que aqui é chamado de fenômeno alteritário etnocêntrico; definir o que são Estados do Sul; relacionar as abordagens pós-coloniais com as Relações Internacionais; explicar o uso do termo taxonomia nas Relações Internacionais.

Para compreender essas abordagens e a construção das taxonomias estatais relacionadas ao processo de falência e ao comportamento dos Estados nas relações internacionais é importante, segundo Pureza et al (2005:1) se ater a dois pontos que fogem das propostas da literatura dominante:

1) A construção de taxonomias estatais pressupõe um modelo de Estado Racional Moderno e de uma sistema internacional vestfaliano, construído dentro dos parâmetros da modernidade/colonialidade. Sendo assim, a classificação a partir do que se entende por falência estatal denota a aceitação de um único modelo de Estado, que transmite uma relação de poder e hegemonia sobre outras formas de Estado, consideradas não-modernas, o bárbaras, ineficientes. Sob tal configuração, se exhibe um claro viés ideológico, que “legitima um projecto de governação global do sistema mundial, traduzido num reordenamento radical do seu funcionamento interno e do seu relacionamento externo” (PUREZA, 2005: 1).

2) Com este projeto de governança global, a Periferia passa a representar não apenas o subdesenvolvimento, mas locais de constantes perigos e ameaças ao mundo civilizado ocidental.

Ao ser salientado isso, a Dissertação faz uma ligação entre essas abordagens pós-coloniais e os Estudos de Segurança Internacional, com o objetivo de elucidar a problemática por trás da construção das taxonomias estatais e suas ligações com a construção das ameaças à paz e à segurança da dita comunidade internacional. Ao fazer essa ligação, é exposto o

motivo, pelo qual se utiliza, com mais ênfase, o termo “taxonomia”, encontrado nas Ciências Biológicas, ao invés de termos como “categoria” ou “tipo” para se referir à classificação estatal.

Ao adentrar nas Ciências Naturais para capturar o termo “taxonomia” faz-se uma escolha diante do que as Relações Internacionais apresentam para compreender o Estado no meio internacional. Assim, mesmo que atualmente, essa terminologia, nas Ciências Naturais, venha cedendo espaço para o conceito de sistemática, por se compreender que há uma forte relação de interdependência que os sistemas nutrem com suas unidades, abrindo mão, portanto, de uma concepção determinista, é perceptível que nas Relações Internacionais, os Estados continuam sendo avaliados a partir de um olhar determinista, linear e evolucionista, que tem um padrão de formação e um modelo a ser atingido como condição para demonstrar o nível de complexidade que se alcançou.

Ao perceber essa característica nos discursos e nas políticas sobre e para os Estados dentro das relações internacionais, deu-se preferência ao uso crítico do termo taxonomia, que incorpora essa visão linear e evolucionista do pensamento ocidental. A exposição do motivo do uso do termo taxonomia é a ponte construída para entrar na análise dos *weak* e *rogue states*.

No segundo capítulo, é quando começam a ser analisadas as taxonomias estatais. Esse capítulo versa sobre os *weak states*, nele faz-se, inicialmente, uma compreensão sobre o modelo de Estado que se convencionou chamar de Estado Racional Moderno, aquele estruturado a partir das dos conceitos weberianos de monopólio legítimo do uso da violência, do processo tributário e da garantia de segurança doméstica frente à ameaças externas. Essas características foram tomadas como o substrato para o que pode ser considerado um Estado Racional Moderno, segundo o pensamento ocidental. A partir desse pensamento, é apresentado o debate a cerca do processo de fragilização estatal e de quais características o Estado deve apresentar para que esteja inserido no “caminho da falência”. Além do mais, se coloca em questão quais características inferem uma capacidade estatal que não consegue garantir uma estrutura de funcionamento tal qual o Estado Racional Moderno exige.

A partir dessa apresentação o leitor pode ser inserido mais a fundo na querela sobre os *weak states*. Nesse capítulo os objetivos são: contextualizar o início do processo de construção da taxonomia *weak*; discutir a taxonomia em questão; analisar os conceitos *weak* proporcionados pelos relatórios de quatro instituições e, decompor o processo de securitização do subdesenvolvimento. Dentro desses objetivos perpassa a busca pela problematização dessa

categoria de Estado e por características menos parciais para demonstrar como se dá e quais as consequências para o meio internacional do processo de falência do Estado.

Para isso, a categoria *weak* é contextualizada historicamente de modo a deixar evidente em que condições sociais e políticas esse tipo de Estado ascendeu em importância no cenário internacional. Ao identificar esse momento histórico pretende-se apresentar a dualidade entre aqueles Estados que são considerados Estados fortes (*strong states*), capazes de garantir suas funções dentro e fora do seu território e aqueles Estados, considerados fracos (*weak states*), que possuem um misto funcional, em que o mínimo de funções estatais não consegue garantir a manutenção das capacidades estatais, tampouco a segurança dos seus próprios cidadãos. Com estes dois tipos de Estado em foco são apresentados os relatórios de instituições como a *Brookings Institution*, o *Center for Global Development (CGD)*, a *United State Agency for International Development (USAID)* e a *Political Instability Task Force*, construída pelo Centro de Inteligência Americana (CIA).

Para que a dissertação não fique presa aos conceitos desenvolvidos por essas instituições, apresenta-se, nas partes finais dos capítulos que tratam das taxonomias, uma literatura crítica. No caso dos *weak states*, a inclusão dessa literatura tem o pensamento de Ayoob como base, o qual identifica os *weak states* dentro das dinâmicas da economia política internacional e percebe os motivos pelos quais a fragilidade desses Estados engendra um processo de securitização do subdesenvolvimento. Não obstante, esse pensamento mantém algumas concepções tradicionais que permite questionar se essa literatura segue uma linha crítica tal qual exposta pelas abordagens pós-coloniais.

A ideia de securitização da pobreza e do subdesenvolvimento é base para que os *weak states* sejam encarados como novas ameaças à paz e segurança internacionais e aos interesses dos Estados Unidos ao redor do mundo. A partir da noção de securitização da pobreza e do subdesenvolvimento dos Estados do Sul, especificamente os que são considerados *weak states*, consolida-se uma taxonomia que representa a ameaça daqueles Estados que se encontram reféns de sua falta de capacidade.

Devido a essa falta de capacidade, o suporte e apoio ao tráfico de armas e ao terrorismo internacional, os fluxos migratórios, os conflitos violentos, as pandemias e o efeito *spillover* que esses eventos podem acarretar para desestabilizar a região onde estão inseridos, leva os Estados, que convivem com esses cenários, a representar novas ameaças. Devido a essa representação de iminente ameaça, esses Estados passam a ser identificados sob a taxonomia *weak* que, securitizada, auxilia as dinâmicas das relações de poder da ordem internacional.

Esse processo de securitização é analisado também a partir dos relatórios que demarcam a *U.S. National Security Strategy* (U.S.N.S.S.) (Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos). Nesses relatórios é utilizada a Análise do Discurso de modo a verificar a formação discursiva que neles são construídas. Vale salientar, que a utilização desses relatórios é feita tanto no capítulo que versa sobre os *weak states*, quanto, e majoritariamente, no capítulo que trata dos *rogue states*.

Ao analisar esse processo de securitização dos *weak states* é apresentada a ideia de que há, simultaneamente, a construção de uma outra taxonomia, que serve para catalogar aqueles Estados que não mais se adequavam à condição *weak*. Mediante essa falta de consenso em representar os Estados a partir de sua falta de capacidade e fragilidade institucional, levanta-se, na hipótese, a ideia de que há uma reestruturação conceitual e taxonômica dos *weak states* para uma nova taxonomia, os *rogue states*.

Essa nova taxonomia é construída em cima de uma doutrina que compreende que alguns Estados do Sul apresentam um comportamento que não é normal perante as relações internacionais. O capítulo três, portanto, versa sobre a taxonomia *rogue state*, ele tem como objetivos: contextualizar o surgimento dessa taxonomia; determinar o que é a Doutrina e Fórmula Rogue; verificar quais países eram ou são considerados *rogue states*; apresentar uma abordagem que se pretende ser mais crítica aos *rogue states*; e analisar a validade dessa taxonomia estatal.

Assim, compreende-se que na década de 1980, concomitante ao processo de securitização da pobreza e do subdesenvolvimento, a taxonomia *rogue* vai sendo construída de modo a atingir os interesses de Política Externa do Ocidente, especificamente dos Estados Unidos. Para demonstrar isso utiliza-se os relatórios da *U.S. National Security Strategy*, por meio dos quais é possível identificar a construção da doutrina que rege a taxonomia *rogue state* e da fórmula que identifica quais comportamentos são considerados uma ameaça à paz e segurança internacionais. Através da Doutrina *Rogue* tem-se a base para a elaboração da fórmula que foi desenvolvida para ser capaz de identificar aqueles países que se comportam de forma anormal dentro das relações internacionais. Com a Fórmula *Rogue* identifica-se o que é considerado militarmente agressivo e irracional, pela Doutrina.

Ao ser apresentado as bases da taxonomia *rogue state* é possível identificar os países que tradicionalmente foram ou são considerados *rogue*. Através da construção do Grupo *Rogue Tradicional* é possível fazer um paralelo com Estados que possuem as mesmas características elencadas pela Fórmula, mas que não são catalogados dentro da taxonomia. Também com a utilização desse grupo é possível perceber se há Estados que são efetivamente

rogue ou se são considerados *rogue* devido ao discurso com os interesses políticos daqueles que classificam os Estados.

Na parte final do capítulo é apresentada a literatura que se pretende ser mais crítica, ou seja, que mesmo sendo construído com uma perspectiva crítica, não alcança o cerne do problema, na medida em que ainda se pauta em valores ocidentais para compreender aquilo que é considerado diferente. Então, por meio dessa abordagem é possível compreender como o final da Guerra Fria ajudou a construção da Doutrina e Fórmula *Rogue* e como o fim do conflito bipolar serviu de instrumento para que a Política Externa dos Estados Unidos levantasse um inimigo comum, que pudesse tomar o lugar do vazio deixado pelo *débaçle* da União Soviética. Com essa literatura, os *rogue states* são analisados mediante o que é estipulado pela sua Fórmula, mas com um olhar crítico e sem se perder nos interesses políticos que denotam a taxonomia.

Com base nos textos de Caprioli e Trumbore os *rogue states* são estudados a partir de uma abordagem que compreende suas realidades, no tocante as desigualdades de gênero. Com esses autores, a Fórmula *Rogue* é compreendida como um sinal de normas domésticas agressivas e desiguais que são externalizadas, o que gera um comportamento ameaçador, segundo o ponto de vista da comunidade internacional.

Para resolver a questão de insegurança, os autores formulam seu próprio índice de países que são considerados *rogue state*, a partir da Carta dos Direitos Humanos, o *Rogue State Index*. Com essa ferramenta é possível desconstruir o Grupo *Rogue* Tradicional e apresentar aqueles Estados que mais apresentam características de ameaça à paz e à segurança internacionais, saindo do modelo estruturado pela Doutrina e Formula *Rogue*, e abrindo mão da instrumentalização política da taxonomia, característica que norteou a inclusão e a exclusão de alguns Estados.

1. MAPEANDO AS ABORDAGENS PÓS-COLONIAIS

As abordagens pós-coloniais se configuram como um campo de estudo em que várias alternativas teóricas e políticas ao pensamento dominante do Norte Global são construídas com o propósito de pensar, questionar e descentralizar as relações de poder entre esse Norte Global e o Sul Global¹ (MENESES, 2008; SANTOS, 2009). Diante de tal propósito, torna-se inconsistente a delimitação de um específico paradigma pós-colonial². Para Mezzadra “(...) os estudos pós-coloniais devem ser considerados muito mais como um dos arquivos fundamentais dos que nutrem uma compreensão crítica de nosso presente³” (2008: 16, tradução livre).

Com essa consciência sobre os estudos pós-coloniais, a dita história global da modernidade é analisada desde sua origem, ou seja, desde o processo de expansão colonial, apreendido com a chegada dos europeus ao Novo Mundo, por volta de 1492, a partir de olhares que prezam pelas pluralidades de lugares e experiências históricas que observam e fazem parte do mundo. O viés construído por tal abordagem pretende questionar, descentralizar e desnaturalizar toda uma concepção eurocêntrica de mundo. Ao dar esse significado,

(...) os estudos pós-coloniais nos ensinam, (...), a desconfiar de toda interpretação demasiado rígida da relação entre Centro e Periferia que reduz a história da expansão colonial justamente à categoria de episódio ‘periférico’, ocultando sua função constitutiva na experiência global da modernidade⁴ (MEZZADRA, 2008: 17, tradução livre).

Com esse sentido inicial tem-se que as abordagens pós-coloniais não estão restritas a um campo específico do conhecimento. Sua vastidão metodológica é caracterizada pela “desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes da modernidade” (COSTA, 2006: 117). Sob essa característica, as abordagens pós-coloniais comungam de alguns pensamentos, por exemplo, de compreender que toda

¹ “O Sul aqui é concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo.” (SANTOS, 2009: 12)

² Essa Dissertação não trabalhará em cima de uma oposição às abordagens pós-coloniais. Para uma leitura que critica essas perspectivas ver Shohat (1992) e McClintock (1992).

³ “(...) los estudios postcoloniales deben considerarse más bien como uno de los *archivos* fundamentales de los que nutrirse para una comprensión crítica de nuestro presente”

⁴ “los estudios post-coloniales nos enseñan, (...), a desconfiar de toda interpretación demasiado rígida de la relación entre centro y periferia que reclusa la historia de la expansión colonial justamente a la categoría de episodio ‘periférico’, ocultando su función constitutiva en la experiencia global de la modernidad”

produção de conhecimento tido como científico é “enunciado” de algum lugar, seja ele geográfico, social, político, cultural, de gênero, racial e/ou epistêmico e que, por se configurar assim, pode representar a lógica de uma relação colonial. A partir dessa forma de pensar, as abordagens pós-coloniais identificam que o saber não-ocidental continua a ser tratado como um “dever do saber”, um “quase-saber”, que tem a epistemologia⁵ ocidental como uma meta a ser atingida.

Dessa forma, o prefixo “pós” do termo pós-colonialismos não se refere apenas a uma questão cronológica, “trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo no qual as relações hierárquicas ganham significado” (HALL, 1977 *apud* COSTA, 2006: 118). Por sua vez, o termo colonial não faz alusão apenas ao contexto da empreitada europeia de se lançar à conquista do Novo Mundo, mas tem a ver com toda opressão que se perpetuou diante da modernidade, em relação às fronteiras de sexo, gênero, étnico/raciais, culturais e epistemológicas. Nesse sentido, as abordagens pós-coloniais buscam extrapolar essas fronteiras, desconstruir os eventos binários que foram naturalizados pelo pensamento dominante moderno (COSTA, 2006: 118).

Segundo Hall, as abordagens pós-coloniais, ao não se remeterem especificamente a um período ou sociedade, compreendem

(...) a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica⁶ ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e “no estrangeiro” (HALL, 2003: 102).

Dada a introdução ao significado do termo “pós-colonialismos” e ao que pretendem essas abordagens é interessante agora mapear algumas dessas linhas de pensamento, de modo a deixar cristalino o motivo pelo qual se está a utilizar esses caminhos do conhecimento. Dessa forma, o objetivo geral desse capítulo é apresentar as abordagens pós-coloniais, de modo a: explicar o que aqui é chamado de fenômeno alteritário etnocêntrico; definir o que são Estados do Sul; explicar o uso do termo taxonomia e; relacionar as abordagens pós-coloniais com as Relações Internacionais, notadamente com o campo de estudo em Segurança

⁵ A noção de epistemologia é trabalhada na Dissertação a partir da definição de Santos (2009:9) “Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não sobre as condições do que conta como conhecimento válido”.

⁶ O termo “diaspórica” Segundo Hall (2003: 103) tem a ver com o que Gilroy (1993) compreende como relações transversais e laterais que alocam as noções de centro e periferia, de global e local a uma complementaridade, como fenômenos de uma mesma moeda.

Internacional. Com esses objetivos pretende-se embasar um raciocínio que possibilite visualizar as relações de poder mundial na construção das taxonomias *weak e rogue states*.

1.1. Pós-Colonialismos: os conhecimentos subalternos

Como ponto de partida para essa perspectiva crítica é necessário entender que o paradigma hegemônico eurocêntrico, ou seja, a filosofia e a ciência ocidental, dentro de um sistema-mundo capitalista/moderno/colonial/ocidental, se coloca como uma visão ideal de um pensamento universalista, neutro e objetivo. Com as abordagens pós-coloniais essa pretensão universalista, neutra e objetiva é desmascarada, desmestificada e desnaturalizada. As abordagens pós-coloniais se comprometem, portanto, com uma perspectiva de transformação e denunciam que todo enunciado é originado de uma localização em particular, inserida numa estrutura de relação de poder que molda os significados e os significadores (GROSFOGUEL, 2006).

“Ninguém escapa das hierarquias de classe, sexual, espiritual, linguística, geográfica e racial [e epistemológica] do ‘sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/patriarcal’⁷” (GROSFOGUEL, 2006: 168), de forma que todo o conhecimento está situado geográfico e politicamente. É o que Dussel chama de “geopolítica do conhecimento” ou como Fanon chama, “corpo-político de conhecimento” (*apud* GROSFOGUEL, 2006: 168, tradução livre). No Ocidente, no entanto, a filosofia e a ciência tendem a esconder ou ocultar esses sujeitos das análises que constroem, desassocia a localização étnico/racial, de gênero, sexual e epistêmica do sujeito que enuncia, com o objetivo de naturalizar e de tornar imparcial um discurso social, cultural e politicamente construído.

Consciente da importância do lugar geopolítico na consciência e construção do conhecimento do sujeito dentro das relações sociais, torna-se evidente a construção ocidental do “mito do conhecimento universalista”, que oculta quem está falando, bem como sua localização geopolítica na estrutura de poder dominante. Essa estratégia político-discursiva é chamada de “perspectiva do ponto-zero” (CASTRO-GOMEZ, 2003, tradução livre), ela concebe um ponto de vista e esconde ou oculta seu enunciador para ir além de um simples ponto de vista, de maneira a se transformar em um “ponto de vista sem um ponto de vista”, ou

⁷ “Nobody escapes the class, sexual, gender, spiritual, linguistic, geographical, and racial hierarchies of the ‘modern/colonial capitalist/patriarchal world-system’”

como Grosfoguel (2006: 168) chama, um “*god-eye view*”, que, ao esconder o sujeito, deixa de ser uma perspectiva particular para assumir uma conotação universal.

Com a construção desse mito, dá-se primazia ao conhecimento do homem-heterossexual-branco-cristão-ocidental como único representante capaz de atingir uma consciência universal, que descarta o conhecimento não-ocidental-feminino-homossexual-não-branco. Na relação com o conhecimento do homem branco, este saber é considerado representante de um ponto de vista particular, incapaz de atingir a universalidade do conhecimento, a expressar somente o folclore de suas tradições, de modo que se resume a uma não-ciência (GROSFOGUEL, 2006: 168-169). Para Santos (2009: 31) essa “negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”.

Com essa estratégia, o Ocidente conseguiu construir uma hierarquia do conhecimento, desenvolvida a partir de um fenômeno alteritário etnocêntrico, centrado no binário superior/inferior, que foi eficaz para o processo de expansão e dominação colonial.

Desde 1492 até hoje em dia, uma das hierarquias do sistema-mundo mais invisibilizadas é a hierarquia epistêmica global donde os conhecimentos produzidos desde o ‘Ocidente’ são considerados superiores e os conhecimentos produzidos desde o mundo caracterizado como ‘não-ocidental’ são considerados inferiores⁸ (GROSFOGUEL, 2009: 10, tradução livre)

Com a junção entre o binário e o fenômeno alteritário etnocêntrico, os povos ao redor do mundo passaram a ser alvos de classificações, impostas pelo pensamento eurocêntrico, que desencadearam, ao longo da história do Ocidente, algumas taxonomias referentes aos povos não-europeus. Segundo Grosfoguel (2006: 169), no século XVI esses povos não-europeus eram chamados de “povo sem escrita”, no século XVIII e XIX passaram a ser chamados de “povo sem história” e no século XX culminaram para “povo sem desenvolvimento”.

Com a apresentação, dentro de um léxico pós-colonial, das hierarquias epistemológicas que separam o Ocidente do mundo não-ocidental e das terminologias resultantes do fenômeno alteritário etnocêntrico, percebe-se a importância de um pensamento localizado no espaço político subalterno, aqui referenciado pelos Estados do Sul⁹. Esses Estados são aqui

⁸ “Desde 1492 hasta hoy día, una de las jerarquías del sistema-mundo más invisibilizadas es la jerarquía epistémica global donde los conocimientos producidos desde ‘occidente’ son considerados superiores y los conocimientos producidos desde el mundo caracterizado como ‘no-occidental’ son considerados inferiores.”

⁹ Na literatura sobre as taxonomias estatais é corrente o uso do termo “Terceiro Mundo” como identificador dos *weak e rogue states*. No entanto, nessa Dissertação essa terminologia não será utilizada, pois é entendida como uma terminologia datada e ligada ao contexto da Guerra Fria, que se prende às esferas ortodoxas da política e da

compreendidos como atores do sistema internacional que convivem nesse cenário a partir de uma relação hierárquica racial, política, cultural, econômica e epistemologicamente mantida pelo *status quo* entre Centro e a Periferia. Esses atores do Sul possuem algumas características que podem ser elencadas da seguinte forma (GROSGUÉL, 2006; SANTOS, 2009):

- 1) não necessariamente estão localizados do Sul geográfico;
- 2) levam as heterogeneidades do cenário internacional entre Centro e Periferia para a esfera doméstica;
- 3) São reféns dos diagnósticos institucionais e das receitas elaboradas pelos atores do Norte

Nessa compreensão do que são os Estados do Sul, abre-se mão de uma “*god-eye view*”, para assumir um discurso do conhecimento localizado, diretamente ligado aos projetos políticos do Sul Global. Com essa mudança de observador, o processo de expansão e dominação do sistema-mundo capitalista não continuará sendo corroborado e analisado conforme a institucionalização e normatização de uma perspectiva que é “eurocêntrica/capitalista/militarista/cristã/patriarcal/branca/heterossexual/masculina” (GROSGUÉL, 2006: 170, tradução livre) e que corrobora

(...) a supremacia de um grupo étnico-racial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de umas línguas, de uma pedagogia e de uma economia orientada para a acumulação de capital à escala global¹⁰ (GROSGUÉL, 2009: 13, tradução livre)

A partir dos questionamentos de pensadores do Sul, aquela perspectiva eurocêntrica passa a ser desnaturalizada e identificada como parte intrínseca a um sistema-mundo global e atual. Um sistema-mundo que detém e mantém uma estrutura-histórica heterogênea e totalizante, que molda, a partir de uma “Matriz de Poder Colonial¹¹” (QUIJANO, 2000 *apud* GROSGUÉL, 2006: 172, tradução livre), todas as dimensões sociais da existência do indivíduo.

Para Quijano (2000: 545-546), a configuração das relações de poder mundial da modernidade são idiossincráticas ao sistema-mundo atual, ou como ele denomina, matriz de

economia. Para uma abordagem econômica sobre o Terceiro Mundo ver Furtado (1961; 1978). Para uma abordagem política sobre o Terceiro Mundo ver Hobsbawm (1995), Nye (2009).

¹⁰ “(...) la supremacia de una clase, de un grupo étno-racial, de un género, de una sexualidad, de un tipo particular de organización estatal, de una espiritualidad, de una epistemología, de un tipo particular de institucionalización de la producción de conocimientos, de unas lenguas, de una pedagogía, y de una economía orientada hacia la acumulación de capital a escala global.”

¹¹ “Colonial Power Matrix”

poder colonial. A configuração dessa matriz de poder colonial pode ser dividida em três características, que juntas dão coesão ao atual sistema-mundo, quais sejam:

1ª - Pela primeira vez na história do homem houve um modelo de poder verdadeiramente global, em que todas as esferas de existência social estão interconectadas e articuladas dentro de uma estrutura sistêmica, que mantém interligadas as relações de poder entre todas as partes do mundo.

2ª - Toda essa conexão é feita através da hegemonia de instituições produzidas dentro do processo de formação e desenvolvimento dessa mesma matriz de poder colonial. As instituições são marcadas pelo controle das seguintes esferas: o trabalho, que faz gerar a empresa capitalista; o sexo, que faz gerar a família burguesa; a autoridade, que faz gerar o Estado-Nação; e a intersubjetividade, que faz gerar o eurocentrismo¹².

3ª - Cada uma dessas instituições está numa relação de interdependência, o que faz configurar também uma relação sistêmica. Esse sistema aparece na história como o primeiro a conseguir englobar toda a população mundial, um verdadeiro sistema-mundo global, e não meramente mundial como foram os impérios mundiais chineses, hindu, egípcios, asteca.

Dentro dessa Matriz de Poder Colonial se dá o processo de construção das atuais relações de poder, de dominação e de exploração que existem nos espaços domésticos e internacionais. Grosfoguel (2006:172) explica que dentro dessa “matriz de poder colonial” existe uma “colonialidade do poder” – um entrelaçamento de múltiplas hierarquias heterogêneas, que tem como base um binário eurocêntrico racializado, que demarca as relações ocidental/não-ocidental e divide transversalmente (superior/inferior) as estruturas de poder global.

Ao se debruçar sobre essa colonialidade do poder compreende-se que: “o modelo de poder baseado na colonialidade também envolveu um modelo cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e por isso inferior¹³” (QUIJANO, 2000:552, tradução livre). Nesse modelo

¹² O eurocentrismo em Quijano (2000: 549) assume uma conotação particular. Refere-se a uma perspectiva de conhecimento específico e de um modo de produção de conhecimento resultante da produção intelectual da modernidade que caracteriza o atual modelo de poder global, qual seja, um sistema-mundo moderno/colonial, capitalista e eurocentrado. Dessa forma, o eurocentrismo está historicamente atrelado à formação da Europa Ocidental, de meados do século XVII. Sua constituição está ligada à secularização da classe burguesa europeia de suas experiências e necessidade diante de um modelo global capitalista.

¹³ “the model of power based on coloniality also involved a cognitive model, a new perspective of knowledge within which non-Europe was the past, and because of that inferior”

raça, gênero, sexualidade, espiritualidade e epistemologia não são elementos adicionais para a estrutura político-econômica do sistema-mundo capitalista, mas uma parte integral, entrelaçada e constitutiva de uma ampla parte do ‘pacote’ chamado sistema-mundo europeu moderno/colonial capitalista/patriarcal¹⁴ (GROSFOGUEL, 2002 *apud* GROSFOGUEL, 2006: 172, tradução livre).

Esse “pacote” é a representação das cosmovisões europeias que foram exportadas para o resto do mundo, através da expansão colonial, como um critério de classificação, racialização e de diagnóstico das patologias dos outros povos. A partir dele o conhecimento é administrado dentro um sistema de heterogêneas hierarquias globais que favorecem e legitimam apenas o conhecimento do Norte Global como universalmente válido (GROSFOGUEL, 2011: 97).

Em suma, o que caracteriza esse sistema-mundo global são três elementos, que surgiram com o processo de expansão colonial europeu nas Américas, quais sejam: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo (Quijano, 2000:546).

1.1.1. A Zona do Ser (Norte Global) x Zona do Não-Ser (Sul Global)

Dentro dessas hierarquias globais, as abordagens pós-coloniais, baseadas no pensamento de Fanon, compreendem o racismo como base para um mundo pautado numa “linha abissal”, que divide transversalmente o mundo e que sustenta os binômios superior/inferior, humano/subumano. No lado de lá da linha abissal está o ser superior, aquele que possui Direitos e acesso aos direitos humanos, sociais, civis, laborais e às subjetividades. Do lado de cá da linha abissal está o subumano ou não-humano, aquele que tem sua humanidade questionada, ou mesmo negada (GROSFOGUEL, 2011: 98).

A concepção de racismo de Fanon (2008: 36), todavia, não se limita a questão racial, ele inter-relaciona etnia, língua, sexualidade, gênero, cultura, religião e epistemologia, mas tem o racismo de cor como predominante no mundo moderno. Segundo Fanon, o entrelaçamento desses racismos é visível, por exemplo, quando se tem uma situação em que se verificam as mesmas condições de pauperização do trabalhador, mas também se observa diferenças de tratamento quanto a relação racial entre o operário branco e operário negro. Essa relação é

¹⁴ “(...) race, gender, sexuality, spirituality, and epistemology are not additive elements to the economic and political structures of the capitalist world-system, but an integral, entangled, and constitutive part of the broad entangled ‘package’ called the European modern/colonial capitalist/patriarchal world-system”

traduzida, quando numa sociedade racista, o branco pobre se sente superior na medida em que é pobre, mas não é negro.

“Em um mundo imperial/capitalista/colonial, a raça constitui a linha divisória transversal que atravessa as relações de opressão de classe, sexualidade e gênero em escala global¹⁵” (GROSFOGUEL, 2011: 99, tradução livre). Sendo assim, trata-se da racialização dos corpos, que estão separados pela sua localização geopolítica e corpo-político na linha abissal, em que há o sujeito que vive na “Zona do Ser”, o lado superior humano e o sujeito que vive na “Zona do Não-Ser”, o lado inferior desumano.

Essas Zonas não são homogêneas, tampouco localidades geográficas, são posições dentro de “(...) relações raciais de poder que ocorrem em escala global entre centro e periferias, porém também ocorrem em escala nacional e local contra diversos grupos racialmente inferiorizados¹⁶” (*Ibidem*, tradução livre).

Para Santos (2009: 28-29), essas Zonas também podem ser compreendidas a partir do binário Ocidente/não-ocidental. O mundo não-ocidental é o “Sul Global”, que não é meramente o Sul geográfico, mas uma concepção sociológica antagônica ao “Norte global”. É o mundo que o Ocidente julga encontrar o estado de natureza hobbesiano, silenciado pelo contrato social liberal, que delimita quem faz parte da sociedade civil e quem não faz. Para o Ocidente, o “Sul Global” não é passível de desenvolvimento, muito menos de compreensão de suas idiossincrasias, ele é declarado passível de conquista, a partir da hegemonia do pensamento moderno ocidental, que torna imperativo a constituição de uma sociedade civil ocidental como marco regulatório para civilização.

Segundo Grosfoguel, o que torna cristalina a diferença entre as Zonas do Ser e do Não-Ser, são os processos de resolução de conflitos. Na Zona do Ser, o conflito é administrado mediante conceitos como regulação e emancipação, que utilizam princípios como liberdade, autonomia e igualdade. O conflito nessa Zona garante ao “Outro” humano uma série de direitos e relação de civilidade. “Como tendência, os conflitos na Zona do Ser são regulados através de métodos não-violentos¹⁷” (GROSFOGUEL, 2011: 100, tradução livre).

Em contrapartida, os conflitos que ocorrem na Zona do Não-Ser, em que o “Outro” é desumanizado, os métodos de resolução do conflito são feitos a partir do fenômeno alteritário etnocêntrico. Nessa relação entre o “Eu” e o “Outro” na Zona do Não-Ser, o “Eu” é o sujeito

¹⁵ “En un mundo imperial/capitalista/colonial, la raza constituye la línea divisoria transversal que atraviesa las relaciones de opresión de clase, sexualidade y género a escala global”

¹⁶ “(...) relaciones raciales de poder que ocurre a escala global entre centros y periferias, pero que también ocurre a escala nacional y local contra diversos grupos racialmente inferiorizados.”

¹⁷ “Como tendencia, los conflictos en la zona del ser son regulados a través de métodos no-violentos”

imperialista/capitalista/moderno/heterossexual/branco/*ocidentalizado*, que utiliza métodos de violência para negar a humanidade e a existência do “Outro”, representado como a reificação daquilo que o “Eu” ocidentalizado não pode e nem quer ser. “Como tendência, os conflitos na Zona do Não-Ser são geridos pela violência perpétua e somente em momentos excepcionais se usam métodos de regulação e emancipação¹⁸” (GROSFOGUEL, 2001: 100, tradução livre).

1.1.2. Colonialismo x Colonialidade

Através dessa compreensão do que são as Zona do Ser e do Não-Ser é possível fazer um paralelo para explicar a diferença entre colonialismo e colonialidade. Para Grosfoguel (2006), “colonialismo” se refere a “situação colonial” reforçada pela presença de uma administração colonial. Enquanto “colonialidade” se refere a “situação colonial” do contexto histórico atual, em que a administração colonial foi praticamente erradicada, mas permanece a opressão/exploração sexual, religiosa, cultural, política, econômica e epistêmica de grupos étnicos/raciais subordinados por grupos étnicos/raciais dominantes.

Para Césaire (1978), o discurso e a prática colonial, que foram desenvolvidos para justificar um regime segregacionista, não foram finalizados com os processos de descolonização ocorridos na África. Dentro desses discursos e práticas que perpetuam o colonialidade tem-se, por exemplo, a psicanálise, que foi endossada para explicar a “vontade de dependência” que os povos colonizados apresentavam. Sobre essa vontade dependência um psicanalista europeu, localizado no Norte Global e mantenedor das heterogêneas hierarquias, afirma: “Todo europeu descobre em si, a um momento do seu desenvolvimento, o desejo... de romper os seus laços de dependência, de se igualar ao pai” (CÉSAIRE, 1978: 46). Enquanto o não-ocidental, o colonizado, não. Este mantém e cultiva aquilo que mais lhe é característico, a necessidade de dependência.

A “colonialidade”, no entanto, não está somente relacionada à Periferia que vivenciou os processos de colonização. Ela interliga, na modernidade, uma divisão internacional do trabalho com a concepção cultural eurocêntrica de hierarquia global étnico/racial. Dado esse entrelaçamento, enxerga-se, nas metrópoles mundiais, cenários em que “há uma [P]eriferia

¹⁸ “Como tendencia, los conflictos en la zona del no-ser son gestionados por la violencia perpetua y solamente en momentos excepcionales se usan métodos de regulación y emancipación”

fora e dentro de zonas centrais, e há um [C]entro dentro e fora de regiões periféricas¹⁹” (GROSGUEL, 2006: 175, tradução livre).

Para essa fase da colonialidade global chama-se período pós-colonial, quando depois de 500 anos de expansão e dominação colonial europeia formou-se uma divisão internacional do trabalho entre europeus e não-europeus. Esse período, no entanto, é ofuscado pelo “mito da descolonização”, que torna invisível a hierarquia global étnico-racial entre os Estados centrais e os Estados do Sul.

Em suma,

O colonialismo global é o período da expansão colonial europeia no mundo entre 1492 e 1945. Depois de 1945, temos a queda das administrações coloniais com as guerras anti-coloniais do Terceiro Mundo. Este Período entre 1945 até nossos dias o chamarei de colonialidade global, pois as hierarquias coloniais globais entre ocidentais e não-ocidentais que temos descrito e nomeado como colonialidade do poder, construídas por 150 anos de colonialismo no mundo, permaneceram **intactas**²⁰ apesar das administrações coloniais terem sido erradicadas em quase todo o planeta²¹ (GROSGUEL, 2009: 17, tradução livre, grifo nosso)

1.1.3. O Fenômeno Alteritário Etnocêntrico

Apesar das novas formas de dominação, a afirmação do “Eu” a partir da negação do “Outro” não é uma construção identitária/alteritária nova; nova são as formas de dominação do Ocidente construídas em cima de fenômeno alteritário etnocêntrico. Na modernidade, o alicerce desse fenômeno é a ocidentalização do mundo, que se desenvolve a partir do processo de apropriação, concentração e expansão do capital dentro de um sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/patriarcal.

¹⁹ “there is a periphery outside and inside the core zones and there is a core inside and outside the peripheral regions”

²⁰ O termo “intactas” empregado por Grosfoguel para se referir à Colonialidade do Poder, segundo o entendimento construído nessa Dissertação, não é bem empregado, tendo em vista o caráter totalizante que o acompanha. Aceitá-lo seria cair no determinismo tão combatido pelas abordagens pós-coloniais. Dessa forma, mesmo sabendo que as relações coloniais e de poder ainda se mantêm ao redor do mundo, a luta contra esse tipo de opressão também está presente, de modo que não é possível aceitar a ideia de que as relações de poder colonial permanecem *intactas*.

²¹ “El colonialismo global es el período de la expansión colonial europea en el mundo entre 1492 y 1945. Luego de 1945, tenemos la caída de las administraciones coloniales con las guerras anti-coloniales del tercer mundo. Este periodo entre 1945 hasta nuestros días lo llamaré colonialidad global, pues las jerarquías coloniales globales entre Occidentales y no-occidentales que hemos descrito y nombrado como colonialidad del poder, construídas por 450 años de colonialismo en el mundo, se quedaron intactas a pesar de que las administraciones coloniales han sido erradicadas en casi todo el planeta.”

No fenômeno alteritário etnocêntrico o ocidental assume a autoridade, através de mecanismos de exploração do sistema-mundo capitalista, que vão da economia à cultura, do material ao subjetivo, para classificar as sociedades, as formações sociais e estatais. Por isso, a “relação entre o Ocidente e o [Outro] é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (SAID, 1990: 14-17). Essa hegemonia é marcada pela ideia de consenso em que a sociedade civil – escola, família, igreja, mídia – busca legitimar e perpetuar as práticas de alteridade etnocêntricas.

Dessa forma, o “fardo-do-homem branco” o “tornar-se Europa”, ou o “tornar-se moderno” se configura como as práticas excludentes basilares do pensamento moderno, projetado numa ambição totalizante e universalista. “Sob bases científicas, o pensamento moderno desenvolve sua identidade alteritária a partir do que a ciência diz que o outro é” (LOPES e FABRÍCIO, 2005: 252). Nessa relação, o “Outro” sempre será aquilo que o Ocidente conseguiu se desprender e é nessa relação de superioridade/inferioridade que está a base desse específico discurso de alteridade.

Dentro do pensamento de Said os fundamentos de alteridade são encontrados no Orientalismo que vem a ser construído e institucionalizado na Europa, desde o final do século XVIII, como “um modo de discurso, com apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais” (SAID, 1990: 14), construídas com o objetivo de compreender o Oriente popular, inculto e selvagem. A partir da construção dessa cátedra são estruturados discursos que possam afirmar o Ocidente como negação do Oriente-objeto, subdesenvolvido, fraco, passivo ao método ocidental. A partir de um Orientalismo cultural, profundamente conservador, que sobrevive mesmo após as revoluções e os desmembramentos imperiais, traduzido em práticas coloniais e neocoloniais, é sustentada a premissa de que sendo os orientais “ignorantes a respeito do autogoverno, [é] melhor que eles continu[em] a sê-lo, para o bem deles.” (SAID, 1990: 234). A partir desse tipo de discurso, o oriental é tipificado, colocado como uma categoria que antecede sua humanidade (SAID, 1990: 237).

O “Oriente” em Said, portanto, da mesma forma, que a “Zona do Ser” e do “Não-Ser” em Grosfoguel e o “Norte Global e Sul Global” em Santos, não é meramente um lugar geográfico, mas uma fronteira cultural. A partir dessa fronteira, o Ocidente define o “Nós” e o “Outro”, e constrói uma relação de poder que coloca o “Outro” como inferior, representado como antagonismo do “Nós”, uma caricatura de um devir, um estereótipo “de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser” (COSTA, 2005:119).

Da mesma forma, as políticas de Estado podem ser analisadas como orientadas a partir do fenômeno alteritário etnocêntrico, que polariza as relações internacionais dentro do binário Ocidente/Resto, sendo os EUA e Europa, o lado ocidental e o “Resto”, o “Outro”, o “Oriente”, o “Sul Global”. Nesse binário, a relação superior/inferior é evidenciada quando se tem como natural “que os Estados Unidos podem tratar muito menos problemáticamente com o Ocidente industrial e desenvolvido [do] que com o mundo em desenvolvimento” (SAID, 1990:56). Quando se tem essa naturalização, o “Outro” e suas particularidades deixam de ser válidos. A partir do momento em que esse “Outro” não é considerado apto para estar dentro das relações humanas, sociais ou estatais, evidencia-se o caminho que leva ao processo de construção das taxonomias, da classificação do “outro”. Nesse processo estão elaborados os mecanismos ou discursos para subjugar e catalogar todos aqueles organismos humanos, sociais ou estatais que são apresentados de alguma forma como ameaça à segurança daqueles que estão a classificar ou catalogar.

1.2. Pós-Colonialismos e Segurança Internacional

Compreender a geopolítica e o corpo-político do conhecimento implica pensar para além das epistemologias eurocênicas que foram naturalizadas e dadas como certas, ou seja, pensar crítica e epistemologicamente até mesmo as teorias críticas originadas na Europa ou de modo geral, no Norte Global, na Zona do Ser. A descolonização epistêmica reivindicada por Grosfoguel implica questionar as teorias críticas do Norte global, seja o Marxismo, a Teoria Crítica ou os Estudos para a Paz, que se debruçam no campo de estudo de Segurança Internacional.

Importa salientar que as críticas das abordagens pós-coloniais ao marxismo, especificamente, são entendidas aqui como semelhantes àquelas feitas por neoliberais, como Hayek (1990) e Friedman (1977), em relação ao comunismo soviético. A partir de Casanova (1995: 53-54) percebe-se uma crítica ao comunismo soviético do período de Stálin, identificando-o como um colonialismo “mediador da libertação anticolonial e anticapitalista” que mais parecia uma espécie menor de “social-imperialismo”, que mantinha as “antigas relações assimétricas entre povos e etnias características de todo o colonialismo”. Essa perspectiva ainda pode ser corroborada com o pensamento de Hall (2003: 117), o qual considera que “(...) os discursos do ‘pós’ emergiram e têm sido articulados (embora

silenciosamente) contra os efeitos práticos, políticos, históricos e teóricos do colapso de um certo tipo de marxismo economicista, teleológico e, no final, reducionista”.

Para as abordagens pós-coloniais, essas teorias do Norte Global são construídas dentro de uma hierarquia racial epistemológica. Com caracteres coloniais, essa hierarquia impõe uma visão de mundo de cima para baixo, sem se ater às idiossincrasias dos Estados do Sul, desvalorizando a construção teórica vinda de baixo, dentro de uma relação epistemológica hierarquizada.

Para Grosfoguel

a inferioridade racial da zona do não-ser ocorre não somente em relação aos processos de dominação e exploração, mas também nos processos epistemológicos. O racismo epistêmico se refere a uma hierarquia de dominação colonial em que os conhecimentos produzidos pelos sujeitos ocidentais (imperiais e oprimidos [trabalhadores, operários]) dentro da zona do ser são considerados *a priori* como superiores aos conhecimentos produzidos pelos sujeitos coloniais não-ocidentais da Zona do Não-Ser²² (GROSFOGUEL, 2011: 102, tradução livre).

Dada essa hierarquia racial epistemológica, as experiências e a compreensão de mundo dos oprimidos não-ocidentais são esquecidas, ou compreendidas sem o valor científico ocidental, elas são consideradas meras subteorias ou tradições. Concepções de mundo que não se baseiam num conhecimento válido para codificar as relações sociais, políticas e econômicas do mundo capitalista.

Com essa perspectiva, as epistemologias do Norte Global enxergam que os problemas dos países desenvolvidos se relacionam aos problemas de “governabilidade” do Sul Global, que ameaçam diretamente a segurança dos países centrais. Nessa relação, os problemas do Sul são

(...) atribuídos (com linguagens que parecem científicas) aos ‘fundamentalismos’ do Sul, a seus nacionalismos e etnicismos primitivos, às suas organizações terroristas, a seu moral baixo e à sua cultura cívica, ao autoritarismo e corrupção de seus líderes e organizações – muitas delas ligadas ao narcotráfico – e a uma certa inferioridade cultural e racial que os habitantes do Sul não conseguem superar. (CASANOVA, 1995: 30)

²² “La inferioridad racial de la zona del no-ser ocurre no solamente en relación con los procesos de dominación y explotación en las relaciones de poder económicas, políticas y culturales, sino también en los procesos epistemológicos. El racismo epistêmico se refiere a una jerarquía de dominación colonial donde los conocimientos producidos por los sujetos occidentales (imperiales y oprimidos) dentro de la zona del ser es considerada a priori como superior a los conocimientos producidos por los sujetos coloniales no-occidentales en la zona del no-ser”

Para contrapor essa perspectiva, as abordagens pós-coloniais entendem que o atual cenário internacional é uma representação de uma construção epistemológica de conceitos políticos oriundos de uma escola de pensamento dominante, que relaciona a velha lógica de segurança com a noção de “novas ameaças”. Com o Realismo tem-se o “processo de afirmação e consolidação do sistema interestatal [,] (...) uma expressão específica do clima cultural do positivismo científico” (PUREZA, 2001: 9 *apud* PUREZA e CRAVO, 2005: 2), que demarca como a segurança internacional deve ser compreendida e a paz atingida.

Sob o Realismo e Liberalismo e suas respectivas variações naturalizou-se um cenário internacional oriundo da interação entre os que são considerados os principais atores detentores de legitimidade para agir num meio anárquico, em que a capacidade relativa rege a dinâmica desse mesmo cenário. Barkawi e Laffey (2006: 329) citam Gilpin (1981) para lembrar que essa lógica Realista compreende a história das relações internacionais ocidentais em termos de lutas sucessivas entre as grandes potências e através da ascensão e queda das grandes potências.

1.2.1. Estudos para a Paz

Pensar os estudos para Paz no momento atual do mundo político Ocidental perpassa a necessidade de compreender a Paz como algo sustentável, mas, principalmente, fomentar um processo de descolonização epistemológica dos Estudos para a Paz. Nesse sentido, tem-se que o campo de Estudos para Paz é uma abordagem elementar para uma ruptura pós-positivista dentro das Relações Internacionais, que interlaça abordagens feministas, desconstrutivistas, pós-coloniais e normativas, num bloco heterogêneo de crítica à naturalização e padronização científica nas Relações Internacionais e ao pensamento dominante positivista, que ao normalizar o meio internacional, constrói leis que regem esse cenário, estabelecendo prerrogativas e legitimidades de ação (PUREZA e CRAVO, 2005: 1).

Dessa forma, o campo de estudo em Segurança Internacional vem sendo criticado por pensadores como Pureza e Cravo, pelo fato de haver forte corrente de pensamento que conserva um entendimento sobre as relações internacionais ainda pautadas no ambiente da Guerra Fria. Para os autores, “o simplismo deste mapa e sua vocação conservadora têm sido denunciados como desafios à construção política e acadêmica de um paradigma alternativo” (PUREZA e CRAVO, 2005: 3).

Esse pensamento alternativo no campo de estudo em Segurança Internacional nasce com os Estudos para a Paz, com a criação do *Journal of Conflict Resolution*, em 1957, e do *Center for Research on Conflict Resolution*, ambos no auge do pensamento behaviorista nas Relações Internacionais. No primeiro momento desse campo de estudos investigava-se o limitado conceito de paz, apresentado na sua forma negativa – ausência de guerra e violência – para a resolução de problemas que tivessem a ver com a incidência de conflitos armados.

Essa abordagem, no entanto, sofreu uma reviravolta com o pensamento do Johan Galtung (1969), que “rompe drasticamente com a distinção positivista entre teoria e prática. Superando a falsa noção de neutralidade da ciência” (PUREZA e CRAVO, 2005: 3). Da crítica de Galtung, o Estudo para a Paz assume uma abordagem crítica de tomada de posicionamento, atrelada à noção de uma ciência que possa ser reflexo da vida social, política, econômica e cultural das sociedades.

A escola Estudos para a Paz assume, então, uma inclinação axiomática com a paz. Propõe-se processos não-violentos para a resolução de conflitos, longe de abordagens meramente militares, de modo a tornar eminente uma perspectiva que se atenha às particularidades da região em conflito, às idiossincrasias culturais e políticas das partes, de modo a estabelecer processos de construção da paz que não se façam a partir de métodos calcados na violência e, conseqüentemente, na tomada de partido, tampouco. Sob essa base epistemológica, o pensamento de Galtung estabeleceu a diferença conceitual e epistemológica do que é uma “paz negativa”, ausência de guerra e violência, e a “paz positiva”, quando a comunidade é integrada num prisma de desenvolvimento cultural, social, econômico e justiça social (*Idem*, 2005: 4).

Porém, segundo Pureza e Cravo (2005: 5), mesmo com a inclinação axiomática à paz, a escola Estudos para a Paz sofreu severas críticas, pois ainda mantinha e reproduzia as velhas estruturas hierárquicas do pensamento entre o Centro e a Periferia, que legitimavam o paradigma dominante nas Relações Internacionais. Como resposta a essa crítica, Galtung (1969) propôs o “Triângulo da Violência”, como uma reflexão que explica a vigência de três formas de violências, quais sejam:

- Violência direta: identificada com o ato em si de violência;
- Violência estrutural: condicionada pelo próprio sistema, que ao perpetuar as desigualdades, perpetua um sistema de opressão e repressão no âmbito político, bem como a exploração, no âmbito econômico.

- Violência cultural: naturaliza a violência direta e estrutural, instituindo um sistema de regras intransponíveis e comportamentos estáticos que dão continuidade ao ambiente de perversidade do sistema.

Segundo Pureza e Cravo (2005), a escola Estudos para a Paz, ao propor essa reflexão no fim da Guerra Fria, ascende em importância. Salienta a eminência e a necessidade de resolução dos conflitos duradouros oriundos de regiões que foram ofuscadas pelo embate ideológico e pela abordagem dominante centrada nas questões de segurança e defesa do Centro.

No entanto, apesar da eminência crítica dos Estudos Para a Paz, a compreensão dominante desses conflitos desenvolveu-se, a partir da ligação entre o Realismo e o Liberalismo, como “novas ameaças”. Uma ameaça para a qual a comunidade internacional foi chamada a tomar um posicionamento preventivo, principalmente em relação àqueles conflitos violentos que assolavam e que podiam transbordar dos Estados do Sul e que poderia também acarretar comportamentos militares agressivos e irracionais que ameaçariam a segurança e paz internacionais.

Nesse sentido, a crítica elaborada em direção aos Estudos para Paz, de ainda sustentar algumas das velhas estruturas hierárquicas do pensamento, é feita a partir da observação de atuações da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, que incorporam teorias de Estudos para a Paz, mas padronizam estratégias de não-violência para ambientes considerados em falência estatal, denota-se o esvaziamento crítico da escola Estudos para a Paz.

1.2.2. As abordagens Pós-Coloniais em Estudos para a Paz

O pensamento eurocêntrico que separa, segrega e distingue a Europa do resto do mundo, se tornou uma forma de pensar anacrônica, que não compreende o atual cenário internacional. Configura-se como uma compreensão de mundo que é sustentada dentro e para uma Europa imaginada, simulacro de um discurso de realidade. Nessa compreensão hegemônica de mundo, a Europa, bem como aqueles países e instituições que comungam de seus interesses e valores, segundo Huntington (1998), tornam-se sinônimos de Ocidente, diante das relações de poder mundial.

Nesse cenário, duas dificuldades centrais podem ser salientadas como consequência do pensamento eurocêntrico no campo de estudo de Segurança Internacional²³ (Barkawi e Laffey, 2006:32), quais sejam:

- Primeiro, quando a guerra e a paz estão inseridas dentro da lógica de competição das grandes potências, os estudos de segurança pouco exemplos conseguem construir de experiências históricas, originadas do lado subalterno da História, válidas para se pensar a política mundial.
- Segundo, os estudos de segurança eurocêntricos observam, a partir de uma pretensa distância, os subalternos como um fenômeno marginal, que podem assumir formas “boas”, se aceitarem as “boas” intenções liberais, ou assumir a conotação de ameaças, ao não aceitar os diagnósticos do mundo liberal-ocidental.

Dado essas duas características do pensamento eurocêntrico para a Segurança Internacional, percebe-se que a paz e a guerra continuaram atreladas às concepções tradicionais do Realismo e Liberalismo, porém, configurados para o século XXI. Ou seja, no atual cenário, a lógica de defesa, calcada no dilema de segurança, é interligada a uma ordem de valores, que tem a Democracia e a Liberdade ocidentais como parâmetros pelos quais os Estados devem atuar e, se necessário for, guerrear. Volta-se, mais uma vez, ao “fardo-do-homem-branco”, que tem como providência levar, não mais o desenvolvimento, mas as noções de democracia, liberdade e administração estatal ao mundo subdesenvolvido e em falência, ao “outro” não-civilizado.

Assim dada a construção de “novas ameaças”, a ONU se apresentou como instituição legítima, capaz de enfrentar a proliferação desse tipo de ameaça. Através de “Agenda para a Paz” (1992), processos de resolução de conflito são empregados a partir de uma estratégia de não-violência, calcada, portanto, em procedimentos, tais como “diplomacia preventiva, restabelecimento da paz, manutenção da paz e consolidação da paz” (PUREZA; CRAVO, 2005: 7). Sob esses procedimentos, a comunidade internacional aceitou-os como *standard operating procedure*, os quais a ONU deveria engendrar nos processos de paz. Não obstante, “de pressupostos teóricos, passaram a autênticas normas sociais aceitas e reproduzidas pela comunidade” (SANTOS, 1978 *apud* PUREZA; CRAVO, 2005: 7). Iniciou-se dessa forma um

²³ Vale salientar, no entanto, que, apesar do predominante pensamento eurocêntrico dentro de Segurança Internacional, há, numa corrida paralela, um tipo de abordagem que é baseada na ideia de Justiça Restaurativa, que “é sobre a correção de um erro, não só para as vítimas, mas também para os infratores e comunidades. Isto é sobre fazer as pazes mais do que punir, restituir mais do que restituir” (WORMER, 2008: 3). “restorative justice is about righting a wrong not only for victims but also for offenders and communities. It is about making amends rather than punishment, restitution rather than retribution”. Para mais, vide ZEHR e GOHAR, 2002

processo de normatização dos conceitos construídos e desenvolvidos na seara dos Estudos para a Paz.

A partir dessa padronização, os Estudos para a Paz se inseriram em solucionar os problemas da falência dos Estados, de modo a fazer voltar uma “situação de poder centralizado e legítimo, com capacidade efetiva para lidar com o dilema de segurança e com as insuficiências nos planos políticos, econômicos e social que o país atravessava” (PUREZA; CRAVO, 2005: 8). Para os críticos, o *standard operating procedure* para a resolução não-violenta de conflito, num ambiente de falência estatal, peca por não partir das particularidades, da heterogeneidades dos Estados e de seus processo próprios de fragilização. “Esta crítica à padronização é tanto mais incisiva quanto constatamos que este modelo, que se pretende de aplicação universal, não abarca experiências multiculturais, cingindo-se a reproduzir a sua clara matriz ocidental em países, na esmagadora maioria, não-ocidentais” (PUREZA, CRAVO, 2005: 8). Essa padronização tona-se ainda mais incoerente quando se constata que os procedimentos institucionais padrões são guiados a partir dos axiomas da democracia-liberal-representativa e da economia de mercado.

Dessa forma, ao agir de cima para baixo, sem descolonizar a teoria e a prática, a ONU é freada por uma abordagem de Estado e de democracia que impede a saliência conceitual e prática de viés autóctone. Coloca a paz como tema de *high politics*, “imposta aos Estados por instituições supranacionais como produto de uma relação hierárquica de poder e consonante com uma noção de ‘bom’ externa e categórica formulada por atores internacionais” (TERRIF *et al*, 1999: 68 *apud* PUREZA e CASTRO, 2005: 9).

Não obstante, através da crítica que se está a fazer à hierarquização do conhecimento, novos desafios apareceram ao mundo político e à produção e legitimação do conhecimento ocidental. Com a construção de um pensamento crítico que bebe em fontes pós-coloniais é possível compreender as implicações de fenômenos como as “novas ameaças”, bem como a ascensão de taxonomias estatais, construídas para catalogar determinados Estados que fogem ao receituário ocidental. Essa compreensão perpassa a lógica conflitual que existe entre o Norte Global e o Sul Global, em que a ocupação ocidental nos países do Oriente data de períodos longínquos, mas que atualmente apresenta novas formas de dominação (BIN LADEN, 2004 *apud* BARKWI e LAFFEY, 2006: 330), como o processo de classificação dos Estados.

1.3. As taxonomias estatais

O motivo pelo qual se está a utilizar o termo taxonomia, para os tipos de Estados que vão ser estudados na Dissertação – *Weak e Rogue States* –, se deve a compreensão crítica de que a partir do processo de padronização de um modelo de Estado é possível fazer um paralelo crítico com o estudo da biologia que cataloga os seres vivos – a taxonomia ou sistemática. Esse estudo se debruça sobre a categorização dos seres vivos que se inter-relacionam dentro de um sistema hierárquico e evolutivo e se baseia nas características comportamentais dos atores para construir uma classificação universal.

Segundo Papavero (1995) “as bases lógicas da taxonomia biológica se encontram, indubitavelmente, no método socrático-platônico (...) ²⁴” o qual denota uma linha evolutiva, em que as várias novas espécies são originadas das diferenças. “Neste método, a eleição das diferenças e da ordem em que elas são introduzidas na [linha evolutiva] é subjetiva.”²⁵ Porém, é necessário se ater à morfologia, ao comportamento, à biologia do grupo que se está a catalogar para detectar quais são as diferenças. Nas Ciências Biológicas, a taxonomia ganhou respaldo com Lineu quando sugeriu um processo de elaboração de nomenclaturas para os seres vivos, que partia de características morfológicas e comportamentais.

Na compreensão das relações de poder nas relações interestatais, a partir das Relações Internacionais, o paralelo que se pode construir com a Ciência Biológica dá-se pelo fato de ser possível visualizar criticamente um processo de classificação dos Estados que foi construído a partir de uma concepção universalista, linear e evolucionista. Tal compreensão se atém aos comportamentos e a algumas particularidades “morfológicas” dos atores dentro de uma escala evolutiva de estaticidade.

Não obstante, nas Relações Internacionais, segundo Braillard (1990: 2) “toda a taxonomia pressupõe, como seu fundamento, um certo modelo, uma certa representação mais ou menos grosseira da realidade sobre a qual incide”, o que leva a entender que a construção de uma taxonomia estatal, para as relações internacionais não é neutra. Essa construção é elaborada a partir de um substrato teórico, que dá uma perspectiva, uma função, uma ordem hierárquica, que classifica os atores estatais dentro de uma lógica evolutiva, que tem o modelo de Estado ocidental como base e meta para qualquer outra variação estatal. Sob esse modelo

²⁴ “Las bases lógicas de la Taxonomía Biología se encuentran, indudablemente, en el método socrático-platónico (...)”

²⁵ “En este método, la elección de las diferencias y del orden en que ellas son introducidas en la (...) es subjetiva.”

ocidental, “se estabelece o quadro conceitual que permite classificar as diversas variáveis em categorias bem distintas” (*Ibidem*).

Dada essa compreensão sobre o que se entende por taxonomia nas Relações Internacionais, tem-se que o mundo na Guerra Fria foi estruturado a partir da literatura ocidental, que impôs aspectos comportamentais como parâmetros para que um Estado se enquadrasse dentro do *status quo* dominante. Sob essa premissa o fenômeno alteritário etnocêntrico foi constitutivo dos padrões estatais para determinar quem não fazia parte e quem fazia parte do cenário internacional. Para tanto, foram lançadas taxonomias estatais, cada qual com suas características e particularidades, mas que se assemelhavam quanto às relações de interesses econômicos, político e de segurança que eram impostas aos Estados catalogados (AYOOB, 1983-1984: 42).

Um dos motivos pelo qual a dissertação utiliza os termos taxonômicos em inglês é por compreender que, a linguagem enquanto fenômeno fundamental das relações sociais demarca o “existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008: 33). Configura-se como a utilização prática de uma cultura e o assumir de uma civilização. Dado esse significado, a utilização das taxonomias em inglês é feita mediante a compreensão de que a partir disso também é possível demonstrar como uma literatura que é construída em culturas diferentes, mas dominante, consegue impor às Relações Internacionais uma forma de compreender o “Outro”, segundo as percepções daqueles que criam as taxonomias. Na construção dessas classificações estatais não há uma relação horizontal. A abordagem naturalista, que busca identificar comportamentos, características, costumes e culturas a partir de um pretense ângulo de visão, que deixa o sujeito fora do alcance do objeto, é a base de construção das taxonomias e da linguagem, por meio da qual elas são construídas. Dessa forma, a utilização do termo taxonomia já é um passo para compreender as relações de dominação e de poder que estão nas entrelinhas dos discursos que classificam os Estados.

Sendo assim, durante a Guerra Fria, o processo de descolonização africano que proporcionou o surgimento de novos Estados, marcou as relações internacionais dentro desse fenômeno alteritário etnocêntrico, que combinava os binários superior/inferior e ocidental/não-ocidental. Expoente desse fenômeno alteritário é o pensamento de Huntington ao postular que as relações entre os Estados acontecem mediante uma identificação identitária, quando “nós só sabemos quem somos quando sabemos que não somos e, muitas vezes, *quando sabemos contra quem estamos*” (HUNTINGTON, 1998: 20, grifo nosso).

Com essa abordagem, as relações estatais e os próprios Estados são compreendidos dentro de um dilema de segurança e de uma lógica de soma-zero, em que o fenômeno

alteritário etnocêntrico responsabiliza a cultura do “Outro” como a condição para que seja possível haver ou não uma otimização nos processos de desenvolvimento, de cooperação e de paz entre os Estados. Com esse pensamento, Huntington assevera que,

aquelas [culturas/Estados] que têm uma herança cristã ocidental estão fazendo progresso na direção do desenvolvimento econômico e da política democrática. Nos países ortodoxos as perspectivas de desenvolvimento econômico e político são incertas. Nas repúblicas muçulmanas, as perspectivas são sombrias (HUNTINGTON, 1998: 28).

Com esse tipo de discurso de Huntington, as sociedades que não apresentam o que o Ocidente classifica como indispensável para uma comunidade “evoluída” são representadas como ainda não existentes, ou que necessitam de algum tipo de intervenção social que favoreça um tipo de desenvolvimento ocidental. Para tanto, as receitas para o desenvolvimento podem advir com a dominação colonial, com ajuda ao desenvolvimento, com intervenções humanitárias, com teorias de modernização (COSTA, 2006: 120), ou mesmo com construção das taxonomias estatais, como uma forma de diagnóstico ocidental na busca de uma cura para os Estados do Sul.

No diagnóstico do fenômeno alteritário etnocêntrico as taxonomias estatais são relacionadas à forma natural de um modelo de Estado. Esse modelo é utilizado para moldar a sociedade dentro de uma perspectiva de ordem, estabilidade, controle político e capacidade, que influenciam políticas de desenvolvimento e promovem a democracia liberal, conforme estabelece a receita ocidental. A partir desse modelo concebeu-se a existência de um binário estatal formada por *Strong States* e os Estados do Sul.

As taxonomias estatais para os Estados do Sul foram formuladas tendo em vista suas posições geopolíticas nas múltiplas hierarquias globais e dentro do binário superior/inferior. Ao dar atenção a essa geopolítica caracterizou-se, com a pretensão de um “*god-eye view*”, a falta de capacidade estatal, o déficit no fornecimento eficiente de bens políticos e de proteção para a população, a falta de capacidade de controlar suas próprias fronteiras e a ausência de autoridade sobre parte de seu próprio território (BILGIN e MORTON, 2002:60).

2. **WEAK STATES:** os Estados do Sul em questão

Para analisar os *weak* e *rogue states* a partir de uma crítica às taxonomias estatais construídas é importante compreender o modelo de Estado estruturado a partir de concepções weberianas, que é colocado como modelo para as relações internacionais. Com a delimitação do que é entendido como padrão para o Estado Racional Moderno é possível ir além de uma simples crítica das taxonomias e perceber as dinâmicas das relações de poder na política mundial entre os Estados. Ao ser apresentado como foi construído e qual a base do Estado Racional Moderno verificar-se-á os fundamentos que levaram à construção das ideias de fragilização e falência do Estado, o que reverberou em classificações que podem demonstrar os interesses correlatos às políticas dos Estados mais poderosos.

2.1. Um breve aporte sobre o Estado Racional Moderno

O pensamento weberiano percebe a combinação de determinadas características como fundamental para a estruturação do que se convencionou chamar de Estado racional Moderno. Nesse modelo de Estado, tem-se “uma associação política com uma constituição racionalmente redigida, leis racionalmente ordenadas e uma administração coordenada por regras racionais ou leis, administrado por funcionários treinados” (WEBER, 2007: 25-26). No entanto, essas características combinadas ainda não eram suficientes para marcar a idiosincrasia do Estado racional Moderno, faltava-lhe algo que pudesse garantir sua capacidade dentro e fora das fronteiras que seriam estabelecidas.

Segundo Weber, pensar o nascimento da estrutura racional do Estado Moderno é compreender o Ocidente. O nascimento do atributo racional dessa instituição se deu mediante a consolidação de uma burguesia nacional, formada a partir da aliança entre o Estado nacional e o capital. Dessa aliança, o Estado nacional conseguiu garantir ao capitalismo as possibilidades de sua subsistência, com a permissão e fomento de sua reprodução mediante o a construção de funcionalismo especializado, de um direito racional e do processo de institucionalização do monopólio legítimo do uso da violência (WEBER, 2004: 517-518).

Com a união do funcionalismo e de um direito racional observou-se a construção e instrumentalização de uma economia política estatal que almejava para o Estado, condições

de produção, concentração e expansão do próprio capital. Com o advento de uma política econômica centrada no Estado, as cidades conseguiram se desenvolver. Para Tilly (1996: 65) “quando o capital se acumula e se concentra dentro de um território, o crescimento urbano tende a acontecer dentro do mesmo território – com maior intensidade no ponto de maior concentração”. Porém, somente com reiteradas tentativas de instrumentalização de uma sistemática política econômica voltada para o Estado conseguiu-se construir um processo tributário e políticas econômicas voltadas para os grandes comerciantes, que possibilitaram, segundo Weber (2004: 520-522) a racionalização da economia política estatal.

Não obstante, não é possível atribuir a essa associação política, formada a partir da relação entre capitalistas e funcionalismo público, a naturalização de funções, uma vez que essas funções podem ter sido tarefa de qualquer outra associação política em momentos históricos diferentes. Dessa forma, somente é possível identificar o Estado racional Moderno a partir de sua idiosincrasia: a coerção física.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território (...), reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que à todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita0020(WEBER, 2004: 525-526)

Para Tilly (1996: 107), essa lógica da coerção física se consolida à medida em que há expansão e concentração de capital. Os esforços estatais vão para além da máquina de guerra, direcionando o Estado a controlar a coerção, o capital e uma variedade de atividades de regulamentação, compensação, distribuição e proteção. Nesse processo, o Estado passa a incorporar novas funções, como o pagamento de pensões, a educação pública, o planejamento urbano, o fornecimento mínimo de saúde, etc.

Não obstante, mesmo com essas novas funções, duas características são congruentes nos processo de formação do Estado, quais sejam: a busca interminável e agressiva por território e comércio, o que fez da guerra um recurso propulsor da história europeia; e a coerção, como recurso para a guerra. “Os meios de coerção tinham uma função na guerra (atacando os rivais externos), na formação do Estado (atacando os inimigos internos) e na proteção (atacando os inimigos dos clientes do Estado)” (*Idem*, 1996: 108).

Essa particularidade se dá devido ao fato de que a coerção física, na Europa, foi tomada pelo Estado como um monopólio, com difícil usufruto por parte da sociedade civil. Os Estados “(...) declararam criminoso, impopular e inexecutável para a maioria dos seus cidadãos

o uso de armas, baniram o exércitos particulares e tornaram normal agentes armados do Estado enfrentarem civis armados” (*Idem*, 1996: 125).

Ao mesmo tempo em que o Estado criava impasses para que o cidadão adquirisse armas, alimentava também suas próprias forças armadas, de modo a superar qualquer disputa doméstica. Dessa forma, a “distinção entre política ‘interna’ e ‘externa’, que antes não era muito clara, tornou-se relevante e decisiva”. Assim, com a atuação e institucionalização de um agente profissional que detinha o monopólio legítimo do uso da violência e com os mecanismos necessários para a manutenção desse agente (impostos, mecanismos de recrutamento, abastecimento, etc.), a estrutura do Estado se tornou muito mais duradoura e eficiente (TILLY, 1996: 126-128).

Dessa forma, o processo de formação dos Estados caminhou conforme a produção, concentração e expansão de capital. Essa dialética faz parte da essência mundializada do capitalismo, na medida em que se constitui como um processo civilizatório (MELLO, 2001).

Muito embora, de 1490 até meados do século XIX não havia possibilidade de afirmar que a Europa se constituiria o emaranhado de Estados Nações que é hoje. Somente com as conquistas de Napoleão e as subsequentes unificações da Alemanha e Itália foi possível imaginar Estados separados entre si, delimitados por fronteiras, dotados de exércitos nacionais e profissionais que conseguiam controlar áreas com aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. E somente por cerca de 1890, com o processo de unificação do Império Germânico e do reino da Itália, a quantidade de estados foi diminuída para cerca de trinta (TILLY, 1996: 99).

Segundo Tilly (1996: 99) dada essa variação na quantidade de Estados, compreende-se que essas mudanças não se limitaram à quantidade, mas, também, ao tamanho do território estatal. Em 1490 os Estados apresentavam uma proporção de aproximadamente 24 mil km², com população média de 310 mil pessoas; em 1890 os Estados abarcavam uma porção de 160 mil km² em média, com uma população que podia chegar aos 7,7 milhões. Nessas condições, “ninguém governava, sem um aparelho especializado de vigilância e supervisão”.

O que se entende, portanto, como modelo padrão de formação estatal é aquele Estado construído a partir da profissionalização das forças armadas e da conseqüente necessidade de instrumentalização de mecanismos eficientes de tributação. Com essa estrutura formada, o Estado Racional Moderno conseguiu reivindicar para si, de forma idiossincrática, o monopólio legítimo do uso da violência, lançando mão de um território delimitado, com um povo a manter, em sua maioria, traços característicos, como língua e a cultura.

O Estado Racional Moderno, possuidor de um grande exército, com poderes tributários, burocracia eficiente e capaz de exercer o monopólio legítimo do uso violência em um território delimitado, é considerado o único capaz de proporcionar ordem, segurança, leis e os direitos de propriedades necessários para o desenvolvimento econômico no mundo moderno (FUKUYAMA, 2004:15). Sem essas características, o reino da pobreza pode se tornar uma realidade e um das causas centrais no processo de fragilização das estruturas e das instituições do Estado Racional Moderno.

Nesse sentido, para Fukuyama, somente o formato de Estado construído no Ocidente é capaz de proporcionar as soluções para sanar a condição dos Estados que caminham em direção ao reino da pobreza e do conseqüente processo de fragilização de suas próprias funções. Sendo assim, para Fukuyama

(...) a oferta do mundo moderno é muito atrativa porque conjuga a prosperidade das economias de mercado com a liberdade política e cultural da democracia liberal. Se trata, pois, de uma combinação que resulta objeto de desejo para quantidades enormes de pessoas e assim demonstra o fluxo praticamente unilateral de imigrantes e refugiados que se movem dos países menos desenvolvidos a outros mais desenvolvidos²⁶ (FUKUYAMA, 2004:16-17).

A partir dessa noção de Estado, Fukuyama constrói um quadro, com base nos paradigmas do Banco Mundial, em que esboça o que se entende por funções estatais:

Funções Mínimas	Funções Intermediárias	Funções Dinâmicas
Corrigir as disfunções do Mercado	Enfrentar efeitos externos	Coordenar a atividade privadas
Bens Políticos	Regular Monopólios	Política Industrial
Defesa	Corrigir um sistema educacional imperfeito	
Lei e Ordem (Estado de Direito)	Oferecer seguros sociais	
Gestão Macroeconômica		
Saúde Pública		

²⁶ “(...) la oferta del mundo moderno es muy atractiva porque conjuga la proseridad material de las economías de mercado con la libertad política y cultural de la democracia liberal. Se trata, pues, de una combinación que resulta objeto de deseo para cantidad ingentes de personas y así lo demuestra el flujo prácticamente unilateral de inmigrantes y refugiados que se desplaza desde países menos desarrollados a otros más desarrollados.”

--	--	--

Fonte: Adaptado de BANCO MUNDIAL, Informes sobre ele Desarrollo Mundial, 1997 *apud* FUKUYAMA, p.24-25, 2004.

Com esse quadro de funções do Estado, torna-se possível visualizar em quais áreas se dá o processo de fragilização estatal, além de demonstrar que a estaticidade, entendida como as funções e capacidades do poder público, “(...) se preocupa com o alcance do Estado (o que, na prática, o Estado faz para a sociedade) e a capacidade do poder público de agir (a força das instituições)” (ITUASSU, 2005: 3). Através do quadro pode-se visualizar como se dá o misto de Estado Racional Moderno, instaurado no período colonial, que resultou na formação dos *weak states*. Estados que convivem com setores, funções e capacidades que ora demonstram certas funcionalidades, mas que não apresentam suas capacidades para a maior parte de sua população (FUKUYAMA, 2004: 35). Cabe investigar, assim como se dá o processo de construção da ideia de fragilização e falência estatal e como esse fenômeno resultou na utilização de taxonomias para representar os Estados que andavam e andam no “caminho da falência” (WYLER, 2008: 9).

2.1.1. A fragilidade do modelo central: *weak states*

A dissertação entende a condição *weak* como um ponto intermediário para o que é chamado como “caminho da falência” e como consequência das reviravoltas conceituais e dos critérios utilizados na construção das taxonomias de Estado. Sendo assim, o objetivo geral desse capítulo é analisar a construção dessa taxonomia a partir da compreensão do Estado como uma instituição que está a se fragilizar mediante a securitização do subdesenvolvimento e do transbordamento das ameaças resultantes da fragilização do Estado.

Sob uma abordagem institucionalista, o Estado Racional Moderno é caracterizado por um “(...) cenário de regras, de medidas de conformidade e normas morais, éticas e comportamentais designadas para constranger o comportamento de indivíduos no interesse de maximizar a riqueza ou utilidade de princípios²⁷” (NORTH, Douglass, 1981:201-201 *apud* DESCH, Michel, 1996: 257, tradução livre). Sendo assim, o intuito de apresentar essa abordagem se dá pelo fato dela ser a mais aceita por *think tanks* e Organizações Internacionais

²⁷ “(...)set of rules, compliance procedures, and moral and ethical behavioral norms designed to constrain the behavior of individuals in the interests of maximizing the wealth or utility of principals”

como o Banco Mundial e por se relacionar com os discursos sobre a paz e a segurança internacionais.

Portanto, os objetivos pretendidos são: contextualizar o início do processo de construção da taxonomia *weak*; discutir a taxonomia em questão; analisar os conceitos *weak* proporcionados pelos relatórios de quatro instituições, quais sejam: *Brookings Institution*, *Center for Global Development (CGD)*, *United State Agency for International Development (USAID)* e a *Political Instability Task Force*, construída pelo Centro de Inteligência Americana (CIA); e decompor o processo de securitização do subdesenvolvimento.

Com esse direcionamento, não se procura colocar a taxonomia *weak states* como uma condição de instituições estatais que por si só enfraqueceram e não conseguiram manter os níveis de estaticidade de um Estado normal, mas como um reflexo histórico do colonialismo, da posição política do Estado perante o sistema e a economia política internacional. Da mesma forma não é objetivo dessa dissertação propor um novo conceito para a taxonomia *weak state*. Da mesma forma, não será objetivo da pesquisa a demonização dessa categoria de Estado, nem da taxonomia construída para representá-lo. A dissertação compreende que a existência desse tipo de Estado não pode ser negada, mas questiona as bases que constituem a taxonomia construída para representar Estados específicos, que fazem parte dos interesses daqueles que detém poder nas relações internacionais.

Assim, a construção da taxonomia estatal *weak* é compreendida no contexto histórico da Guerra Fria em que a Conferência de Bandung, em 1955, ressaltou o poder político dos Estados do Sul. Não é entendida, portanto, como uma novidade da década de 1990, que observou a ascensão dos conflitos intraestais, antes obscurecidos pelo embate bipolar, ou do desmantelamento da União Soviética, que propiciou o surgimento de novos Estados. Tampouco é confundida com a taxonomia *failed state*²⁸, que concebe o Estado como um dado acabado (ROTBERG, 2003, 2004, 2007) e não como ator a sofrer com um processo de fragilização, decorrente das dinâmicas das relações de poder e da economia política mundial. Da mesma forma, não é confundida com a taxonomia *rogue state* que possui como características um comportamento militar, no meio internacional, considerado agressivo e irracional.

²⁸ Na Dissertação, a exclusão de outras taxonomias como *fragile*, *fragilling*, *colapsed states*, *failed states* (MCLOUGHLIN, 2012), se deu mediante a compreensão de que essas taxonomias, da mesma forma que a taxonomia *Weak State*, aceitam um padrão ocidental que deve ser atingido de formação e reconstrução do Estado. Assim, a análise que se faz dos *weak states* pode servir para compreender a construção dessas outras taxonomias.

Assim, no contexto da supracitada Conferência, marcado por uma forte desigualdade econômica, pela interferência do poder colonial e pela concepção de falta de amadurecimento das instituições político-sociais, os Estados do Sul foram apresentados como insuficientes ao naturalizado Estado Racional Moderno Ocidental. Nesse período, abordagens tradicionais Realistas e Liberais, com vieses etnocêntricos, compreendiam que o tema de segurança se desenvolvia a partir da ideia de ameaça externa, de interdependência e estava atrelada à segurança dos blocos políticos da disputa bipolar (AYOOB, 1983-1984: 43). Desse entendimento, a categoria *weak* vai ser construída como uma representação daqueles Estados que se encontravam fora desse padrão ocidental, que emergiram dentro de uma “zona de conflito”, posta pelo realismo, em busca de uma “zona de paz” liberal (BILGIN e MORTON, 2002: 68).

Como consequência, pode ser identificada uma bifurcação em relação à formação estatal, em que os “Estados ocidentais são, portanto, *strong states* (embora nem todos possam ser poderosos, eles são fortes em termos de estrutura estatal) ²⁹” (AYOOB, 1983-1984: 44, tradução livre, grifo nosso), enquanto os Estados do Sul, “ (...) até poucas décadas atrás (...) meros ‘objetos’ do que ‘sujeitos’ nas relações internacionais (...) ³⁰” (AYOOB, 1983-1984: 44, tradução livre), são classificados como *weak*, por possuírem um processo de formação estatal fora dos padrões ocidentais.

Com o estabelecimento de um modelo estatal e ocidental a ser atingido, as abordagens tradicionais compreenderam a soberania como princípio base das relações internacionais e não somente uma norma comumente aceita, mas como algo essencial para uma relação legal diante de uma comunidade internacional (JACKSON, 1987: 521). Nessa condição, os Estados do Sul recém-independentes foram igualados, jurídico e empiricamente, aos Estados do mundo ocidental.

No âmbito jurídico foram compreendidos como unidades políticas autônomas e soberanas capazes de se relacionarem com as outras unidades do sistema internacional. Foram aceitos, portanto, pelos outras unidades do sistema como possuidores de direitos internacionais. No âmbito empírico, apesar de passar a fazer parte da comunidade de nações, aqueles Estados do Sul que acabaram de passar pelo processo de descolonização foram considerados insuficientes em possuir a almejada capacidade para o controle do seu território, para a autoridade sob o seu território, para garantir a segurança interna e externa e para

²⁹ “Western states are, therefore, strong states (although all of them may not be strong powers they are strong in terms of their state structures)”

³⁰ “ (...) until a few decades ago (...) mere 'objects' rather than 'subjects' in international relations (...)”

garantir o acesso aos bens políticos para todos os seus cidadãos. Essa condição gerava o que Robert Jackson (1987: 529) chamou de soberania negativa, ou soberania *de jure*.

Essa soberania negativa, que iguala os Estados do Sul com os Estados do Ocidente, sem se ater as diferenças históricas, econômicas e políticas entre eles, é configurada como uma “cortesia” estratégica atribuída aos Estados que lutavam pela independência e autodeterminação. Nesse cenário, “novos e fracos ‘*quasi-states*’ são incorporados à comunidade internacional, apesar deles serem ‘mais jurídicos do que entidades empíricas’” (NEWMAN, 2009: 3, tradução livre, grifo nosso). Nesse processo, as particularidades constitutivas dos Estados e seus processos históricos de formação são relevados para serem alçados como atores soberanos do sistema internacional, com populações e territórios definidos.

A alocação desses Estados à condição legal de atores internacionais se relaciona com a história de colonização marcada pela não possibilidade de um desenvolvimento institucional, político e econômico tal qual ocorreu nos países centrais. Com essas diferenças quanto ao processo de formação estatal, os Estados do Sul passaram a ser observados dentro de um ambiente de instabilidades regionais que podiam transbordar suas realidades indesejáveis e ameaçar a paz e a segurança internacional. Com o desenvolvimento dessa abordagem, a taxonomia *weak* é apresentada diante de um processo de securitização, que tem a duração dos conflitos e o efeito *spillover*³¹ como característica relacionada à necessidade de respostas com viés de segurança-militar.

2.2. Os Weak States

Para contextualizar o processo de construção dessa taxonomia, é necessária uma breve análise histórica, de modo a perceber como o processo de descolonização tornou o mapa político da África desprovido de uma formação estatal gerida segundo os preceitos tradicionais do Ocidente. Segundo esses preceitos, a formação do Estado racional moderno se

³¹ A noção de efeito *spillover* tratada na dissertação não é a mesma das abordagens neoinstitucionalistas, que compreendem esse feito no processo de integração regional, mediante a propagação de instituições interdependentes, num processo de supranacionalidade. Para isso, ver Haas (1964) e Medeiros (2003). Aqui o efeito *spillover* será tratado como o transbordamento das novas ameaças que atingem países vizinhos criando uma zona de instabilidade regional.

deu a partir de um sistema tributário eficiente e do monopólio legítimo do uso da violência (WEBER, 2004: 525-526) e da guerra (TILLY, 1996:108).

Os sistemas políticos que emergiram na África tinham sua origem na relação com os interesses do poder colonial, que tornaram os “Estados”, assim como a elite que os constituía, reféns ou subordinados aos interesses estrangeiros. Nessa relação, “a política africana pode ser compreendida como resultado de uma construção intrinsecamente imperial e internacional (...)”³² (JACKSON, 1987: 525, tradução livre). Assim o sendo, falar em descolonização, segundo Jackson (1987: 525), remete a falar em um processo que envolveu tipicamente a resignação ou retirada da administração europeia, que resultou na eliminação de um componente essencial para operar o Estado.

Logicamente, nessa análise, o recuo do poder imperial não pode ser visto como um tipo de altruísmo por parte das potências imperiais. Em meados da década de 1960, manter as colônias implicava uma série de problemas que a metrópole não conseguia arcar (JACKSON, 1987: 526). Com a insustentável manutenção de um ordenamento político-administrativo com base no colonialismo, dentro de uma estrutura internacional bipolar, os Estados do Sul se apresentaram como uma contraposição à imposição daquele cenário. Como um desvio em relação ao *status quo* internacional, esses Estados foram impulsionados a questionar suas localizações nas zonas de influência do conflito ideológico entre EUA e URSS.

É nesse contexto da Guerra Fria, quando foi observada a ascensão política de grande parte dos países que hoje formam o Sul nas relações internacionais, que a categoria *weak* passa a ser construída. Com a promoção dessas nações, a partir do movimento de descolonização da África e da Conferência de Bandung, em 1955, tentava-se pautar uma agenda para além da balança de poder advinda da relação bipolar entre Estados Unidos e a União Soviética. Nesse momento

a multiplicação de Estados africanos vindos a cena atribuiu, nas instituições do Terceiro Mundo e em outras instituições internacionais, uma imponente presença numérica do continente, concedendo dimensão mundial as preocupações propriamente africanas, expressas no contexto terceiro-mundista. (MAZRUI e WONDJI, 2010: 1005).

Nesse novo cenário que marcou as relações internacionais, com o surgimento de vários Estados sob a cortesia da comunidade de nações, foi possível a partir de um viés institucionalista observar a distância política, econômica e institucional em que se encontravam os Estados Racionais Modernos – os *strong states* – e aqueles que apresentavam

³² “Political Africa is an intrinsically imperial cum international construct (...)”

um misto de estaticidade – os *weak states*. Dada essa distância e dados os termos utilizados para a identificação do Estado dentro de um espectro de estaticidade, o mínimo que se espera dos *strong states*, e que não é alcançado por aqueles que se encontram no “caminho de falência”, é um Estado soberano que possua as funções mínimas que garantam a segurança e o bem-estar de seus cidadãos, bem como uma relação normal com os outros atores do sistema internacional. Essas funções são representadas pelo modelo tipo-ideal de Estado Racional Moderno, por meio do qual é avaliada a performance dos Estados (JOHN, 2008: 1).

Com a requisição desse mínimo funcional para que os Estados possam se constituir como atores soberanos do cenário internacional, as abordagens tradicionais se baseiam nas seguintes ideias: primeiramente, um mercado liberal e transparente, com uma estrutura burocrática racionalizada, medidas de *accountability* e uma economia de mercado que possa gerar o processo natural de desenvolvimento. Em segundo lugar, a partir da visão liberal da guerra e da violência, somente através da liberalização econômica e da democracia liberal é possível promover a paz. (JOHN, 2008:2).

A partir dessas ideias dois fatores podem ser levantados para compreender o espectro de estaticidade e o “caminho de falência” pelo qual passam os *weak states*, quais sejam:

- 1) A violência política – sendo que não é a violência em si que define a falência estatal, é a sua duração em relação à capacidade e autoridade do Estado que delinea o processo de falência (*Idem*, 2008: 4). “Nesta visão, a violência política e criminal não significa a condição de falência e a ausência não significa necessariamente que o Estado em questão não está em falência³³” (*Idem*, 2008: 5, tradução livre).
- 2) A porosidade das fronteiras – resultado da falta de capacidade do Estado em controlar suas fronteiras e da falta de autoridade estatal em parcelas do seu território.

A partir desses indicadores, John (2008:5) ressalta que Rotberg (2004) busca a construção de um *rank* em que os Estados são classificados segundo sua capacidade de fornecer bens políticos (segurança, educação, saúde, oportunidade econômica, proteção ambiental, legitimidade das instituições e manutenção da infraestrutura) aos cidadãos. Esses bens políticos, que Rotberg ressalta, advêm do entendimento da *Freedom House*³⁴, para

³³ “In this view, political and criminal violence does not condition failure and the absence of violence does not necessarily mean the state in question has not failed”

³⁴ A *Freedom House* é um *think tank* estadunidense, sem fins lucrativos e sem ligação oficial com o governo dos EUA, com sede em Washington e que trabalha em cima de temas como Democracia, Direitos Humanos e desenvolvimento a partir da Economia de Mercado. Seus relatórios desenvolvem linhas de engajamento em Política Externa que podem ser usados pelo governo dos Estados Unidos. E se intitulam como “uma organização de vigilância independente dedicada à expansão da liberdade ao redor do mundo” “an independent watchdog organization dedicated to the expansion of freedom around the world.” Para ver mais: <http://www.freedomhouse.org>

aqueles direitos políticos configurados a partir da premissa da livre participação popular no processo político, incluindo o direito de votar e ser votado em eleições livres e legítimas, competir para cargos públicos, participar de Partidos políticos e organizações, além da *accountability*. Os bens políticos também estão inseridos no que a Instituição compreende por liberdades civis, as quais abrangem as esferas da liberdade de credo e expressão, de se associar e se organizar; de autonomia pessoal, ou seja, sem que haja a interferência do Estado na vida privada e a regulação do Estado de Direito.

Assim, um *strong state* é aquele ator que detém um excelente desempenho nas esferas institucionais, políticas e econômicas. São aqueles que conseguem controlar suas fronteiras territoriais, a partir do monopólio legítimo do uso da violência, resguardar em sua autoridade e capacidade a defesa interna e externa da Nação. Ao fazer isso, o *strong state* consegue proporcionar, em alta qualidade, o conjunto de bens políticos para a população. Seu desempenho, portanto, é facilmente compreendido com os altos índices de IDH, com baixos índices desigualdade social e com as altas taxas de indicadores de liberdade, com respeito aos direitos políticos e liberdades civis garantidas (DESCH, 1996; JACKSON, 1987; PATRICK, 2006; ROTBERG, 2003, 2004, 2007).

Dada a compreensão do que são os *strong states*, interessa agora perceber as várias características formuladas para identificar um *weak state*. Assim, com a hierarquização dos bens políticos, a sugestão de Rotberg é que, em oposição aos *strong states*, estão os *weak states*. Esses “(...) *weak states* mostram um perfil misto (...)”³⁵ (ROTBERG, 2003: 4, tradução livre, grifo nosso), em que a fraqueza e a relativa institucionalidade se misturam. Esses Estados estão imersos dentro de um imbricado sistema, no qual, coexistem instituições relativamente fortes e fracas, o que implica performances muito fracas em algumas áreas, enquanto outras apresentam uma mínima e relativa eficiência estatal, que muitas vezes só vem a servir uma diminuta elite que se apropriou do Estado. Os *weak states* são

(...) inerentemente fracos devido a sua condição geográfica, física ou por restrições econômicas; basicamente fortes, mas temporariamente fracos ou situacionalmente fracos devido a antagonismos internos, má administração, ganância, despotismo, ou ataques externos; e uma mistura dos dois³⁶ (ROTBERG, 2003: 4, tradução livre).

³⁵ “(...) *weak states* show a mixed profile (...)”

³⁶ “(...) inherently weak because of geographical, physical, or fundamental economic constraints; basically strong, but temporarily or situationally weak because of internal antagonisms, management flaws, greed, despotism, or external attacks; and a mixture of the two.”

Para Jackson (1987: 526-527) os *weak states* detêm as seguintes características: autoridade incerta; organizações governamentais ineficazes; comunidade política com muita segmentação étnica, o que facilita a elite remanescente do período colonial privilegiar uma parcela da população; autoritarismo; corrupção endêmica, quase inerente à estrutura desses Estados, que se infiltra na maior parte dos setores governamentais, dificultando ou mesmo negando a capacidade estatal. Segundo Rotberg (2004: 4), sob essas características, percebe-se que os *weak states* são assolados por tensões étnicas, linguísticas, religiosas que acontecem, normalmente, entre grupos rivais. Esses conflitos, por não se configurarem como totalmente abertos, tendem a demonstrar uma realidade em que o Estado caminha a se fragilizar quando suas rotas comerciais são deterioradas, quando há altos índices de violência urbana e os bens políticos sofrem uma diminuição acentuada. Nesses Estados, normalmente, o Estado de Direito é colocado em xeque por seus governantes que, mesmo passando por processos eleitorais, mais se assemelham a ditadores, que permanecem no poder a partir da instrumentalização de violência gratuita contra sua própria população e através de mecanismos que corrompem o processo eleitoral.

Patrick (2006: 29), por sua vez, lança um critério de avaliação para averiguar o Estado nesse espectro de estaticidade, em que a força do Estado é relativa e pode ser medida conforme a habilidade e a vontade em providenciar bens políticos fundamentais a população, tais como segurança física, instituições políticas legítimas, governança e bem-estar social. Os *weak states*, no entanto, convivem com uma série de condições que caracterizam a fragilização de suas estruturas e instituições estatais.

Essas condições podem ser divididas em quatro esferas que marcam a fragilização dos *weak states*, quais sejam:

- 1) A esfera da jurisdição legal internacional – quando os Estados não apresentam uma condição soberana total, apenas usufruem de sua condição legal no sistema internacional;
- 2) A esfera política – quando verifica-se a falta de instituições legítimas que providenciem uma administração com eficiência; a falta de *accountability*, que implica a não garantia de direitos básicos e liberdade; a falta de uma justiça imparcial e a não participação, parcial ou total, da população nos assuntos políticos;
- 3) A esfera econômica – tenta-se instrumentalizar, sem sucesso, políticas fiscais e macroeconômicas de incentivo ao empreendedorismo, à empresa privada, à abertura do comércio, ao investimento externo;

4) A esfera social – é falha a tentativa fornecer as necessidades básicas da população, mesmo havendo investimentos mínimos em educação, saúde, serviços (PATRICK, 2006: 29).

Para Wyler (2008: 9-10), analista em Crimes Internacionais, Narcóticos e Defesa dos EUA, em seu relatório endereçado ao Congresso estadunidense, para trabalhar com os *weak states* é necessário se ater ao fato de que não há uma definição universal para o que se entende sobre a fragilização do Estado, de modo que a noção mais aceita é aquela que se refere à erosão da capacidade estatal. Esta noção de erosão pode variar conforme os níveis de eficiência governamentais, chegando a patamares de completa disfunção como é o caso dos *collapsed states*. De acordo com a mesma autora, para se chegar a tal configuração há um caminho dentro do espectro de estaticidade, em que o Estado pode intensificar ou amenizar sua condição de falência. Nesse caminho, o Estado pode conviver com várias gradações de fragilidade, o que é uma característica de sua fraqueza, como já foi salientado por Rotberg (2003).

Segundo Wyler (2008:4), o governo estadunidense elabora um conjunto de quatro esferas que apontam os fatores da fraqueza dos Estados, quais sejam: a paz e estabilidade; a eficiência na governança; o controle sobre as fronteiras domésticas e a porosidade das fronteiras; e a sustentabilidade econômica. Segundo a autora:

- Na primeira esfera avalia-se a instabilidade e o risco da emergência de conflitos. Em *weak states* esses índices são altos. A falta de segurança física e outras funções do Estado estão severamente comprometidas;
- Na segunda esfera, os Estados são afetados por uma pobre governança e pela inadequada provisão de serviços públicos aos cidadãos. Essa “pobre governança” pode ser relacionada à vontade ditatorial do governante ou à falta de capacidade do Estado;
- Na terceira esfera, o *weak state* convive com a falta de controle efetivo sobre suas fronteiras, bem como sua autoridade não alcança todo o território nacional, o que acarreta a emergência de poderes paralelos, personificados em *warlords*³⁷, o que reverbera em mais instabilidade;
- Na quarta esfera avalia-se a pobreza que há nos *weak states*, devido a falta de condições para o desenvolvimento socioeconômico.

³⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre os *warlords* vê: RENO, William (1997)

Dadas essas condições, segundo Wyler (2008: 4-5) as questões referentes aos *weak states* começaram a fazer parte dos documentos do *U.S. National Security Strateg*³⁸ (USNSS) a partir de 1998. Muito embora, ao ser feita a análise desses relatórios foi possível identificar que a preocupação dos Estados Unidos com os *weak state* vem desde o final da década de 1980, em 1987³⁹, quando novas ameaças começam a fazer parte de sua preocupação com a paz e a segurança internacional.⁴⁰

Assim, ao serem apresentadas as várias linhas de entendimento do que seriam os *weak states*, é possível deduzir que, dada a falta de consenso e a possível abrangência de Estados considerados *weak states*, essa taxonomia pode se relacionar com as diferentes análises de diferentes instituições que alcançam ressonância com as dinâmicas e os interesses das relações de poder da ordem mundial.

Muitas dessas compreensões apresentadas sobre os *weak states* ganham espaço na política externa de países poderosos, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, com a *U.S. National Security Strategy*; da Espanha com sua Diretiva de Defesa Nacional do *Consejo de Defensa Nacional*, de 2004 e corroborada em 2012 e com a *Estrategia Española de Seguridad*, de 2011; da França com o *Le Livre Blanc - Défense et Sécurité Nationale*, de 2008. Em relação à Inglaterra, o tema sobre os *weak states* aparece mais em sintonia com a perspectiva sobre o desenvolvimento, de forma que é no *Department for International Development*, que o governo mais discute esses Estados e a sua situação de pobreza.

Em relação às várias instituições que elaboram conceitos e índices de *weak states*, podem ser citados os *think tanks* *Brooking Institution*, com o *Index of State Weakness in the World in Developing* (Índice de Fraqueza Estatal no Mundo em Desenvolvimento), e o *Center for Global Development*, com o relatório *On The Brick: Weak States and U.S. National Security*. Em ambos os relatórios, o conceito e o índice para *weak states* são desenvolvidos a partir da compreensão da falência em determinadas áreas de atuação do Estado e como eles

³⁸ O objetivo da USNSS é articular as metas e interesses dos Estados Unidos ao redor do mundo, de modo a servir de instrumento para a construção de uma estratégia de segurança nacional coerente, a médio e longo prazo, com os interesses vitais dos EUA. Para consultar o acervo dos relatórios vide: www.nssarchive.us

³⁹ Segundo consta no sítio do “National Security Strategy Archieve”, a Lei Goldwater-Nichols de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986 (que altera o Título 50, Capítulo 15, Seção 404a do Código dos EUA), estipula que o Presidente dos EUA deve submeter, a cada ano, um relatório contendo a estratégia de segurança nacional do país ao Congresso Nacional.

⁴⁰ A importância de analisar esses relatórios elaborados pelo governo dos Estados Unidos se alinha à concepção desenvolvida por Quijano (2005), a qual concebe que o atual padrão de poder mundial é o primeiro efetivamente global da história e esse poder é exercido por EUA/Europa. Nesse sentido, o que é construído como ameaça à segurança internacional por essa matriz de poder perpassa a noção do centro hegemônico que transborda sua ideia à Periferia.

podem ser utilizados pelo governo dos Estados Unidos como estratégia de prevenção de ameaças.

Para aumentar a variação conceitual, também existem formulações desenvolvidas em agências governamentais dos Estados Unidos, como a USAID, com os relatórios *Fragile States Strategy* e *Fragile State Indicators*, e a Agência Central de Inteligência (CIA), com o relatório desenvolvido pela *Political Instability Task Force*, que impulsionam um viés de ameaça que esses Estados podem representar.

2.2.1. A classificação/categorização dos *weak states* por 4 instituições

Dado esses processos classificatórios, os critérios taxonômicos podem ser distinguidos de modo a separar definições como *weak* e *fragile* de *collapsed* e *failed*, assim como possibilitar a distinção entre *collapsed* e *failed*. Com essa separação é possível identificar as particularidades e as regiões onde estão inseridos os *weak states* durante o caminho da falência⁴¹ (TORRES e ANDERSON, 2004 *apud* JOHN, 2008: 6-8; RICE e PATRICK, 2008: 5-7). Dessa forma, são apresentadas definições para o caminho da falência estatal a partir de quatro relatórios elaborados por determinadas instituições dos Estados Unidos, quais sejam: *Brookings Institution*, *Center for Global Development (CGD)*, *United State Agency for International Development (USAID)* e a *Political Instability Task Force*, construída pelo Centro de Inteligência Americana (CIA).

O critério utilizado na escolha do relatório dessas instituições acompanha a perspectiva de Said (1990: 31) no seu estudo sobre o Orientalismo que se debruça sobre a autoridade do discurso. Sendo assim são utilizadas as noções de “localização estratégica” de Said, que é a percepção sobre o modo de descrever de determinado autor em relação ao material sobre o qual escreve. E de “formação estratégica”, que analisa a relação de textos produzidos por determinado autor e o modo pelo qual esses textos ganham densidade e passam a possuir poder referencial sobre determinado tema.

⁴¹ Vale salientar que a Dissertação está ciente de abordagens como a desenvolvida por Ayerbe (2012) que utilizam o termo “territórios não-governados” para se referir aos *weak states* aqui trabalhados. A utilização desse termo faz consonância com a crítica desenvolvida nesse trabalho, principalmente, no tocante ao fenômeno alteritário etnocêntrico por meio do qual “(...) a noção de espaços não governados pressupõe uma visão pautada na perspectiva da modernização associada à trajetória histórica da Europa Ocidental, em que os déficits de presença do Estado passam a ser percebidos como ausência de ordem.” (AYERBE, 2012: 111).

Sob essa perspectiva, a escolha dos relatórios dessas específicas instituições observa a relação de proximidade do que é construído como um *weak state* e os interesses de segurança da Política Externa dos Estados Unidos. Dessa forma, são utilizados dois *think tanks* e duas agências governamentais estadunidenses.

Utiliza-se aqui os *think tanks* por compreendê-los como institutos, fundações, agências ou organizações, muitas vezes sem relações político-partidárias, que visam construir um conhecimento específico que possa dar suporte científico para a atuação de vários atores nacionais ou internacionais. Essas instituições podem ser financiadas ou não, podem possuir um caráter permanente ou transitório. No entanto, o que torna claro na sua identificação é a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, para a Política Externa e para Políticas de Segurança, direcionadas muitas vezes para governos (TEXEIRA, 2009).

Sendo essas características de um *think tank*, esses atores não-convencionais se configuram como “uma das principais ferramentas ideológicas dos governos norte-americanos para a disseminação e legitimação de seus interesses ao redor do mundo” (TEXEIRA, 2009: 3). Essa concepção é sustentada a partir do entendimento de que o discurso ou qualquer outra forma de manifestação do conhecimento expressa os interesses de alguém, de algum grupo e, no caso de alguns *think tanks*, tentam transformar a realidade observada conforme seus interesses.

Dessa forma, os *think tanks* não constroem apenas a representação de uma dada realidade a partir de um lócus de saber. Eles produzem conhecimento com objetivos políticos que podem ser decifrados. Ou seja, “os *think tanks* e seus intelectuais também atuam para dar sentido, legitimar e justificar políticas, lançando mão de efeitos retóricos” (TEXEIRA, 2009: 5, grifo nosso), com esse objetivo, conseguem internalizar em seu público alvo, suas análises, tornando-as válidas para uma audiência engajada nas suas políticas. Nessa tarefa de construção de uma cosmovisão, os *think tanks* conseguem construir uma agenda política em comum, que pode alcançar os acontecimentos do cenário internacional.

Dada essa explicação para a utilização de *think tanks* e de outras organizações, cabe agora a análise de seus relatórios para o que eles definem como *weak states*:

1) *Brookings Institution* – Esse *think tank* é colocado em 1º lugar entre 6500 *think tanks* num *rank* formulado pelo *Index GoTo Think Tank* (MCGANN, 2012), elaborado pela Universidade de Maryland, em 2011. Ele é considerado referência em temas como Desenvolvimento Internacional, Políticas de Saúde, Segurança e Assuntos Internacionais, Economia Política Doméstica, Economia Política Internacional e Políticas Sociais.

Em 2008, a *Brookings Institution*, com Susan Rice e Stewart Patrick, elaborou um relatório denominado *Index of State Weakness in the Developing World*. Com o relatório, a *Brookings Institution* visa oferecer ferramentas suficientes para a Política Externa dos EUA antever a falência estatal, bem como possibilitar intervenções em situações que o conflito violento seja intenso e duradouro naqueles Estados que fazem parte do interesse dos Estados Unidos. Com tal prevenção, busca-se a construção “efetiva de Estados no mundo em desenvolvimento, focando a vontade e a capacidade de fornecer os serviços públicos essenciais aos seus cidadãos, deva se tornar o componente significativo da Política de Segurança Nacional dos Estados Unidos ⁴²” (RICE e PATRICK, 2008: 22, tradução livre)

Segundo consta no sítio do governo dos Estados Unidos, Susan Rice é, atualmente, Embaixadora, Representante Permanente dos EUA nas Nações Unidas e membro, desde 2009, do Gabinete do Presidente Barack Obama. Sob a liderança de Rice, os EUA conseguiram levantar, na ONU, sanções contra o Irã e Coréia do Norte, na luta contra a proliferação de armas nucleares. Também levantou apoio às intervenções na Líbia e Costa do Marfim, além de oferecer assistência vital à ONU, no Afeganistão e Iraque. Antes de se tornar Representante Permanente, serviu como Conselheira Sênior para Assuntos de Segurança Nacional para as Américas, na administração Obama. Entre 2002 e 2009 fez parte da *Brookings Institution*, onde se concentrou em temas como Política Externa dos EUA, ameaça à segurança internacional, *weak states*, pobreza e desenvolvimento global.

Stewart Patrick, por sua vez, além de ser pesquisador sênior da *Brookings Institution*, consta no sítio da CGD que o mesmo dirige o projeto *Weak States and U.S. National Security*. No período de 2002 a 2005, junto a *Secretary of State's Policy Planning Staff*, ajudou a formular a política dos EUA para o Afeganistão, bem como para temas de relevância internacional e que atingia os interesses dos Estados Unidos. Dentre esses temas, destacam-se as novas ameaças, os *weak states*, a reconstrução pós-conflitos e o crime organizado internacional.

No relatório está elencado o caminho da falência. Caminho que é analisado a partir do entendimento de que um *weak state* é definido diante de sua capacidade e vontade em quatro esferas, subdividida em 20 indicadores, quais sejam:

- Econômica: PIB/per capita; PNB; Desigualdade de renda; Inflação; Qualidade Regulatória;

⁴² “(...) effective states in the developing world, focusing both on their will and capacity to deliver essential public services to their citizens, must become a significant component of U.S. national security policy.”

- Política: Eficiência Governamental; Estado de Direito; Voz e *Accountability*; Controle da Corrupção; Taxas de Liberdade;
- Segurança: Intensidade do Conflito; Estabilidade Política e Ausência de Violência; Incidência de Grupos; Grave Violação aos Direitos Humanos; Território Afetado por Conflito; e
- Bem-estar Social: Mortalidade Infantil; Conclusão do Ensino Primário; Taxa de Desnutrição; Porcentagem da População com acesso a água potável e adequado sistema sanitário; Expectativa de Vida.

Com esses indicadores a taxonomia não se limita a uma área geográfica, nem a um aspecto funcional do Estado. Dessa forma, *weak states* são:

(...) países [em] que falta a capacidade essencial e/ou a vontade de cumprir quatro setores de responsabilidade crítica do governo: promover um ambiente propício para um crescimento econômico sustentável e equilibrado; estabelecimento e manutenção de instituições políticas legítimas, transparentes e com *accountability*; proteger sua população de conflitos violentos e controlar seu território; e atender as necessidades humanas básicas de sua população⁴³ (RICE e PATRICK, 2008: 3, tradução livre)

Dada essa definição, consta no relatório um gráfico que, didaticamente, demonstra a quantidade de Estados, a evolução da falência estatal e uma conseqüente variação taxonômica de *weak states*. Essas variações no que concerne a fragilização estatal são representadas da seguinte forma:

- *States to Watch*⁴⁴ – países que não são *weak*, mas possuem algumas características de fragilidade estatal que, dependendo da atuação do governo, podem levar os Estados à condição *weak*. Devido a essa característica esses países detêm a atenção de *policymakers* ocidentais, notadamente estadunidenses. Muitos desses Estados podem ser atrelados aos interesses regionais dos EUA, de modo a atingir uma importância frente à segurança internacional. A noção de prevenção do conflito entra nessa categoria estatal como interesse da política externa estadunidense. Exemplo desses países são a Síria,

⁴³ “(...) countries that lack the essential capacity and/or will to fulfill four sets of critical government responsibilities: fostering an environment conducive to sustainable and equitable economic growth; establishing and maintaining legitimate, transparent, and accountable political institutions; securing their populations from violent conflict and controlling their territory; and meeting the basic human needs of their population”

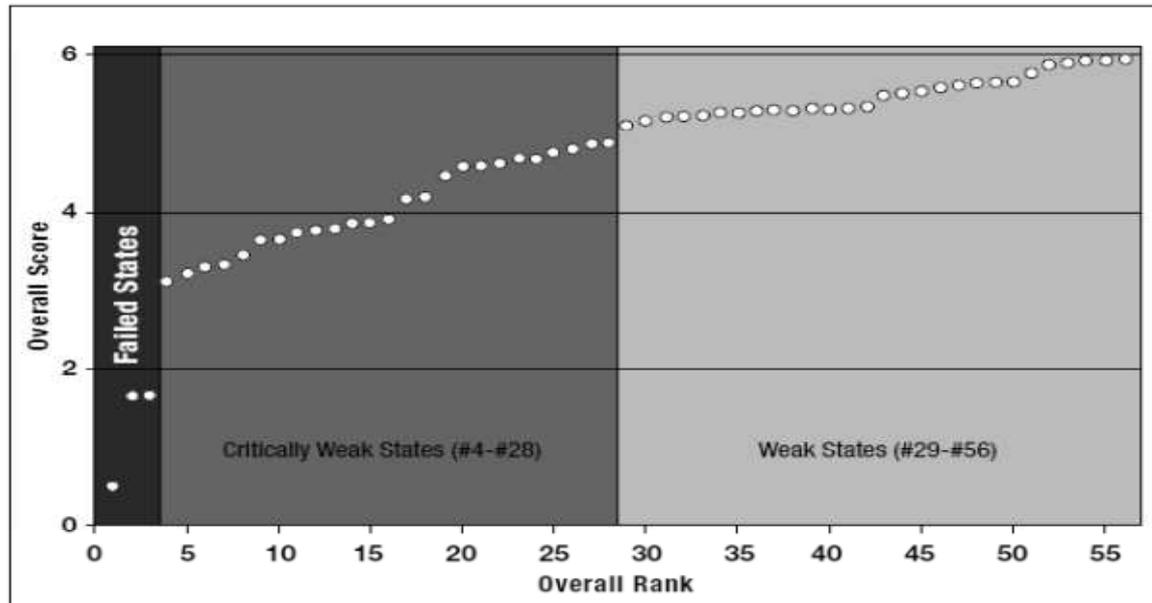
⁴⁴ Não é possível fazer uma tradução literal desse termo. Não obstante, segundo o entendimento construído a partir do relatório, essa classificação poderia ser traduzida como Estados Monitorados, que passam por “cuidadoso monitoramento de policymakers, devido a sua significativa fraqueza em áreas particulares” (RICE; PATRICK, 2008: 20) “(...) carefully monitored by policymakers because of their significant weakness in particular areas (...)”

localizada na posição 59°, Cuba (62°), Bolívia (64°), Iran (66°), Venezuela (70°), China (74°). Esses países se equiparam quanto a sua condição de democracias frágeis e/ou regimes autoritários (RICE e PATRICK, 2008:20).

- *Weak States* – Possuem um desempenho governamental que varia nos índices de assistência estatal, atingido minimamente algumas áreas (econômica) e em outras (segurança) de forma muito mais medíocre. Exemplo: Paquistão, com desigualdade de renda equiparada aos *states to watch*, mas com uma segurança que se equipara aos *failed states*; e Zâmbia com a esfera de bem-estar social equiparada aos *failed states*, enquanto a segurança equipara-se aos *states to watch*. (RICE e PATRICK, 2008: 17-19). Os Estados inseridos nessa classificação de fragilidade são: Camarões, Yemen, Ilhas Comores, Zâmbia, Paquistão, Camboja, Turcomenistão, Uzbequistão, Mauritânia, República do Djibouti, Moçambique, Papua Nova Guiné, Suazilândia, Tadjiquistão, Timor Leste, Burkina Faso, Laos, Malauí, Colômbia, Bangladesh, Madagascar, Quênia, Gâmbia, Mali, Lesoto, Ilhas Salomão, Tanzânia e Sri Lanka.
- *Critically Weak States* – faz referência eminentemente a países africanos, caracterizados pela extrema pobreza e com corriqueiras realidades de conflitos violentos. Somente cinco países dessas categorias estão fora do continente africano: Iraque, Haiti, Coréia do Norte, Burma e Nepal (RICE e PATRICK, 2008: 16).
- *Failed States* – Além de contar com as características dos *critically weak states*, convivem com a falta de habilidade e eficiência de controle sobre o território. Não tem capacidade de fornecer bens políticos, além de conviver com um ambiente de conflito violento intenso. Apenas três Estados são exemplos dessa taxonomia: Somália ocupa a 1ª posição, seguido pelo Afeganistão e República Democrática do Congo.

Com essas variações de *weak states*, a *Brookings Institution* elabora o seguinte gráfico que demonstra a quantidade de estados, em função da sua condição de fragilidade diante dos critérios acima expostos para averiguar a falência estatal:

FIGURE 1: SPECTRUM OF STATE WEAKNESS



Fonte: RICE, SUSAN; PATRICK, Stewart. Index of Weakness State, p.12 , 2008.

2) O segundo *think tank* a ser tratado aqui é o *Center for Global Development*, que financiou a *Commission on Weak States*, em 2004, na produção do relatório *On the Brink: Weak States and U.S. National Security*. O desenvolvimento desse relatório foi liderado por Jeremy M. Weinstein, que serviu como Diretor para Desenvolvimento e Democracia no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, entre 2009 e 2011. Por Stuart Eizenstat, que trabalhou na administração Clinton como vice-secretário do Tesouro, subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Negócios e Assuntos Agrícolas e subsecretário de Comércio para o Comércio Internacional. E por John Edward Porter, congressista do Partido Republicano (1980-2001) que ocupou vários cargos, dentre eles a vice-presidência do Subcomitê de Operações no Exterior e a vice-presidência da Subcomissão de Construção Militar (WEINSTEIN, EIZENSTAT e PORTER, 2004: 43-44).

O relatório compreende os *weak states* através de três áreas: capacidade, legitimidade e segurança (WEINSTEIN, EIZENSTAT e PORTER, 2004: 13), com índices de medição através da “vacinação infantil (capacidade); voz e *accountability* (legitimidade); e mortes em batalha (segurança) ⁴⁵” (RICE e PATRICK, 2008: 5, tradução livre). Para o relatório a diferença entre um *weak state* para um *failed state* é quantidade dessas áreas em falência. Em um *weak state* uma ou duas áreas estão em falência, enquanto no *failed state* todas as áreas estão em falência ou faliram.

⁴⁵ “(...) childhood immunization (capacity); voice and accountability (legitimacy); and battle deaths (security) (...)”

No que tange à proximidade com a Política Externa dos EUA, o relatório deixa claro sua serventia como ferramenta de análise, na medida em que concebe que os “(...) *weak e failed states* importam para a segurança americana, [para os] valores americanos e [para] as perspectivas de crescimento econômico global, sob o qual depende a economia americana (...)”⁴⁶ (WEINSTEIN, EIZENSTAT e PORTER, 2004: 1, tradução livre, grifo nosso). Seguindo essa abordagem, o relatório compreende que o efeito *spillover* da realidade desses Estados se configura como uma ameaça em potencial aos governos e populações vizinhas e consequentemente aos interesses dos Estados Unidos.

O relatório utiliza a *National Security Strategy* da administração George W Bush, de 2002, que concebe o mundo em desenvolvimento, onde reside os *weak e failed states*, como ameaça real e iminente à segurança internacional e, por consequência, aos interesses vitais dos Estados Unidos. Através dela, declara que “(...) agora é a hora de coincidir a retórica com a ação (...)”⁴⁷ (COMMISSION ON THE WEAK STATE, 2004: 7, tradução livre), de modo a fazer valer ações preemptivas para resguardar a segurança dos Estados Unidos.

A partir dos gráficos disponíveis no relatório foi possível construir um quadro e fazer uma relação dos mesmos países que são enquadrados respectivamente conforme os critérios de: Capacidade, Legitimidade e Segurança:

Países coincidentes nos gráficos de Capacidade (vacinação infantil), Legitimidade (Voz e Accountability) e Segurança (Morte em Batalhas)				
20% piores	20%-40%	40%-60%	60%-80%	20% melhores
Afganistão ³	Camarões	Bangladesh	Geórgia	Mongólia
Congo ³	Costa do Marfim ¹	Ilhas Comores	Lesoto ¹	Nicarágua
Laos	Haiti	Quênia	Moldova	
Somália ²	Paquistão ³		Moçambique	
			Tanzânia	
			Zâmbia	
1-Guerra pequena (menos de 25 mortes em batalha no período de 1998-2003)				
2-Guerra Intermediária (mínimo de 25 mortes e máximo de 1000 em batalha, no período de 1998-2003)				
3-Guerra Grande (mínimo de 1000 mortes em batalha, no período de 1998-2003)				

Fonte: COMMISSION ON THE WEAK STATE, p.47-49, 2004

Em comparação com os Estados apresentados pela *Brookings Institution*, apenas três deles (Ilhas Comores, Laos e Tanzânia) estão também catalogados nesse quadro construído a

⁴⁶ “ (...) weak and failed states matter to American security, American values, and the prospects for global economic growth upon which the American economy depends (...)”

⁴⁷ “ (...) it is now time to match that rhetoric with action (...)”

partir do relatório *On the Brink: Weak States and U.S. National Security* e que estão em sintonia com o que ambos os *think tanks* consideram um *weak state*.

3) A *Political Instability Task Force*, formalmente conhecida como *Task Force State Failure*, foi construída em 1994 pela *Central Intelligence Agency* (CIA). Nesse relatório, no qual consta que as informações e opiniões expressadas não representam a visão oficial do governo estadunidense, nem da própria Agência, o processo de falência é compreendido como consequência da falta de capacidade do Estado em duas áreas específicas: eficiência organizacional e autoridade legítima.

Decorrente dessa falta de capacidade, o Estado não consegue apresentar a disposição de resistir às “severas crises políticas internas”, o que acarreta níveis de guerra civil, de colapso governamental, de privação econômica e de violação aos direitos humanos característicos de um *weak state*. Ressalta-se que a variação no nível dessas características ocorre mediante duração da quebra da autoridade do Estado (GOLDSTONE *et al*, 2000: 3), ou seja, para se configurar como um *Weak* o Estado deve estar fragilizado por um período determinado (que não está ressaltado no relatório).

Para compreender os fenômenos de falência ou fragilidade do Estado, o relatório foi desenvolvido em três fases. Na primeira fase, o processo de falência foi examinado durante o período de 1955 a 1994, através de três variáveis: mortalidade infantil; abertura comercial; e nível democrático. Na segunda fase, houve a confirmação da metodologia e o período em análise foi estendido para 1996. Nessa fase, a terceira variável – nível democrático – era considerada a mais importante, pois confirmava a distinção entre uma democracia parcial, uma democracia completa ou uma autocracia, sendo as democracias parciais mais vulneráveis ao processo de falência. Na terceira fase do relatório, o período foi estendido para 1998. Além da análise das variáveis, passou-se a examinar também o impacto que a influência internacional (conflitos armados em países vizinhos; participação em agências internacionais; comércio bilateral) e a abertura comercial têm para amenizar ou aprofundar o risco de falência estatal. (*Idem*, 2000: 9). Também foi adicionado o tamanho e a densidade populacional para o modelo global de análise.

Em relação às escolhas das variáveis, tem-se que:

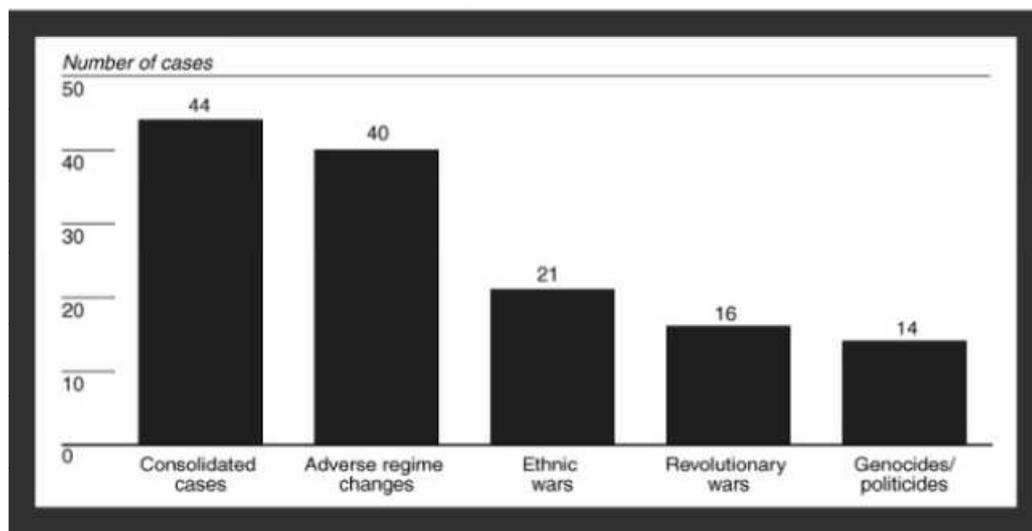
- Mortalidade infantil – é decorrente da sua forte relação com a falência do Estado, pois está diretamente ligada a qualidade de vida do país, relação que não é tão forte quando se mede o PIB per capita, ou expectativa de vida. Com as taxas de mortalidade

infantil é possível identificar os níveis de acesso a saúde, o nível de desnutrição infantil, de saneamento básico, bem como de educação.

- Nível democrático – é relacionado ao risco de falência característico de países com regimes democráticos parciais. Ou seja, possuem eleições regulares e separação dos poderes, mas limitam a participação e a organização popular, restringem o voto e as eleições são fraudulentas. Essas características implicam um ambiente de instabilidade política mais acentuada do que em democracias estáveis ou autocracias.
- Abertura comercial – é a variável que mais pode ser relacionada com o tipo de regime, de modo que é otimizada diante de estabilidade política. A “(...) abertura comercial ajuda a produzir resultados políticos e econômicos que reduzem o risco de falência estatal⁴⁸” (*Idem*, 2000: 10, tradução livre)

No relatório, a análise da fragilização estatal incide sobre quatro eventos, durante o período de 1955 a 1998, que marcam o caminho da falência, quais sejam: guerras revolucionárias; guerras étnicas; mudanças abruptas de regime; e genocídios/politicídios. No gráfico abaixo consta a quantidade de casos dos referidos eventos, que levaram à fragilização estatal.

State Failure Events in Sub-Saharan Africa, by Type, 1955-98

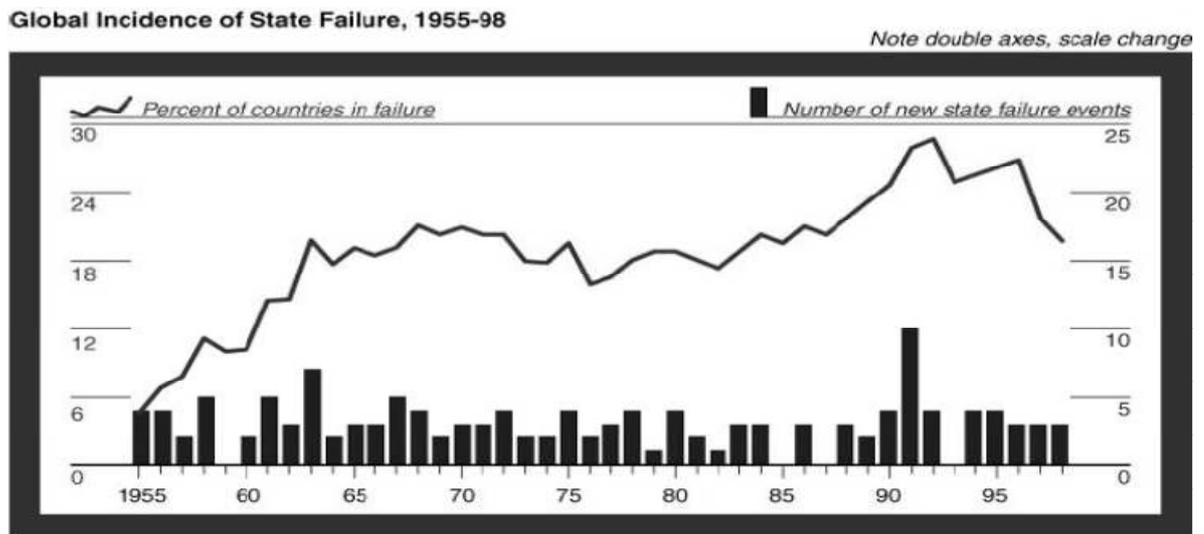


.Fonte: GOLDSTONE, Jack *et al.* State Failure Task Force Report - phase III findings. 2000

O período da análise é referente “a taxa de novas ‘falências estatais’ [que] surgiram em 1960 e novamente no início dos anos 1990, períodos durante os quais novos Estados nasceram como [reflexo] da retirada dos novos poderes imperiais (da África na década de

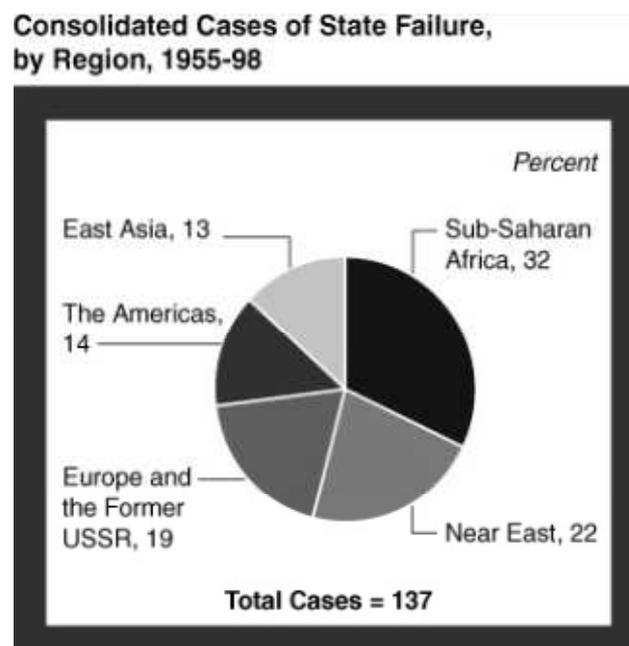
⁴⁸ “(...) trade openness helps to produce political and economic outcomes that reduce the risk of state failure.”

1960) ou do colapso (a URSS em 1991)⁴⁹” (GOLDSTONE, Jack *et al*, 2000: 4, tradução livre). Esse período e a taxa de países que entraram em falência são expressos conforme o gráfico abaixo.



Fonte: GOLDSTONE, Jack e at al. State Failure Task Force Report - phase III findings. 2000

No relatório, no entanto, a análise sobre a falência estatal não se limita ao continente africano, mas abrange desde a Europa, dado o fim do comunismo no Leste europeu, bem como Ásia e América Latina. A quantidade de casos consolidados de falência estatal em relação às regiões onde estão inseridos é expressa conforme o gráfico a abaixo.



⁴⁹ “The rate of new "state failures" surged in the 1960s and again in the early 1990s, periods during which a host of new states was born as imperial powers withdrew (from Africa in the 1960s) or collapsed (the Soviet Union in 1991)”

Fonte: GOLDSTONE, Jack e al. State Failure Task Force Report - phase III findings. 2000

4) *United State Agency for International Development* (USAID) – de 2005 e 2006, compreende o termo *fragile state* para caracterizar os Estados diante do crescimento da falta de habilidade e de vontade em providenciar os serviços básicos e segurança para a sua própria população. Em seu “*Fragile States Strategy*” a fragilidade do Estado é analisada diante da sua eficiência, medida pela capacidade administrativa e de recursos e pela legitimidade política, econômica, social e de segurança.

Em 2006 o relatório “*Fragile State Indicators*” diferencia os termos *fragility* e falência estatal a partir da compreensão de que as pesquisas sobre os *fragile* e *failed states* focam mais nas causas do conflito e nas guerras civis, mesmo esses fatores não se configurando como as principais causas da falência estatal. Assim, compreende que a falência do Estado corresponde ausência de capacidade estatal, enquanto *fragility* corresponde à fraqueza do Estado (USAID, 2006).

Essa falência estatal é medida mediante o quadro abaixo, na qual estão enquadrados os critérios que abrangem a eficiência econômica, a legitimidade econômica e a eficiência social.

Eficiência econômica	Legitimidade econômica	Eficiência social
Performance Macroeconômica	Eficiência governamental	Educação e Saúde
Performance do Setor Externo	Equidade Horizontal	Demografia e Emprego
Pobreza e Desigualdade	Ambiente de negócios	Militar

Fonte: USAID. Fragile States Indicators, p.5, 2009.

No quadro, cada item é medido da seguinte forma (USAID, 2009: 10-11):

- No que tange à Eficiência econômica:
 - Performance Macroeconômica: taxa de crescimento do PIB, numa relação *per capita*; a taxa de inflação; Balanço de Pagamentos; e a taxa do investimento bruto em relação ao PIB
 - Performance do Setor Externo: taxa de investimento direto externo, em relação ao PIB; Composição das Exportações; Saldo do Balanço de Pagamentos em relação ao PIB; Abertura do Comércio
- No que tange à legitimidade econômica:

- Pobreza e Desigualdade: Porcentagem da população vivendo com menos de dois dólares por dia; Porcentagem da população a sofrer com a discriminação econômica; porcentagem da terra fértil por pessoa.
- Legitimidade e eficiência governamental: Controle da Corrupção;
- Equidade Horizontal: Extensão do Estado de Direitos e proteção do direito à propriedade privada;
- Ambiente de negócios: Número de dias para começar um negócio
- No que tange à Legitimidade e Eficiência Social:
 - Educação e Saúde: taxa de alfabetização; Persistência na Escola; taxa de alfabetização homem-mulher; taxa de incidência de HIV; expectativa de vida; taxa da população com acesso à água potável; vacinação infantil
 - Demografia e Emprego: Urbanização; taxa de refugiados ou que tem asilo; taxa de população jovem; taxa de jovens desempregados
 - Militar: taxa de gastos militares em relação ao PIB

Dadas essas leituras sobre o “caminho da falência” pelo qual passam os *weak states* percebe-se como elas incorporam uma análise na qual a condição estatal é considerada um fato em si, em que não há causas exteriores, apenas as consequências da inabilidade e da incapacidade das instituições, da cultura, do povo em si e precisamente do Estado em reger, com eficiência, um sistema de governo que possibilite bens e serviços mínimos, proteção aos seus cidadãos de ameaças externas, além de controle sobre o território. Essas leituras, quando se deparam com as características dos Estados representados pela taxonomia *weak*, tendem a relacioná-las apenas ao contexto interno de crise, de falta de espaço para manobras, de apropriação do poder por grupos que privatizaram o Estado. Não há uma análise que projete o *weak state* na sua relação com a economia política internacional, nem com a história colonial em que estão inseridos, ou com as disputas do período da Guerra Fria.

Ao verificar as características dessas abordagens tradicionais é possível voltar ao posicionamento de Rotberg (2004: 10) quando adverte que por mais que essas realidades de caos dentro desses vários Estados sejam evidentes, sua taxonomia relacional não está finalizada. Através do diagnóstico e dos remédios que aquelas agências e organizações criam, o Estado pode presenciar movimentos direcionados tanto para a fragilização, quanto para o fortalecimento de sua estrutura, dependendo da forma como os governantes e o povo conseguirem absorver e administrar o diagnóstico proferido pelos atores externos. O que implica dizer, que a fragilização estatal pode ser prevenida se os Estados a sofrer com a

fragilização tomarem os remédios que os agentes externos receitam como condição *sine qua non* para sair do caminho da falência.

Com, esse tipo de análise, os *weak states* passam a ser vistos como potenciais riscos à segurança internacional. Com a falta de capacidade do Estado nas diversas áreas que as instituições acima demarcaram, tem-se o efeito *spillover* das suas realidades domésticas. Com o discurso de prevenção, a securitização dos *weak states* será construída a partir de dois fenômenos, quais sejam: a duração dos conflitos violentos e a forte possibilidade do efeito *spillover* das novas ameaças.

2.3. O processo de securitização do subdesenvolvimento

Durante a década de 1980, segundo Waeber (1998:39), assistiu-se a um grande movimento para a abertura da agenda de Segurança Internacional. Dentro desse movimento, estipulava-se que a agenda de segurança internacional deveria abrir mão de uma visão estritamente focada sobre a segurança nacional, portanto, sobre o Estado, para caminhar em direção à segurança do indivíduo. Essa segurança faria relação com o bem-estar do cidadão, de modo a tornar relevante alguns fatores, como o bem-estar econômico, o meio ambiente, a identidade cultural e os direitos políticos.

Não obstante, ao tornar esses temas relevantes na agenda para o campo de estudo em Segurança Internacional, alguns deles passaram a ser considerados como um problema que ameaçava a segurança da comunidade internacional. Isso se deveu ao momento em que arguia-se que um determinado tema, por exemplo, o subdesenvolvimento, poderia se configurar como mais importante que outros e por isso teria absoluta prioridade na sua resolução. Segundo Waeber, atores mais poderosos “(...) podem sempre tentar usar o instrumento de securitização de um tema para ganhar o controle sobre ele⁵⁰” (WAEVER, 1998: 44). Dessa forma, “o tema é apresentado como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político⁵¹” (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998: 23-24).

⁵⁰ “(...) can always try to use the instrument of *securitization* of an issue to gain control over it.”

⁵¹ “the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure”

Nesse momento, ocorre o que Buzan denomina como securitização. Securitização pode ser compreendida como a intensificação da politização, no entanto, por um outro lado, pode ser entendida também como o oposto de politização. Politização significa fazer com que determinado tema aparente esteja aberto à opinião pública, a uma questão de escolha, algo que é levado a crer que se pode decidir sobre (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998: 29). Securitização, por sua vez, tira da esfera pública essa informação e responsabilidade, dando um caráter de extrema importância ao tema a ser securitizado. Dessa forma, o processo de securitização pode ser entendido como um ato de fala de segurança, ou seja, quando um determinado tema é enunciado como uma ameaça existencial, que requer uma ação emergencial ou medidas especiais de modo a fazer com que haja uma aceitação consensual dessa ameaça (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998: 27). Com isso,

a natureza especial das ameaças de segurança justificam o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas. A invocação da segurança tem sido a chave para legitimar o uso da força, mas mais geralmente isto tem aberto o caminho para estados mobilizarem, ou galgar poderes especiais, para lidar com ameaças existências⁵² (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998: 21).

Com essa compreensão, tem-se que no processo de falência dos Estados do Sul, as fontes e recursos estatais vão sendo desviados de modo a atingir a segurança dos indivíduos, a inibir que a autoridade e a capacidade estatal possam regular os mecanismos de controle de sua própria população e território. Assim, tanto a segurança dos indivíduos desses países, quanto a segurança internacional passam a ser securitizadas. Nessa condição, o Estado *de facto* não deixa de existir, mas serve como fonte de benefícios àqueles que ocupam as atividades paralelas ao poder estatal, configurando um tema emergencial.

Com essa situação, muitos dos *weak states* passam a conviver com ambientes domésticos de pobreza em que há uma fragmentação da arena política nacional. Essa arena é caracterizada por não haver qualquer ator político capaz de se tornar um legítimo poder hegemônico que, com suas próprias forças, consiga dominar o Estado. É nessa situação que a cooperação, entre os grupos políticos ou tribos rivais, não se torna possível. Essa fragmentação é resultante da politização das identidades, da polarização do espectro político, da distribuição desigual de recursos de poder e da militarização dos atores políticos (LAMBACH, 2007: 35-36).

⁵² “The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measure to handle them. The invocations of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats”

Nesse cenário, o ambiente de pobreza é entendido como fomentador dos conflitos violentos e apresentado como gerador das novas ameaças. O caráter regional que vai se sobressair dessas novas ameaças ganha repercussão quando a qualidade e quantidade de conflitos violentos demonstram a possibilidade de transbordamento, a se configurar como uma ameaça de efeito transnacional.

Dada essa possibilidade de transbordamento, a instabilidade regional passa a ser caracterizada como uma potencial ameaça à paz e a segurança internacional. No final dos anos 1980, a condição de *weak state* passa a receber mais atenção e ao discurso centrado na má-governança é adicionado um de caráter de segurança-militar. Nesse discurso preconiza-se novos métodos para inibir ou impedir que as características de formação estatal dos *weak states*, principalmente a falta de capacidade estatal e a porosidade de suas fronteiras, ameacem a segurança regional e internacional. Esse discurso é visível mais uma vez nos *U.S. National Security Strategy* de 1987, 1988, 1990.

Com isso as ameaças não-convencionais, identificadas a partir dos países pobres e mal-governados, passam a se tornar muito mais evidentes do que as ameaças militares advindas de Estados poderosos, tanto para a segurança internacional quanto, ou até mais, para a política externa dos Estados Unidos. Sob esse ponto de vista, os *weak* são apresentados ao cenário internacional como a causa principal dessas novas ameaças. Sob esse pensamento, é o exercício irresponsável da soberania desses Estados que facilita a propensão de um efeito *spillover* de ameaças como o terrorismo, a proliferação de armas, pandemias, o crime organizado internacional e a própria pobreza. Dessa forma, “esse novo foco sobre o *weak* e *failing states* representa uma importante mudança na percepção de ameaça dos Estados Unidos⁵³” (PATRICK, 2006a: 2, tradução livre).

Não obstante, essa visão sobre as novas ameaças à segurança internacional não é exclusiva dos Estados Unidos, “(...) as Nações Unidas têm sido igualmente engajadas (...)”⁵⁴ (PATRICK, 2006a: 4, tradução livre), quando concebem que sendo a ameaça o terrorismo ou as epidemias, a ameaça a um membro da comunidade de nações passa a ser uma ameaça a todos os outros.

Assim, com as transformações conceituais que a noção de segurança⁵⁵ vem a sofrer, desde meados da Guerra Fria, duas questões podem ser observadas, quais sejam: primeiro, que o conceito tradicional de segurança, resultante da violência interestatal, é expandido até

⁵³ “This new focus on weak and failing state represents as important shift in U.S. threats perceptions”

⁵⁴ “(...) the United Nations has been likewise engaged (...)”

⁵⁵ Para um debate mais profundo sobre as transformações no conceito de Segurança ver BUZAN e HANSEN (2012).

atingir as ameaças transfronteiriças, dirigidas por atores (terrorismo), atividades (crime organizado) e forças (pandemias) não-estatais. Segundo, compreende-se que tais ameaças são originadas da fraca governança do mundo em desenvolvimento, considerado responsável ou diretamente ligado às novas ameaças (PATRICK, 2006a: 12). Com essas transformações, os *weak states*, em seu caminho da falência, são alvos de um processo de securitização, que seguindo as relações de poder mundial, vê no subdesenvolvimento a ascensão de novas ameaças, que muitas vezes correspondem aos anseios de países como os Estados Unidos em defender seus interesses onde quer que eles estejam ameaçados.

Desde a administração Reagan, sucessivas versões da Estratégia de Segurança Nacional têm incorporado preocupações não-militares, tais como terrorismo, crime organizado, doenças infecciosas, segurança energética e degradação ambiental. O elo comum dessas ameaças é que elas originam primeiramente em jurisdições soberanas externas, mas tem o potencial de prejudicar os cidadãos estadunidenses⁵⁶ (PATRICK, 2006b: 33, tradução livre).

O impacto político dessa nova postura se dá quando é evidenciada a inclinação dos Estados Ocidentais para áreas que na Guerra Fria eram consideradas fora dos interesses centrais, um fenômeno periférico, resultado de uma “má governança”. No entanto, como já salientado, a partir da década de 1980 e, principalmente, com o fim da Guerra Fria, essas áreas passam a representar um perigo potencial à segurança e paz internacional. É nesse momento que as guerras civis, a extrema pobreza e os *weak states* passam a ser vistos, ou construídos, como discurso-chave para representar as ameaças ao mundo moderno, civilizado e livre (NEWMAN, 2009: 14). Segundo John,

a noção de que a falência estatal constitui um ameaça direta aos Estados Unidos é agora vista como uma visão do *mainstream*. Em 1992, o então Secretário Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali estabeleceu os fundamentos para este princípio no tratado para o Conselho de Segurança, intitulado ‘Uma Agenda para a Paz’⁵⁷, (JOHN, 2008: 1, grifo nosso, tradução livre).

O resultado disso é o levantamento de uma batalha internacional contra a barbárie, com o mundo ocidental assumindo seu destino manifesto, colocado a partir de seus preceitos morais de civilização, como o único capaz de traçar mecanismos que possibilitem ao mundo

⁵⁶ “Since Reagan administration, successive versions of the National Security Strategy, have incorporated nonmilitary concerns such as terrorism, organized crime, infectious disease, energy security, and environmental degradation. The common thread linking these challenges is that they originate primarily in sovereign jurisdictions abroad but have the potential to harm U.S. citizens.”

⁵⁷ “The notion that state failure constitutes a direct threat to the United States is now seen as a mainstream view. In 1992, then-UN secretary general Boutros Boutros-Ghali laid the foundations for that principle in a treatise to the Security Council entitled ‘An Agenda for Peace’”

de pobreza, “o outro”, a sair da sua condição de barbárie. Nesses cenários, os Estados ocidentais são imbuídos da tarefa, através de novos métodos, de novas estratégias, de dirigir o mundo contra a insegurança, contra a ameaça encontrada nas zonas de pobreza, de desigualdade e má governança (NEWMAN, 2009:14), onde a autoridade do Estado se encontra ineficiente, violando o bem-estar econômico e os regimes básicos de direitos humanos.

2.3.1. O Efeito *Spillover* das novas ameaças

No caminho para compreender os fatores que levaram à securitização do subdesenvolvimento dos *weak states*, percebeu-se inicialmente que dois fatores se sobressaiam nos discursos: a duração do conflito e o efeito *spillover* das novas ameaças. Com a variável “duração do conflito” tentou-se verificar se havia uma relação entre a condição de forte instabilidade e a falta de capacidade do Estado para regulação de mecanismos legítimos para a promoção da paz. No entanto, verificou-se, a partir da literatura, que a duração do conflito não se configurava como uma condição isolada da securitização, mas como uma característica da condição de pobreza dos Estados do Sul, uma consequência do efeito *spillover*, que o tornavam ainda mais preocupante para as abordagens que securitizavam o subdesenvolvimento. Nesse sentido, a duração do conflito se torna mais uma característica do transbordamento transfronteiriço das novas ameaças e não uma variável dependente.

Dessa forma, a condição do conflito, quando imerso num longo período de violência, demarca uma forte sintonia com a redução no crescimento econômico da região, o que implica em consequências para além da esfera doméstica do Estado. Dessa maneira, a “duração do conflito” está diretamente ligada ao efeito *spillover* como uma das causas que levam os *weak states* a serem representados como potenciais ameaças à segurança regional e internacional. A partir do fraco ou inexistente desenvolvimento sócio econômico potencializa-se, nos *weak states*, um ambiente em que as hostilidades são inflamadas. Com uma conjuntura de forte propensão às guerras civis, tem-se que “os efeitos das guerras civis não são sentidos somente nos país em que elas são travadas, mas também nos países vizinhos e além⁵⁸” (SESAY, 2004: 2)

⁵⁸ “The effects of civil wars are not only felt in the countries were they are fought but also in neighbouring countries and beyond.”

Dessa forma, os *weak states*, ao apresentar a potencialidade de efeito *spillover* das novas ameaças, passam a representar uma forte ameaça à ordem internacional e, conseqüentemente, aos interesses vitais dos Estados Unidos. Essas novas ameaças, o terrorismo, as pandemias, o tráfico de armas e a instabilidade regional, são compreendidos da seguinte forma, para caracterizar o transbordamento de ameaças:

- O Terrorismo: os países considerados com fraca ou nenhuma governança são enquadrados com potencial risco de servir aos interesses de organizações internacionais terroristas (PATRICK, 2006a: 14) como a *Al Qaeda*, *Hamas*, *Hezbollah*, *Jihad Islâmica*. Nesse tipo de país, os terroristas se beneficiam da ausência de leis para praticar atividades econômicas ilegais que possibilitem o financiamento das operações, bem como o acesso às armas e outros equipamentos. (WYLER, 2008: 6). Por exemplo, no Afeganistão, Sudão e Paquistão foram construídos campos de treinamento para a Al'Qaeda. (PATRICK, 2006a: 14).

Não obstante, nem todos os *weak states* servem a esse propósito, na medida em que terroristas exploram as condições para as suas práticas mesmo em *strong states*. (WYLER, 2008: 6). Assim, não é possível concluir que há uma forte relação entre a fraqueza estatal e o risco de emergir das novas ameaças. “Em 49 países atualmente designados pelas Nações Unidas como os menos desenvolvidos, dificilmente ocorre alguma atividade terrorista⁵⁹” (LAQUER, 2003: 11 *apud* PATRICK, 2006a: 15, tradução livre).

Para Patrick, a falta de capacidade de um *weak state* não pode ser considerada fator conclusivo no que concernem as atividades terroristas e regiões específicas do mundo, como o Oriente Médio e nas fronteiras do Mundo islâmico. Da mesma forma, nem todo terrorismo que venha ocorrer nos *weak states* possui características transnacionais. Países que percorrem durante muito tempo o caminho da falência apresentam estruturas que não facilitam a atuação de organizações terroristas, o que leva a compreender que nem todo *weak state* é favorável para a prática de atividades terroristas. Sob essa condição, o terrorismo é muito pouco, e de forma decrescente, dependente das estruturas de um *weak state*. (PATRICK, 2006a:16)

- A Proliferação de Armas Nucleares: decorrente da fraca capacidade de governança e de controle dos *weak states* o risco de proliferação de armas nucleares é aumentado (PATRICK, 2006a: 18; WILER, 2008:8).

⁵⁹ “In the 49 countries currently designated by the United Nations as the least developed hardly any terrorist activity occurs.”

Para Kroening (2010: 1), o debate acerca da proliferação de armas nucleares deve ser construído para entender o que leva um Estado a fornecer apoio ao transbordamento de tecnologia e de armamento nuclear. No saber popular pensa-se que as razões por trás desse transbordamento podem ser resumidas em interesses econômicos, ou seja, se os interesses econômicos do país, que está a buscar esse tipo de arma, forem sanados, a proliferação pode ser amenizada. No entanto, segundo o autor, esse entendimento está equivocado. O transbordamento de armas nucleares é feito a partir de uma lógica estratégica, que ameaça mais os Estados poderosos dos que os *weak states*. A concepção de Estados poderosos, nesse debate sobre a proliferação de armas nucleares, é feito em cima da ideia de projeção de poder, quando o estado tem a capacidade de projetar poder sobre países potencialmente nucleares.

Nesse sentido, a proliferação de armas nucleares é mais perigosa para os Estados poderosos do que para os *weak states*. Primeiro, porque a busca e a posse de armas nucleares podem inibir ou mesmo deter intervenções externas de Estados poderosos. “Estados poderosos podem querer intervir militarmente para assegurar seus interesses, mas se um país tem arma nuclear, torna-se mais difícil de fazê-lo⁶⁰” (KROENING, 2010: 1). Segundo, porque a ameaça de uso armas nucleares vai ser usada como uma vantagem, tendo em vista que não é credível o uso desse tipo de armamento contra países que possuem esse tipo de arma. Terceiro, porque isso pode ocasionar o risco de uma instabilidade regional nuclear, em que o Estado poderoso pode vir a estar imerso. Quarto, com a proliferação de armas nucleares, alguns Estados podem se sentir confiante o suficiente para não depender da promessa de segurança militar de um Estado poderoso, o que pode ameaçar a construção de alianças, entendidas como o elo que aumenta o nível de segurança entre os atores (KROENING, 2010: 1).

Por sua vez, a proliferação de armas nucleares não ameaça da mesma forma os *weak states*. Primeiro, porque eles não serão inibidos de intervir ou agredir militarmente em outro país, tendo em vista que não possuem capacidade estatal para tal ação. Segundo, porque a proliferação não inibe seu comportamento no meio externo, tendo em vista que não possuem a capacidade militar para o seu emprego efetivo fora de suas fronteiras. Terceiro, porque a proliferação não afeta suas alianças, tendo em vista sua falta de capacidade em garantir a segurança militar de qualquer outro país.

⁶⁰ “(...) powerful states might wish to intervene militarily to secure their interests, but if a country has nuclear weapons, it is more difficult to do that (...)”

Sendo assim, é mais provável que os *weak states*, ao invés de sofrerem ameaça devido a proliferação de armas nucleares, se beneficiem dela. Primeiro, porque se configuram como potencial ator para a proliferação desse tipo de armamento, tendo em vista a falta de capacidade em regular suas fronteiras e a falta de autoridade do Estado sobre seu próprio território. Segundo, porque a proliferação ajuda a inibir a liberdade de Estados poderosos de intervir militarmente em regiões onde seus interesses são ameaçados. Dada essa compreensão, “os Estados Unidos, como o país mais poderoso no mundo, é o mais ameaçado pela proliferação nuclear do que qualquer outro país⁶¹.” (KROENING, 2010: 2) o que torna sua dominante posição estratégica ameaçada em qualquer parte do mundo.

- O Crime Organizado Internacional: os *weak states* facilitam a atuação criminosa, na medida em que não fortalece, nem dá legitimidade às leis, o que acarreta altos níveis de corrupção e conseqüentemente maior facilidade para grupos agirem na ilegalidade (WYLER, 2008: 7). Esses Estados servem dessa forma como base para atividades de produção, trânsito e tráfico de drogas, armas, pessoas que são administradas por empresas criminosas transnacionais. Nesses países a situação de corrupção endêmica em sintonia com a globalização e liberalização financeira facilita que redes criminosas internacionais se utilizem da falta de capacidade do *weak state* para potencializar uma rede de comércio ilícita.

Nesse sentido, “a relação entre o crime organizado transnacional e o *weak state* é parasita⁶²” (PATRICK, 2006a: 19, grifo nosso, tradução livre), ele usurpa as funções que deveriam ser do Estado e utilizam da máquina corrompida do que sobrou do Estado, de modo a criar zonas de conflito e de paz que facilitem as práticas criminosas (PATRICK, 2006a: 20). No entanto, esses Estados não são os mais propícios para redes criminosas internacionais, já que a prática de crimes internacionais necessita muitas vezes, de condições logísticas e estruturais que o possibilitem, como uma rede de telecomunicações, um sistema de transporte eficaz e uma infraestrutura que facilite a engrenagem do crime internacional. Quando estas condições não são concretas, as redes de crime internacionais se veem inibidas pela fragilidade infraestrutural de um *weak states* (WYLER, 2008: 7).

⁶¹ “The United States, as the most powerful country in the world, is more threatened by nuclear proliferation than any other country.”

⁶² “The relationship between transnational organized crime and weak states is parasitic”

- As Pandemias: na condição de falta de capacidade do Estado, um *weak state* pode servir como criador e/ou vetor de doenças contagiosas. Sem haver um sistema de saúde minimamente eficiente, que previna o surgimento de doenças, a população de um *weak state* se torna refém e agente dessa proliferação. Em um mundo em que o fluxo migratório é intenso, as pessoas que migram de *weak states* para trabalhar nos países centrais do sistema podem se configurar como um arsenal de doenças que ameaçam a segurança da saúde pública (PATRICK, 2006a: 23).
- A Instabilidade Regional: os *weak states* não necessariamente entram no processo de fragilização isoladamente. É necessário um contexto que envolve tanto a esfera doméstica quanto a internacional para que a instabilidade de uma região possa surgir (WYLER, 2008: 9). A experiência pós-Guerra Fria demonstra que a existência de Estados vizinhos, que se encontram no caminho da falência, apresenta críticas dimensões transnacionais. Conflitos violentos nesses países assumem uma intensidade que possui mais chance de transbordar. Dada a falta de capacidade estatal, principalmente em relação ao monopólio legítimo do uso da violência, o Estado não consegue controlar parte do seu território, tampouco suas fronteiras. Nessa condição a existência de um mau vizinho pode comprometer a governabilidade e a segurança de toda uma região (PATRICK, 2006a: 21-23).

Dessa forma, a instabilidade regional é oriunda do transbordamento de realidades caóticas, que tornam não apenas um Estado vulnerável, mas toda uma região. É sob esse viés que as representações dos *weak states* são mais alarmantes, pois suas realidades de violência podem ser exportadas, fazendo com que a instabilidade não atinja apenas o epicentro do fenômeno. Com o efeito de *spillover* a construção da ameaça é levada para o âmbito regional, o que pode acarretar instabilidades políticas não só para o *weak state*, mas para Estados vizinhos. “A fraqueza em um Estado pode então incentivar a ascensão de uma região com um mal vizinho (...)”⁶³ (PATRICK, 2006b: 44, tradução livre), como consequência, maus vizinhos tendem a minar a governança e aumentar ainda mais a violência ao redor de *weak states* (PATRICK, 2006b: 44). Nesse cenário, “o *spillover* do conflito violento pode, em si mesmo, ser um reflexo da falta de capacidade e vontade (...)”⁶⁴ (PATRICK, 2006b: 45, tradução livre) desse tipo de Estado.

⁶³ “Weakness in one state can thus encourage the rise of an entire bad neighborhood (...)”

⁶⁴ “The spillover of the violent conflict itself may reflect a lack of capacity or will (...)”

A partir disso, é perceptível que, concomitante à consolidação da taxonomia *weak state*, as análises vão abrindo mão de uma observação eminentemente institucional e econômica, centrada na ideia de má-governança, para adentrar num processo que marca a securitização das regiões mais pobres, compreendendo a extrema pobreza e o subdesenvolvimento a partir de um olhar de segurança-militar (NEWMAN, 2009).

Com um foco militar, as questões socioeconômicas não são analisadas a partir dos reinos da Política e da Economia. Os problemas domésticos dos *weak states* passam a ser enquadrados como assuntos da área de defesa (NEWMAN, 2009), remetendo essa classificação estatal a uma característica de ameaça a segurança internacional e por isso com problemas solucionáveis através de “operações de paz”, a exemplos das *peacebuilding* e *peacekeeping*.

2.4. *Weak States* a partir de uma abordagem que se pretende ser mais crítica

Em contraponto a essas abordagens mais tradicionais, Ayoob apresenta um argumento que pretende ser mais crítico, mas mantém como referencial de formação estatal aquele construído na Europa. Em seus argumentos, os *weak states* são compreendidos como reféns de sua condição colonial, o que não possibilitou as mesmas condições verificadas no continente europeu. Nesse sentido, o Estado Racional Moderno ocidental é compreendido como fruto de séculos de desenvolvimento industrial, característica que o lançou numa posição de “incondicional legitimidade” no que se refere ao processo de formação estatal e à construção de instituições fortes e coesas. No entanto, nesse cenário as estruturas dos *weak states* não podem ser caracterizadas sob a posição de “incondicional legitimidade”, na medida em que se constituem sob os parâmetros dos Estados ocidentais (AYOOB, 1983-1984).

Para Ayoob (1983-1984: 45), os *weak states* são muito jovens na participação de um sistema internacional que é originário da Europa e por ela definido. Além do mais, as fronteiras desses Estados recém-independentes foram delimitadas pelo poder colonizador, seguindo conveniências administrativas ou o comércio colonial. Suas estruturas, portanto, não foram desenvolvidas, ou amadurecidas para garantir uma autoridade estatal eficiente sobre todo o território. Como consequência pode ser evidenciada a falta de capacidade do Estado em reclamar um sentimento de identificação da população com seus respectivos Estados e regimes.

Esse problema de identificação nacional é ressaltado quando é posto em evidência o baixo nível consensual em áreas sociais e políticas fundamentais (AYOOB, 1983-1984: 46). Nos Estados do Sul as divisões sociais verticais (classe) e horizontais (etnias) são exacerbadas quando se configura uma ameaça interna às estruturas do Estado, o que leva a uma realidade em que a abertura política é banida. Nestes Estados a ideia de segurança é direcionada pela preservação dos valores centrais do regime, pela auto-preservação. A ameaça ao regime é considerada uma ameaça interna e uma ameaça à elite que faz parte da burocracia e da manutenção do Estado. Essa característica difere da ideia de segurança de um *strong state*, que sustenta a preservação de valores centrais que possam alcançar toda a sociedade internacional.

No entanto, mesmo consciente de que, nos países do Ocidente, o alto nível de organização social só foi alcançado depois de séculos de conflitos internos, é compreendido que altas taxas de desigualdade socioeconômica aumentam a dificuldade dos *weak states* em alcançar níveis consensuais que possibilitem a instrumentalização de políticas públicas eficientes. As disparidades étnicas ainda acentuam a falta de representatividade, o que tem como consequência altos índices de repressão, que inviabilizam processos de reconstrução estatal (AYOOB, 1983-1984: 46).

Os efeitos de uma estrutura estatal fraca, instituições políticas domésticas fracas, falta de consenso social, desenvolvimento econômico distorcido e a falta de um regime legítimo em uma mão, e o caminho adverso em que as variáveis sistêmicas impõem aos problemas de segurança dos Estados do Terceiro Mundo na outra mão, criam um ambiente de insegurança e instabilidade em que as rivalidades interestatais, encorajadas como elas são pelas políticas e ações de forças externas, são relativamente fáceis de serem transformadas em hostilidades militares⁶⁵ (AYOOB, 1983-1984: 49, tradução livre).

Com estas abordagens é possível identificar como a taxonomia *weak* segue um padrão de formação estatal, que atomiza os atores, sem relacioná-los a sua posição no sistema internacional. Nesse sentido, para Bilgin e Morton (2002: 66), a formulação de Ayoob de que os Estados do Sul necessitam de tempo e espaço para construir instituições eficientes, capazes de providenciar a ordem em determinado território e fornecer os serviços às demandas sociais, se alinha a ideia da necessidade de um desenvolvimento “adequado” que projete um nível equilibrado de estaticidade. Essa análise, na medida em que mantém um entendimento de

⁶⁵ “The effects of weak state structures, weak domestic political institutions, lack of societal consensus, distorted economic development and lack of regime legitimacy on the one hand, and the adverse way in which systemic variables impinge on the security problems of the Third World states on the other, create an environment of insecurity and instability in which inter-state rivalries, encouraged as they are by the policies and actions of external forces, are relatively easily transformed into overt military hostilities”

evolução na formação dos Estados, segundo Bilgin e Morton (2002), peca em alguns pontos, quais sejam:

1º - Tem como parâmetro um tipo de Estado ocidental;

2º - Clama por uma lógica histórica que compreende uma concepção de segurança, por meio da qual a evolução do desenvolvimento dos Estados do Sul é linear e ainda não está concluído;

3º - A análise centrada nesse tipo de Estado linear negligencia uma análise para o Estado, homogeneíza as coletividades e as individualidades marginalizado-as, no intuito de inseri-las dentro de uma formação estatal que tenha como meta o Estado ocidental.

Ciente disso, questiona-se a imposição de um modelo estatal naturalizado como condição *sine qua non* para que os Estados do Sul consigam ultrapassar a etapa de desenvolvimento em que estão inseridos. Chang (2004) salienta que o sistema internacional sofre com uma forte ofensiva de uma leitura institucionalista que defende conjunto de “instituições boas”, as quais devem ser incorporadas pelos países pobres que desejam sair de sua condição de ostracismo perante o sistema internacional. Com esse viés institucionalista, pretende-se que esses países aceitem o receituário dos países desenvolvidos, para que num prazo mínimo de transição, possam ser alocar a uma posição mais “adequada” no cenário internacional.

Faz parte do pacote de “instituições boas”:

a democracia, uma burocracia e um Judiciário limpos e eficientes; a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e a Lei de Falência e instituições financeiras bem desenvolvidas (CHANG, 2004: 124).

Não obstante, não há uma relação exata que comprove a relação entre essas “boas instituições” e o desenvolvimento econômico, muito menos quando inseridas em ambientes políticos, sociais e culturais destoantes do pensamento ocidental. Dessa forma, tem-se que

(...) o desenvolvimento é uma criação ocidental e, apesar da sua extensão a vastas partes do mundo, continua a manifestar as suas raízes, sendo considerado, por vezes, uma reprodução à escala mundial da cultural tecnológica ocidental, que não reduz a miséria mas a reproduz, mesmo no Norte, e que leva à redução da diversidade e à categorização dos grupos sociais de acordo com a ideia simplista de [C]entro desenvolvido e [P]eriferia subdesenvolvida. (PUREZA et al, 2005: 51)

Sob essa ótica é possível perceber que o processo de securitização do subdesenvolvimento é envolto em axiomas que transparecem os interesses vitais de alguns Estados, como os Estados Unidos. Mesmo não sendo possível negar a existência de Estados que afrontam os regimes internacionais de Direitos Humanos, é importante questionar o tipo de classificação construída para representar esses Estados e as medidas de prevenção de ameaça construídas para combatê-los.

Essas medidas de prevenção seguem uma lógica que tem como base um fenômeno de identidade alteritário que enxerga duas categorias de Estados, os “amigos” e os “inimigos”, referentes às ameaças aos interesses das Potências Ocidentais. Assim o sendo, os Estados que outrora foram considerados *weak*, mediante uma má-governança, passam a ser observados como ameaça a paz e a segurança internacional, a partir das ameaças que esses atores apresentam para a comunidade internacional.

Com base nessas novas ameaças e diante de dos aspectos comportamentais que alguns Estados passam a ostentar, alguns desses atores passam a receber uma nova designação, denominada *rogue states*, que os classifica como uma nova ameaça, a partir de seu comportamento e não como resultado apenas de sua relativa capacidade estatal. Essa “(...) designação *rogue state* reflete, especificamente, a política dos Estados Unidos como um poder preeminente na era pós-Guerra Fria⁶⁶” (LITWAK, 2000: 47 *apud* BILGIN e MORTON, 2002: 67, tradução livre). A partir de tal taxonomia é possível demonstrar como essa classificação estatal se alinhou aos interesses de determinados atores internacionais, chegando até mesmo a se tornar a *raison d'être* de um governo e de sua política de segurança.

Com esta perspectiva é visível, portanto, que traços da mentalidade da Guerra Fria persistiram para além do período bipolar. No momento pós-Guerra Fria ainda cria-se um inimigo externo, aquele “outro” passível de demonização, exemplo do que é atrasado e perigoso, contra a Liberdade e a Democracia, um “outro” não-ocidental, (des)territorializado, relacionado a um local que favorece o surgimento de representações de ameaças à segurança internacional. E essa construção é feita ainda a partir do prisma que esse “outro”, por não sustentar as condições ocidentais necessárias para a consolidação de um Estado Nacional capaz de regular suas fronteiras, manter sua autoridade em um dado território e manter relações pacíficas com os outros atores do sistema internacional, é potencialmente perigoso e necessita de medidas preemptivas para resolução desses problemas.

⁶⁶ “(...) the rogue states designation reflects, specifically, the policy the United States as the post-Cold War era's preeminent power”

3. A TAXONOMIA ROGUE STATES: o comportamento estatal em foco

Na década de 1980 um discurso passou a ser construído para enquadrar os Estados que caminhavam fora das normas comportamentais elencadas pelo Ocidente. Com a construção desse discurso surgiu uma taxonomia estatal para catalogar aqueles Estados que apresentavam um comportamento militar considerado agressivo e irracional. Os Estados assim identificados passariam ser compreendidos como *rogue states*⁶⁷.

Segundo Rotberg,

rogues são grosseiros, indecorosos, e desagradáveis, com antecedentes questionáveis e intenções impuras. Etimologicamente deriva de *rogare* (do Latim, pedir, implorar), a palavra mudou gradualmente para *roger* em meados do Século XVI inglês⁶⁸ (ROTBERG, 2007: 8. grifo do autor, tradução livre).

A partir dessa taxonomia, alguns Estados do Sul saíram da representação exclusiva da falta de eficiência estatal. No momento em que o modelo tipo-ideal de Estado, cunhado na racionalidade e no usufruto do monopólio legítimo do uso da violência, saiu do foco de análise, alguns Estados passaram a ser concebidos, notadamente nos discursos oficiais dos EUA, como o *U.S National Security Strategy* a partir 1987, mas, enfaticamente, em 1993 até 2002, com as características que ameaçavam a paz e a segurança internacional. No processo de construção do discurso que identificava a ameaça à segurança dos Estados Unidos e da comunidade internacional, deu-se primazia ao enquadramento comportamental do Estado que, diante da securitização do subdesenvolvimento, facilitaria a geração de um consenso para a formulação de uma nova taxonomia estatal.

Através dessa taxonomia, comportamentos “desviantes”, considerados perigosos e irracionais, passaram a ser identificados e catalogados como características para os Estados que não comungavam dos valores de paz e segurança da comunidade de nações. As características desses comportamentos são: a busca e posse de armas nucleares e o suporte e o apoio ao terrorismo internacional (RUBIN, 1999; HOYT, 2000; HENRIKSEN, 2001; Eland e LEE, 2001). Através dessas características construiu-se aquilo que a literatura (HENRIKSEN, 2001; ELAND e LEE, 2001; CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005, 2007; KIM, 2008) chama de

⁶⁷ A dissertação não busca a definição para *rogue states*, para uma discussão a cerca desse problema ver: O'Brien e Bond, 2004; ROSE, 2004

⁶⁸ “Rogues are caddish, disreputable, and unsavory, with questionable antecedents and impure intentions. Etymologically derived from *rogare* (Latin, to ask and to beg), the word slipped into *roger* in mid-sixteenth century English”

uma Doutrina *Rogue* e o que Caprioli e Trumbore (2005, 2007) chamam de Fórmula *Rogue*, que serve para identificar o que a Doutrina denominou *rogue states*.

Esse tipo de Estado passou a ser analisado conforme sua atuação no cenário internacional, a partir de uma fórmula desenvolvida para identificar e caracterizar o resultado da soma de dois fatores comportamentais considerados agressivos e irracionais. Com essa fórmula identificavam-se países que eram divergentes de um ideal de paz e segurança e que, conseqüentemente, eram considerados uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos dentro das relações de poder mundial.

No desenvolvimento dessa etapa da Dissertação, ao se questionar o resultado das diretrizes da doutrina e da fórmula, que culminou na construção da taxonomia *rogue state*, não necessariamente está a invalidar a existência de Estados que se comportam como *rogue*. O objetivo desse capítulo é entender “por quem” e “por quê” alguns Estados são representados por essa taxonomia em particular. Dessa forma, têm-se também como objetivos contextualizar o surgimento dessa taxonomia; determinar o que é a Doutrina e Fórmula *Rogue*; verificar quais países eram ou são considerados *rogue states*; apresentar uma abordagem crítica aos *rogue states*; e compreender se é possível a existência dessa taxonomia estatal.

Ao apresentar esses objetivos, a análise a ser construída nessa Dissertação sobre a taxonomia *rogue*, apesar do questionar ao modelo ocidental de formação estatal, não objetiva apresentar uma alternativa teórica à formação estatal ocidental, tampouco sugerir uma outra taxonomia. Porém, busca compreender o resultado das diretrizes de Política Externa de um eminente Estado ocidental – os EUA – dentro das relações de poder a nível mundial, que facilitam a construção de um discurso sobre taxonomias representativas para determinados Estados. A partir desses questionamentos é possível iniciar um processo de desnaturalização, em que a taxonomia *rogue state* pode ser observada como não-legítima, na medida em que seu principal substrato pode ser desconstruído.

Para tanto, compreende-se que o discurso centrado na taxonomia *rogue* foi e é construído a partir de uma abordagem que se pauta no binômio amigo/inimigo, dentro de uma agenda particular do campo de estudo de Segurança Internacional. Compreender esse binômio e suas implicações políticas, no período pós-Guerra Fria, faz com que essa identificação de um inimigo comum seja melhor problematizada. Também implica a necessidade de problematização e desnaturalização da Doutrina e da Fórmula *rogue*, centradas numa convencional noção de comportamento militar agressivo e irracional (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 771-772).

Com a quebra da naturalidade de um mundo construído nessa relação amigo/inimigo, a taxonomia *rogue states* pode passar por um processo de questionamento, de modo a favorecer uma abordagem que vá além da instrumentalização política dessa taxonomia. Ao fazer isso tenta-se uma abordagem que não demonize esse tipo de Estado, mas que compreende que a noção de comportamento militar agressivo e irracional, no cenário internacional, pode ser causado por normas internas particulares que são externalizadas (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007) e que interagem com as relações de poder do cenário internacional.

Ao preferir a abordagem de Caprioli e Trumbore para os *rogue states* faz-se uma escolha pelo método de pesquisa dos autores, que enxergam na dimensão de gênero uma possível variável independente, que auxilia na análise do comportamento dos Estados no meio internacional. Ou seja, nas análises dos autores, o comportamento militar agressivo dos *rogue states* não é negado, porém também não é aceito como uma condição natural de Estados específicos, historicamente representativos da taxonomia *rogue state*. Para corroborar isso a utilização da dimensão de gênero é colocada como uma variável que permite enxergar o comportamento doméstico dos Estados em relação às minorias e se esse comportamento é externalizado à cena internacional.

3.1. Os Rogue States e a US National Security Strategy

Para conceber a taxonomia *rogue states* é importante verificar uma ferramenta expoente do discurso oficial e da estratégia dos EUA quanto à sua segurança nacional e internacional. Através dos relatórios da *U.S National Security Strategy* é possível identificar quais eram consideradas as ameaças aos interesses e à segurança nacional dos Estados Unidos, considerado líder do mundo aberto e livre.

Os relatórios analisados datam desde 1987, do final do governo Ronald Reagan, passando pela administração George Bush, quando, em 1993, há a primeira menção aos *rogue states*, depois, pelo governo de Bill Clinton, quando esse tipo de Estado passa a ser avaliado como uma nova ameaça, até 2000, quando a administração Clinton, segundo Saunders (2006: 26), muda a designação *rogue states* para “*states of concern*”. Em 2001, já na administração de George W. Bush, com o ataque ao *World Trade Center*, o termo *rogue states* volta a fazer parte dos discursos oficiais, principalmente para se referir aqueles Estados identificados como fazendo parte do “Eixo do Mal”.

Numa primeira assertiva sobre a análise desses relatórios, é válido observar como o resultado do vácuo de ameaça proporcionado pelo desmantelamento da União Soviética vai modelar a agenda de segurança dos Estados Unidos e transformar a taxonomia *rogue state* numa peça importante para compreender a segurança internacional do período pós-Guerra Fria. Assim, parte integrante da política de segurança dos Estados na última metade da década de 1980 foi direcionada aos Estados do Sul, através de uma política de assistência voltada para a economia e para segurança (U.S. NATIONAL SECURITY STRATEGY, 1987: 3).

Dentro desse discurso de segurança, está englobada uma política direcionada para o processo de descolonização, autodeterminação e apoio à democracia para os Estados do Sul. Os relatórios da *U.S. National Security Strategy* dos Governos Reagan e George Bush compreendem que a “liberdade [dos EUA] e a dos nossos aliados nunca poderão estar seguras em um mundo onde a liberdade estiver ameaçada em qualquer lugar⁶⁹” (*Idem*, 1987: 5, tradução livre). O que deixa claro que era de interesse dos Estados Unidos resolver as disputas que ocorriam nas regiões do mundo que afetavam seus interesses. Conflitos regionais que envolvessem Estados aliados ou amigos, e que demonstrassem possibilidade de transbordamento, ameaçavam os interesses dos EUA. Conflitos ou grupos que ameaçavam subverter a ordem de governos aliados ou amigos, apoiados pela URSS ou por Estados-clientes, representavam uma séria ameaça aos interesses estadunidenses.

Os relatórios *US National Security Strategy* de 1987 e 1988, apesar de considerarem a União Soviética como a ameaça mais significativa à segurança e aos interesses nacionais dos EUA, compreendiam que ambas as potências compartilhavam de um objetivo em comum, qual seja: evitar uma confrontação direta e reduzir a ameaça nuclear. Dessa forma, uma das principais ameaças aos interesses da nação eram, também, os grupos armados, então chamados de “libertação nacional”, financiados com armas e treinamento militar por Estados que financiavam o terrorismo internacional, que objetivavam promover a instabilidade regional, bem como conduzir alguns Estados a comportamentos agressivos no plano externo. Segundo a *U.S. National Security Strategy* de 1987, exemplos de Estados que financiavam o terrorismo internacional eram Cuba, Coreia do Norte, Síria, Líbia (*Idem*, 1987: 6).

Como reação à lógica de financiamento perpetrada pela URSS, a USNSS compreendia o terrorismo internacional como uma nova ameaça que vinha crescendo ao redor do mundo. O terrorismo internacional “(...) ataca diretamente nossos esforços diplomáticos para soluções pacíficas e corrói os alicerces das sociedades civilizadas. Efetivamente o contraterrorismo é

⁶⁹ “(...) our own freedom, and that of our allies, could never be secure in a world where freedom was threatened everywhere else”

um principal objetivo de segurança nacional dos Estados Unidos⁷⁰” (*Idem*, 1987: 7, tradução livre).

Dessa forma, para uma política estratégica de segurança foi necessário se ater ao fato de que os “Estados do Terceiro Mundo estão cada vez mais armados com equipamentos militares modernos e sofisticados⁷¹” (*Idem*, 1987: 19, tradução livre). Segundo a USNSS de 1987, 1988, 1990, 1991, 1993 no Terceiro Mundo era onde se verificava a maior quantidade de conflitos de baixa intensidade, que ameaçavam os interesses dos EUA. Esses conflitos eram definidos como “(...) geralmente uma manifestação de uma confrontação político-militar abaixo do nível de uma guerra convencional, frequentemente envolvendo lutas prolongadas de princípios e ideologias concorrentes, e variando de subversão para o uso direto de forças militares⁷²” (*Idem*, 1988: 34, tradução livre). A partir dessa compreensão dos conflitos de baixa intensidade no Terceiro Mundo, presumia-se que eles podiam levar a implicações regionais e globais que afetariam diretamente a segurança e os interesses vitais dos Estados Unidos.

Em 1990, no início do Governo de George Bush (1989-1993), o Terceiro Mundo passou a representar ainda mais ameaças, além dos possíveis transbordamentos dos conflitos de baixa intensidade. No relatório *U.S. National Security Strategy* de 1990 e 1991, à ameaça dos conflitos de baixa intensidade foram somadas novas ameaças, como a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, a instabilidade promovida pela pobreza, pela injustiça e por tensões étnicas, raciais e religiosas. Da mesma forma o tráfico ilegal de drogas, o fluxo migratório de refugiados e o ainda resistente terrorismo internacional, que continuava sendo financiado por alguns Estados, notadamente a União Soviética (*Idem*, 1990: 6-7).

Assim, apesar das novas ameaças, ainda em 1990, a União Soviética continuava sendo preocupação principal para os interesses dos Estados Unidos. Essa superpotência militar, que vivenciava uma crise interna, ainda detinha uma posição de poder no cenário internacional que permitia a manutenção de uma balança estratégica global, pautada no equilíbrio de poder (*Idem*, 1990: 9). Sendo assim, fazia parte da estratégia dos Estados Unidos manter os esforços de segurança em direção à União Soviética, já que esta estratégia era “(...) uma precaução baseada na incerteza, não na hostilidade (...)”⁷³ (*Idem*, 1990: 10, tradução livre).

⁷⁰ “(...) directly attacks our diplomatic efforts for peaceful solutions to conflicts, and erodes the foundations of civilized societies. Effectively countering terrorism is a major national security objective of the United States”

⁷¹ “Third World states are increasingly armed with modern and sophisticated military equipment”

⁷² “(...) typically manifest itself as political-military confrontation below the level of conventional war, frequently involving protracted struggles of competing principles and ideologies and raging from subversion to the direct use of military force.”

⁷³ “(...) a caution based on uncertainty, not on hostility (...)”

Em 1991, o relatório *U.S. National Security Strategy* foi apresentado com uma visão de uma nova era, em que a presença ameaçadora da União Soviética e das ideias do Comunismo já não estavam mais presentes. Nessa nova era, os Estados Unidos foram os campeões e líderes das ideias que venceram o totalitarismo com a liberdade política e econômica, a prosperidade e os Direitos Humanos, como salientou o famoso texto de Fukuyama, em 1991, “O fim da História e o último homem”.

No entanto, da mesma forma que esse novo período das relações internacionais apresentava grandes esperanças para que a comunidade de nações pudesse viver em paz e segurança, ela também apresentava doses de incertezas. Segundo a USNSS (1991: 1), a Guerra do Golfo demonstrou o poder de atores autônomos para ameaçar a segurança mundial e os interesses dos Estados Unidos.

Segundo a USNSS (1991: 7) grupos armados radicais que perseguiram e possuíam “armas modernas e ambições antigas” ameaçavam a “esperança mundial para uma nova era de cooperação”. Para esses grupos armados radicais, os Estados e os governos tornavam-se ferramentas vulneráveis que, se fazendo valer da falta de capacidade e de autoridade do Estado, tomavam o território e as estruturas estatais restantes para aplicar políticas que iam de encontro aos interesses de paz e segurança da comunidade internacional, o que tornava imprescindível a presença dos Estados Unidos no “resto do mundo” (*Idem*, 1991: 28).

O relatório de 1993, ainda no Governo de George Bush, marca de fato “o colapso da União Soviética e nossa [dos EUA, aliados e amigos] vitória coletiva⁷⁴” (*Idem*, 1993: 1, tradução livre) e o, conseqüente, fim da Guerra Fria e da ameaça representada pela União Soviética. Segundo o USNSS, essa nova era abria uma oportunidade sem precedentes para que os valores e objetivos dos Estados Unidos pudessem alcançar uma escala verdadeiramente global e se consolidar como os verdadeiros valores a garantir uma zona de paz e segurança para a comunidade de nações. Naquele novo contexto, os Estados Unidos visualizavam uma grande oportunidade de “(...) impedir poderes hostis não-democráticos de dominar regiões críticas para o nosso interesse⁷⁵” (*Idem*, 1993: 13, tradução livre), e de utilizar práticas terroristas contra os Estados Unidos. Foi nesse relatório que houve a primeira menção oficial aos *rogue states*, considerados novas ameaças a dar suporte ao terrorismo internacional e a buscar ou ter a posse de armas nucleares.

No relatório de 1994, 1995, 1996, sob a administração de Bill Clinton, os *rogue states* tomam o lugar do perigo representado pela URSS. Nesse momento em que uma nova era

⁷⁴ “The collapse of the Soviet Union and our collective victory in the Cold War”

⁷⁵ “(...) preclude hostile non-democratic powers from dominating regions critical to our interests”

mudou os imperativos de segurança, percebe-se que “(...) os perigos que [os EUA] enfrentam hoje são mais diversos (...)”⁷⁶ (*Idem*, 1995). Nesse cenário, “o prejudicial comportamento dos *rogue states*” (*Idem*, 1996: 12) apresentam sério perigo à estabilidade regional em várias partes do mundo e, por isso, representam uma grave ameaça à paz e à segurança internacionais.

No relatório de 1997, os EUA apresentaram uma estratégia de aproximação em relação à países que notoriamente eram considerados *rogue states*, como a Coreia do Norte. A estratégia dos Estados Unidos foi se debruçar sobre o Pacífico, de modo a fechar ainda mais um ambiente de cooperação com o Japão, Austrália e outros países amigos e aliados. Nessa estratégia de segurança, ficou claro a intenção e os esforços dos Estados Unidos (em conjunto com a Coreia do Sul) em congelar e desmantelar o programa de armas nucleares da Coreia do Norte (*Idem*, 1997: 3).

Nesse relatório não houve uma menção literal sobre os *rogue states*, no entanto, foi delimitada as características das ameaças que envolviam a segurança dos Estados Unidos, quais eram (*Idem* 1997: 8):

- 1) A ameaça regional ou centrado num Estado: quando um conjunto de estados tem a capacidade ou o desejo de ameaçar os interesses vitais estadunidenses;
- 2) A ameaça transnacional: quando algumas ameaças, com o auxílio de tecnologias avançadas, transcendem a fronteira nacional;
- 3) A ameaça da proliferação de armas nucleares;

No relatório de 1998, os Estados que ameaçavam os interesses dos Estados Unidos, além de voltarem a ser denominados como *rogue states*, apareceram com uma nova designação “*outlaw states*”. Da mesma forma, entendia-se que esses Estados ameaçavam a estabilidade regional e o progresso econômico de muitas áreas importantes do mundo (*Idem*, 1998:1). No relatório de 2000, essas taxonomias são substituídas pelo termo “*states of concern*”.

Dadas essas variações, para compreender a ascensão da taxonomia *rogue states* é necessário ter em conta que essa taxonomia, como uma nova ameaça à paz e segurança internacionais, passou pela fundamentação de uma doutrina e pela construção de uma

⁷⁶ “The dangers we face today are more diverse (...)”

fórmula. Juntas, a Doutrina e a Fórmula *Rogue*, poderiam ser capazes de identificar Estados que se comportavam de maneira agressiva.

3.1.1. A Doutrina *Rogue State*

A Doutrina *Rogue* não foi desenvolvida ou pensada exclusivamente por um especialista, ela está mais para uma política de Estado que foi se desenvolvendo ao longo dos anos 1990, a partir da ideia de que alguns Estados possuíam comportamentos contrários aos interesses de paz e segurança da comunidade internacional. Diante dessa percepção, atores internacionais, que se comportavam de forma indesejada, diferente do que era atribuído como comportamento natural para um Estado, passava a ser mal vistos pela sociedade internacional. O comportamento indesejado é percebido quando se admitia que mesmo em momentos de guerra ou de conflito, há limites, normas e regimes internacionais que devem ser respeitados, tendo em vista os valores de uma comunidade internacional.

Dessa forma, a Doutrina compreende que “um *rogue state* é aquele que tem como alta prioridade a subversão de outros Estados e o financiamento de tipos de violência não-convencionais contra eles⁷⁷” (RUBIN, 1999: 72, tradução livre, grifo nosso). Sendo assim, esse tipo de Estado, que possui comportamentos indesejados, por se apresentar em deformidade com a normalidade das relações estatais, requer um tratamento especial que exige pressão internacional,

Com essa percepção de uma ameaça em potencial, pela Doutrina *Rogue State*, as despesas militares dos EUA não deviam ser direcionadas contra as potências emergentes que, num futuro próximo, pudessem abalar a hegemonia estadunidense, mas contra um pequeno número de Estados do Sul que apresentassem comportamentos que ameaçassem de alguma forma os interesses dos Estados Unidos ao redor do mundo. Através da Doutrina, os EUA conseguiram afirmar sua hegemonia militar dentro de um cenário de segurança pós-Guerra Fria, em que a estrutura de “estabilidade” bipolar não é mais visível e onde um mundo potencialmente mais perigoso foi construído, principalmente devido a hostilidade de países que passaram a buscar e a possuir de tecnologia para a produção de armamento nuclear (ELAND e LEE, 2001: 3).

⁷⁷ “a rogue state is one that puts a high priority on subverting other states and sponsoring non-conventional types of violence against them”

Dentro dessa nova ordem mundial e para a Doutrina *Rogue*, o Estado que se comportar particularmente mal ou de forma perigosa, ameaçando seus vizinhos com comportamentos indesejados, poderia desencadear uma reação militar por parte do Ocidente. “(...) Se um Estado se comporta como um poder *rogue* - quebrando o papel de conduta dos EUA ou atacando agressivamente vizinhos – isto fornece (...) a racionalidade e a necessidade de uma resposta dos EUA⁷⁸” (RUBIN, 1999: 73, tradução livre, grifo nosso).

Para a Doutrina, dentro dessa nova ordem mundial, não é possível manter relações políticas com países que ostentam um comportamento indesejado, tampouco desenvolver um ambiente de paz e segurança. Para o *rogue state*, o medo não faz parte da sua política internacional, de modo que “armado com mísseis balísticos, tais Estados imprevisíveis podem atacar os Estados Unidos a qualquer momento⁷⁹” (ELAND e LEE, 2001: 3, tradução livre). Nesse cenário, sob uma abordagem Realista, a estabilidade da Guerra Fria, em que a racionalidade e o equilíbrio de poder faziam parte das relações internacionais, não é mais verificável.

Assim, o mais importante dessa Doutrina, segundo a percepção de Rubin (1999:73) ao defender uma política externa direcionada a essas “novas ameaças”, é a percepção por parte dos EUA de que os *rogue states* se comportam como regimes que ameaçam não apenas os interesses dos EUA, mas os da comunidade internacional (o Ocidente). A Doutrina *Rogue State* se baseia, portanto, na concepção de “caracterização dos hostis (ou aparentemente hostis) Estados do Terceiro Mundo, com grande capacidade de forças militares e nascente capacidade em armas de destruição em massa (...) empenhados em sabotar a ordem mundial vigente⁸⁰” (KLARE, 1995: 26 *apud* CAPRIOLI, 2005: 770, tradução livre). Com esta percepção, os *rogue states* não atuam conforme as regras normais das relações internacionais, se comportam para subverter o sistema e para a construção do terrorismo como método de ação legítimo, nas relações internacionais.

No entanto, a Doutrina não se resumia a utilização de discursos contra aqueles Estados que possuíam um comportamento indesejado. A ao longo de seu desenvolvimento, a Doutrina *Rogue* passou a utilizar uma fórmula, que foi construída para detectar Estados que se comportavam de maneira indesejada, com comportamentos que ameaçavam a segurança internacional e dos Estados Unidos.

⁷⁸ “(...) if a state behaved as a rogue power - breaking U.S. role of conduct or attacking neighbors aggressively - it furnished both the rationale and necessity for U.S. response”

⁷⁹ “(...) armed with ballistic missiles, such unpredictable state may strike the United States at any time”

⁸⁰ “(...) characterization of hostile (or seemingly hostile) Third World states with large military forces and nascent WMD [weapons of mass destruction] capacities... bent on sabotaging the prevailing world order”

3.1.2. A Fórmula Rogue

A Fórmula foi construída como uma ferramenta para ser utilizada pela Doutrina *Rogue* para a identificação de Estados que se comportassem de maneira indesejada perante a comunidade internacional. Através dela, segundo Caprioli e Trumbore (2005), foi possível definir um comportamento indesejado como um comportamento militar agressivo e irracional. Assim, sua construção foi o resultado da combinação de dois fatores: a busca e posse de armas nucleares e o suporte e apoio ao terrorismo internacional (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005, 2007; HENRIKSEN, 2001; HOYT, 2000; ROTBERG, 2003, 2007, SAUNDERS, 2006) contra o Ocidente, de maneira geral, e, especificamente, contra os Estados Unidos. Com a estruturação dessa fórmula aqueles Estados do Sul representados como *rogue states* passaram a ser enquadrados como entidades políticas fora da normalidade comportamental que um Estado deveria apresentar, para manter a possibilidade de diálogo num cenário político multipolar livre de ameaças internacionais.

Através da fórmula, a taxonomia *rogue state* passou a ser representativa dos Estados que possuíam um comportamento específico perante a comunidade internacional e dentro de suas próprias fronteiras (ROTBERG, 2007: 2). Em cada um desses cenários – doméstico e internacional – a fórmula *rogue* observava os comportamentos dos Estados. Na esfera internacional foram observadas características de agressividade e de irracionalidade. Segundo Caprioli e Trumbore (2003, 2007), essas duas características comportamentais que o Estado apresenta no meio externo podem ser entendidas e medidas a partir de três variáveis:

- 1) Envolvimento em conflito interestatal;
- 2) Começo de uma disputa militarizada;
- 3) Primeiro uso a força num conflito interestatal.

No meio doméstico, por sua vez, são observadas características de repressão, especificamente em relação às desigualdades de gênero, mas, de forma geral, quando se verifica forte repressão aos direitos humanos básicos e aos bens políticos dos cidadãos. Esses comportamentos são visualizados pelos *policymakers* ocidentais, notadamente

estadunidenses⁸¹, como evidências de Estados que não se pautam na racionalidade, tampouco no convívio normal dentro de uma comunidade internacional (HENRIKSEN, 2001: 360).

Para Rotberg, com a construção da fórmula *rogue*, a tipologia estatal resultante pode ser direcionada para aqueles Estados que forem considerados mais repressivos internamente e agressivos no plano externo. No entanto, ainda para Rotberg, e fazendo uma relação com o que aqui vai se chamar Grupo *Rogue* Tradicional, apenas o Estado da Coreia do Norte pode ser considerado um verdadeiro *rogue state*, “porque eles casam (sic) altos níveis de repressão interna com comportamento militar agressivo para os seus vizinhos e além⁸²” (ROTBERG, 2007:2, tradução livre).

Na visão do Rotberg, Estados que se comportam assim são repressivos com seus próprios cidadãos. Eles negam todos ou virtualmente todos os direitos fundamentais e liberdades civis básicas para sua própria população. Esses Estados “(...) evitam ou fazem escárnio da democracia (...)”⁸³(ROTBERG, 2007: 3, tradução livre), não fazem qualquer menção ao Estado de Direito, de modo que fazem prevalecer o estado de natureza hobbesiano. Nesses Estados a iniciativa privada foi banida a partir do momento em que a economia passou a ser completamente comandada pelos interesses de uma cleptocracia, que operava através de um forte patrimonialismo. Reservavam como propaganda e dominação, o culto a personalidade e o clientelismo, de modo a criar uma cultura de conformidade e dependência. “A essência de cada Estado de terror desse é a imprevisível arbitrariedade⁸⁴”(*ibidem*)

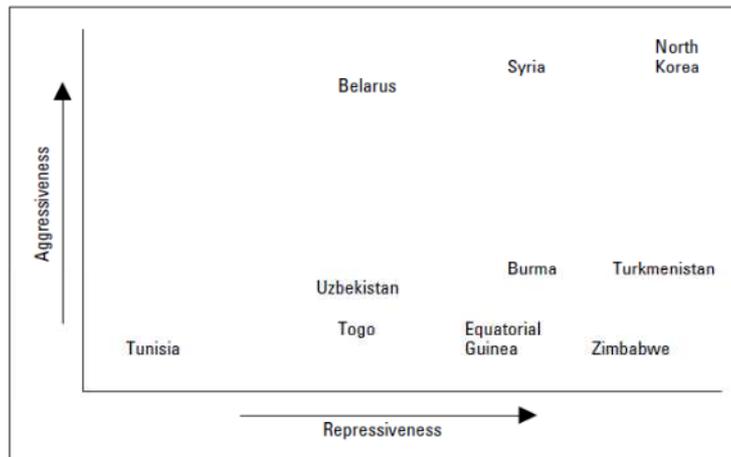
A partir dessa noção de agressividade externa e repressão interna, Rotberg desenvolve um gráfico em que é possível visualizar a posição de alguns países conforme a fórmula *rogue*:

⁸¹ O fato de ser salientado *policymakers* estadunidenses se dá devido a alguns casos de discordâncias por parte de aliados tradicionais dos EUA, como a França em 1995, em aceitar consensualmente as premissas da fórmula *rogue* e conseqüentemente, a taxonomia *rogue state* (SAUNDERS, 2006: 24)

⁸² “Only North Korea, Belarus, and Syria are true rogues because they marry in levels of internal repression with aggressive behavior to their neighbors and beyond”

⁸³ “(...) eschew or make mockery of democracy (...)”

⁸⁴ “The essence of such state-enforced terror is its unpredictable arbitrariness”



Fonte: ROTBERG, Robert. Repressive, Aggressive, and Rogue Nation-States - How Odious, How Dangerous. In. Worst of the Worst, p.8, 2007

Rotberg utiliza a *Freedom House* para determinar o nível de repressão e agressividade dos Estados. Segundo essa instituição, os Estados podem ser divididos em Livres, Parcialmente Livres e Não-Livres. Para chegar a essa divisão e ao nível de repressão, o autor também se baseia em 31 índices, tais como: prisioneiros políticos; abuso de prisioneiros; assassinato ou tentativas de assassinato de oponentes políticos; casos de tortura; violência contra a mulher; incidência de trabalho infantil; tráfico de mulheres e crianças; tráficos de armas pequenas; tráfico de narcótico; restrições à liberdade de pensamento e de imprensa, restrições à liberdade de associação; restrição à liberdade religiosa; justiça independente; culto à personalidade. A agressividade, por sua vez, é medida mediante o que o Estado demonstra pelo interesse na busca e posse de armas de destruição em massa, aí incluídas armas químicas e biológicas bem como a capacidade de fazer uma guerra nuclear (ROTBERG, 2007: 6).

No gráfico de Rotberg, com exceção da Tunísia, considerada Parcialmente Livre, todos os outros países, são considerados Não-Livres, segundo os relatórios de 2012 da *Freedom House*. Porém, a Coreia do Norte, que mais se alinha à fórmula *rogue*, pode ser considerada a mais *rogue*, pois ela consegue alinhar os dois critérios da fórmula, ou seja, apresenta um comportamento interno baseado na forte repressão, no abuso aos direitos humanos e no plano externo desenvolve uma retórica agressiva e belicista de ameaça nuclear, atingindo tanto sua região quanto a segurança internacional. Os outros *rogue states* considerados pelo autor, com exceção da Síria, além de não apresentarem o mesmo alinhamento com a Fórmula, também não fazem parte da lista de Estados financiadores do terrorismo internacional do

Departamento de Estados dos Estados. Deste modo não farão parte do que aqui vai ser denominado Grupo *Rogue* Tradicional.

Apesar da falta de consenso em relação aos países que são considerados *Rogue*, é possível construir um grupo de *rogue states* a partir da literatura que versa sobre esse tipo de Estados (RUBIN, 1999; HOYT, 2000; HENRIKSEN, 2001; CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005, 2007; SAUNDERS, 2006; ROTBERG, 2007; KIM, 2008; ROELE, 2012). Através dessa literatura, os Estados que mais são identificados segundo os critérios da Doutrina e da Fórmula *rogue* são estes: Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Coreia do Norte.

3.1.3. Grupo *Rogue* Tradicional

O que se chama aqui de Grupo *Rogue* Tradicional são aqueles Estados que mais aparecem na literatura supracitada como *rogue states*. No entanto, é importante deixar claro que há divergências quanto aos critérios utilizados para a classificação desses Estados. Enquanto Rotberg (2007) utiliza a base de dados da *Freedom House*, o restante da literatura aqui utilizada lança mão dos discursos oficiais dos Estados Unidos para enquadrar os *rogue states*. Sendo assim, para a construção desse Grupo foi utilizado a primeira lista de países que possuíam comportamentos indesejados, ela data de 1979 e foi produzida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos para catalogar aqueles Estados que eram considerados financiadores do terrorismo (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 775).

Como a Lista é uma produção anual é possível identificar o ano de inserção de alguns países que aqui são tratados como fazendo parte de Grupo *Rogue* Tradicional, quais são eles: Líbia em 1979, Cuba em 1982, Irã em 1984, Coreia do Norte em 1988, Iraque em 1996⁸⁵. No entanto, no sítio do Departamento de Estado não há a lista de 1979, a mais antiga que consta é a de 1996 e nela estão identificados, além do aqui é chamado de grupo tradicional, os Estados do Sudão e da Síria, totalizando sete Estados que dão suporte ao terrorismo internacional.

Na Lista de 1979, segundo Caprioli e Trumbore (2005:775), tentou-se assumir conotações apolíticas colocando numa mesma lista aliados históricos, como Israel, Coreia do Sul e inimigos eminentes, como a Síria e a Líbia. No centro da questão estava a identificação das capacidades e a emergência das capacidades relativas de Estados que pudessem, em um

⁸⁵ No sítio do departamento de Estado dos Estados Unidos a Lista de Estados que financiam o terrorismo data de 1996. Sendo por isso a utilização do ano de 1996 para o a inserção do Iraque na Lista.

horizonte próximo, desafiar os interesses dos Estados Unidos em suas respectivas regiões. Essa estratégia foi decisiva para expor o viés analítico da Doutrina e da Fórmula *rogue*, central no pensamento de segurança para um ambiente pós-Guerra Fria.

Com a estruturação da Fórmula, foi possível diferenciar aqueles Estados que apresentavam condições de pobreza, que eram passíveis de securitização – os *weak states* – dos países que apresentavam os comportamentos característicos da Doutrina *Rogue*. Com essa diferenciação é possível colocar no *hall* da taxonomia alguns estados específicos. No quadro que se segue são apresentados os Estados que mais são considerados *rogue*, segundo a literatura utilizada, e uma breve contextualização histórica, para sua indicação como *rogue state*:

Cuba	<p>Desde a revolução, em 1959, é compreendida pela Política Externa dos EUA como uma extensão da União Soviética, ameaçando assim a influência dos Estados Unidos na América Latina, bem como a própria segurança latino-americana (RUBIN, 1999: 74-75).</p> <p>Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, Cuba está inserida na lista de países que dão suporte e apoio ao terrorismo desde 1982 e anualmente é classificada como <i>safe haven</i> para o terrorismo internacional.</p> <p>Segundo o relatório de Países Financiadores do Terrorismo de 2011, elaborado pelos Estados Unidos em 2012, um <i>safe haven</i> está relacionada a “(...) áreas físicas não governadas, sub-governadas ou mal governadas onde terroristas são capazes de organizar, planejar, angariar fundos, comunicar, recrutar, treinar, transitar e operar em relativa segurança devido a inadequada vontade política, capacidade de governança ou ambas⁸⁶”.</p> <p>Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, Cuba, atualmente, assiste às Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), além do ETA, grupo separatista basco. Além desse apoio, Cuba assiste também assassinos estadunidenses, dando suporte em território nacional.</p>
Irã	<p>Segundo Rubin (1999: 75) o Irã pode ser considerado quase um auto-intitulado <i>rogue state</i>. Ou seja, mesmo com a Revolução Islâmica, em 1979, os EUA decidiram reconhecer a soberania iraniana de modo a manter as relações normais entre os dois países. No entanto, o inverso não aconteceu. Os EUA passaram a ser considerados inimigos para o governo iraniano. Além disso, fatores como o patrocínio a grupos revolucionários externos para a subversão da ordem em países vizinhos e</p>

⁸⁶ “(...) ungoverned, under-governed, or ill-governed physical areas where terrorists are able to organize, plan, raise funds, communicate, recruit, train, transit, and operate in relative security because of inadequate governance capacity, political will, or both”

	<p>o apoio ao terrorismo internacional caracterizam o comportamento <i>rogue</i> do Irã.</p> <p>Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, o Irã faz parte da lista de países que dão suporte e apoio ao terrorismo desde 1984. O Irã dá suporte e financia grupos terroristas do Oriente Médio e Ásia Central.</p>
Iraque	<p>Apesar do Iraque ser governado, desde 1958, por grupos radicais, anti-estadunidenses que apoiavam ditaduras agressivas, e apesar da quebra de relações diplomáticas, em 1967, por parte do Iraque, ele não era considerado um <i>rogue state</i>. Além do mais, na guerra Irã-Iraque, a posição iraquiana de impedir a influência iraniana na região fez emergir uma relação mais próxima entre EUA e Iraque. Somente em 1990, com a invasão ao Kuwait, os EUA declararam o Iraque como um <i>rogue state</i>. A situação foi piorando na medida em que os <i>policymakers</i> estadunidenses denunciavam as tentativas de obtenção de armas de destruição em massa por parte do governo iraquiano (RUBIN, 1999: 75).</p> <p>Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos a designação de Estado financiador do terrorismo só foi retirada em 2004, quando o Iraque apresentou um comportamento que o alinhava na luta contra o terrorismo internacional.</p>
Líbia	<p>A imagem que os Estados Unidos fazem do país como um <i>rogue state</i> está relacionada a entrada no poder de Muammar Kadafi, em 1973. Para os EUA, o líder líbio financiava o terrorismo internacional e subvertia a ordem nos países vizinhos (RUBIN, 1999: 75-76).</p> <p>Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, Líbia fez parte da primeira Lista de países que financiam o terrorismo, de 1979. No entanto, em 2003, o governo líbio renunciou às práticas terroristas, bem como ao seu programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, contribuindo com os Estados Unidos e a comunidade internacional nos esforços na luta contra o terrorismo. Na Lista de 2007 não havia mais a designação da Líbia como um país a assistir e apoiar o terrorismo internacional.</p>
Coréia do Norte	<p>A Coréia do Norte é o país que mais tempo possui sob a percepção de que é um <i>rogue state</i>, percepção iniciada a partir da invasão à Coréia do Sul em 1950 (RUBIN, 1999: 77).</p> <p>Segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, a Coréia do Norte fez parte da Lista de Países que financiam o terrorismo de 1988 até 2008, quando o governo estadunidense retirou-o da Lista por não haver mais evidências de suporte ao terrorismo internacional.</p>

3.2. Contextualizando a Utilização da Taxonomia *Rogue State*

Desde outrora entidades políticas fora dos padrões pré-estabelecidos são subjugadas pelos atores mais poderosos. Atores que não pertencem à comunidade ou que não atuam

conforme os modelos preestabelecidos de comportamento podem ser compreendidos a partir do significado que hoje é atribuído à terminologia *rogue* – párias, bárbaros, estrangeiro, “o outro”. Segundo Henriksen (2001:349), um exemplo histórico dessa relação pode ser verificado a partir das ações de gauleses e visigodos germânicos contra as imposições do Antigo Império Romano. Dentro dessa relação entende-se uma concepção binária bárbaro/romano, baseada numa abordagem de identidade alteritária, que lança mão, hoje, do que é entendido, no âmbito das relações internacionais, como um ator *rogue*. Da mesma forma, no Congresso de Viena, o Concerto Europeu atuou para impedir a subversão da ordem e da estabilidade das relações internacionais na Europa a partir da alteridade. Ao estruturar a ideia de soberania e legitimidade agiu-se contra os Estado fora dos moldes da Santa Aliança. Não cabe aqui, no entanto, prolongar os exemplos de relações sociais que se baseavam no fenômeno alteritário, para subjugar o “Outro”.

Assim, cabe compreender que é por meio desse fenômeno identitário que observadores ocidentais passaram a enxergar, nas relações internacionais, os *rogue states*. Porém, como essa classificação, no sistema internacional, não é estática, sua imputação é relativa e seletiva àqueles Estados que não se pautam na racionalidade e no convívio normal dentro da comunidade internacional delimitada pelo Ocidente (HENRIKSEN, 2001: 349).

Depois da primeira etapa da Guerra Fria que vai até o final dos anos 1970, o Ocidente observou que alguns Estados do Sul conduziam políticas domésticas centradas na violência, que ameaçavam a segurança das suas próprias populações, o que acarretou em retaliações por parte da comunidade internacional ocidental, como embargos econômicos. A ameaça que apresentavam, no entanto, era muito mais de caráter doméstico, do que internacional, portanto, não eram considerados problemas relevantes para que os EUA ou a segurança internacional fossem considerados ameaçados (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 773).

No entanto, depois que ocorreu o processo de securitização do subdesenvolvimento durante os anos 1980, a capacidade estatal passou a ser colocada de lado, de modo a evidenciar certas características comportamentais que alguns Estados exibiam em suas regiões. Nesse processo, passou-se a dar ênfase às análises em relação aos regimes dos países, muitas vezes descritos como ditaduras despóticas. Porém, essa característica, por si mesma, não era suficiente para impulsionar a taxonomia *rogue* (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 40). Com a falta de um impulso que desse maior legitimidade ao uso da taxonomia *rogue*, percebe-se uma forte oscilação instrumental por parte dos EUA no início dos anos 1980 e durante os anos 1990. Essas oscilações podem ser divididas em histórica, oficial e estratégica.

No início da década de 1980, a relação com a esfera doméstica foi ultrapassada e o comportamento *rogue* dos Estados passou a ser percebido diante do seu alcance a nível internacional. Ligado aos interesses e às análises de *policymakers* estadunidenses, os *rogue states* passaram a ser enquadrados, diante do seu comportamento, como ameaças diretas e imediatas aos interesses regionais dos Estados Unidos, bem como à segurança e a paz da “comunidade” internacional (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 773).

Dessa forma, historicamente, o uso da taxonomia *rogue state* pode ser datada dos anos 1980, quando *policymakers* estadunidenses promoveram uma ideia singular do que é um Estado *rogue*, elaborando uma doutrina e uma fórmula para identificar países que se comportavam fora do eixo de interesse dos Estados Unidos e ameaçavam a segurança internacional. Segundo Saunders (2006), a construção dessa noção de *rogue state* é particular de um contexto dos EUA em que a sua elite política conseguiu construir um consenso de modo a levar às esferas de Política Externa uma cosmovisão que dava sustentação a uma nova norma a ser compartilhada pela sociedade internacional.

Assim, segundo o conceito de securitização de Buzan, Waever e Wilde (1998), houve a aceitação do discurso por parte da audiência interna dos Estados Unidos, com intenções de torná-la universal/internacional. Nesse processo, “(...) se um Estado tem poder suficiente, estas ideias podem se tornar proeminentes mesmo em face de resistência de outros grandes poderes e eles podem fundamentalmente definir o critério de inclusão na sociedade internacional⁸⁷” (SAUNDERS, 2006: 25, tradução livre).

Embora a designação *rogue state* possa ser verificada no período final da Guerra Fria, o conceito referente a um ator ou região de onde emana grandes ameaças e como um proeminente aspecto da Política Externa dos EUA só pode ser verificado no período pós-Guerra Fria. Segundo Litwak,

a origem da ideia *rogue state* [é verificada] na administração Reagan, na criação, pelo Departamento de Estado, de uma lista oficial de países que financiavam o terrorismo, de acordo com Export Administration Act de 1979. Durante a Guerra Fria, contudo, possuir armas de destruição em massa não era um critério de exclusão⁸⁸ (2000:53 *apud* SAUNDERS, 2006:26, tradução livre).

⁸⁷ “ (...) if a state has sufficient powers, these ideas may become prominent even in the face resistance by other great powers, and they may ultimately”

⁸⁸ “the origins of the “rogue state” idea in the Reagan administration, in the creation of the State Department’s official list of countries that sponsored terrorism in accordance with the Export Administration Act of 1979. During the Cold War, however, pursuit of WMD was not a criterion for exclusion”

Dessa forma, é possível compreender que essa taxonomia estatal foi desenvolvida em sintonia com interesses políticos advindos do vácuo de ameaça deixado pela União Soviética na Política Externa dos EUA. O resultado desse vácuo possibilitou a emergência de uma Doutrina que justificasse as forças estadunidenses ao redor do mundo e as medidas militares e econômicas da época da Guerra Fria para um contexto histórico em que a ameaça do comunismo não existe mais (ELAND e LEE, 2001: 2-3).

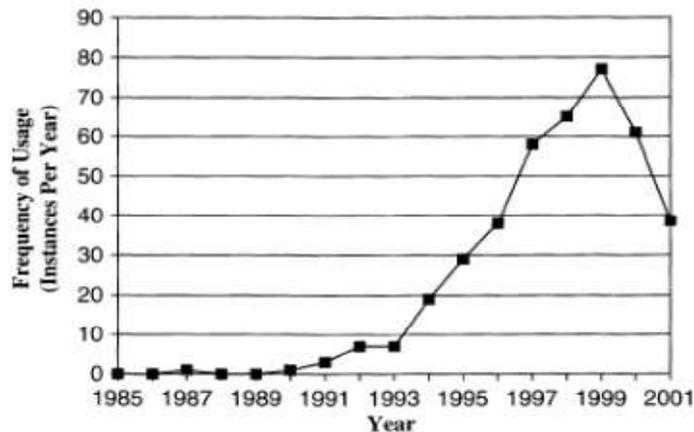
Assim, a expressão só passa a ser sistematicamente usada como discurso oficial e estratégico do governo dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, notadamente, na administrações Clinton e depois, na administração George W. Bush, após o 11 de Setembro de 2001, como demonstra o relatório do Departamento de Estado dos EUA, *The U.S. National Security Strategy* de 2002.

De acordo com Klare (1995 *apud* SAUNDERS, 2006: 26) a ideia “*rogue state*”, como uma tipologia de Estado representativa das novas ameaças, surge no momento pós-Guerra Fria, a partir de uma nova visão estratégica resultante da primeira Guerra do Golfo, de 1991. Essa estratégia se desenvolveu eminentemente para justificar um orçamento de defesa em um período em que o inimigo comum não era mais visivelmente definido. De modo que a designação *rogue state* somente vai fazer parte do discurso oficial do governo dos EUA durante a administração Bush, em 1993.

Segundo Rotberg (2007: 7), durante a administração Clinton, a expressão *rogue* foi utilizada mais de 150 vezes. No primeiro governo, o então Secretário de Estado Antony Lake classificou os *rogue states* como “do lado errado da história” porque faliram no respeito aos direitos básicos do homem e nos valores à democracia, à economia de mercado, à segurança coletiva. Estrategicamente, essa tipologia de Estado fez parte da Política de Segurança dos EUA, principalmente, no pós-11 de Setembro. *Rogue states*, “(...) em outras palavras, eram uma das preocupações principais no pós-Guerra Fria; os *rogue states* coletivamente e individualmente substituíram a União Soviética enquanto repositórios do mal⁸⁹” (ROTBERG, 2007: 9, tradução livre).

Com base nessas variações de instrumentalização, Saunders (2006: 27) desenvolve um gráfico em que é possível observar as oscilações, em grande parte ascendente, na utilização da taxonomia *rogue*, por parte do Departamento de Estado dos Estados Unidos, durante o período 1985-2001.

⁸⁹ “(...) in other words, were the primary policy worry of the post-cold war era; rogues collectively and individually replaced the Soviet Union as the repositories of evil.”



Fonte: SAUNDERS, Elizabeth. *Setting Boundaries - can international society exclude rogue states?*.p.27, 2006

Dado esses movimentos no uso da taxonomia *rogue*, tem-se que somente com o fim da Guerra Fria, o que antes era considerado irrelevante ou demasiado longe para interessar aos *policymakers* ocidentais, começou a emergir como tema central nas agendas de segurança internacional. Exemplo disso é o discurso de Bush em 2002, o qual entende que a

América está agora menos ameaçada por Estados conquistadores do que por alguns [Estados] em fâlecia. Nós estamos menos ameaçados por frotas e exércitos do que tecnologias catastróficas nas mãos de poucos amargurados. Nós devemos derrotar essas ameaças à nossa nação, aliados e amigos⁹⁰ (U.S. NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2002: 1, tradução livre)

Os EUA, conforme deixa claro, o relatório *U.S National Security Strategy* de 2002, não estão mais ameaçados por um regime político, uma pessoa, uma ideologia ou uma religião. A luta atual, travada pela liberdade e pela justiça, é feita contra o “(...) terrorismo – a violência premeditada, politicamente motivada e perpetrada contra inocentes⁹¹”(U.S. NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2002: 5). Essa “(...) luta contra o terrorismo internacional é diferente de qualquer outro embate na história⁹²” (*ibidem*) dos Estados Unidos. Dessa vez as batalhas serão travadas em vários *fronts*, em várias regiões e estendida pelo período necessário para que as nações civilizadas possam sair vitoriosas. Assim, a luta é direcionada

⁹⁰ “America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones. We are menaced less by fleets and armies than by catastrophic technologies in the hands of the embittered few. We must defeat these threats to our Nation, allies, and friends.”

⁹¹ “(...) terrorism – premeditated, politically motivated violence perpetrated against innocents.”

⁹² “ (...) struggle against global terrorism is different from any other war in our history.”

contra todo aquele que der “(...) suporte, apoio, e usa o terrorismo como meio para atingir objetivos políticos⁹³” (*ibidem*).

Nessa luta, reserva-se aos Estados Unidos o uso de seu poder nacional e internacional para intimidar e destruir as organizações terroristas internacionais e todos os outros atores, especialmente aqueles Estados que financiam ou oferecem apoio logístico para terroristas, principalmente em suas buscas por armas de destruição em massa.

Dessa forma, pelo menos é o que expressa o relatório, os Estados Unidos defenderão os interesses de sua população dentro do seu território, bem como para além dele, de acordo e em benefício de seus aliados e amigos, para promover um mundo de justiça e liberdade, que não tenha sua paz e segurança ameaçadas. Sob esse pensamento reconhece-se que a melhor defesa dos EUA é o seu ataque e o fortalecimento de sua segurança nacional (*Idem*, 2002: 5-6). Isso se dá devido à nova conjuntura de ameaças, oriunda dos “(...) novos desafios mortais que tem emergido de *rogue states* e terroristas⁹⁴”. (*Idem*, 2002: 13, grifo nosso). O perigo dessas novas ameaças está na sua natureza e motivação, na sua determinação em obter um maior poder de destruição e na maior probabilidade do uso de armas de destruição em massa contra o mundo ocidental, o que torna o atual cenário internacional muito mais complexo e perigoso do que aquele da Guerra Fria.

Sendo assim, a *U.S. National Security Strategy* (2002: 14, tradução livre, grifo nosso) adverte que “nós [os Estados Unidos] devemos estar preparados para parar os *rogue states* e seus clientes terroristas antes que sejam capazes de ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos⁹⁵”.

Dessa forma, os *rogue states* passaram a ser enquadrados como temas centrais da segurança dos Estados Unidos sob a óptica de interesse de sua segurança nacional. Tal entendimento é possível mediante a compreensão de que “os Estados Unidos goza[va]m de grande liberdade para determinar onde e quando tonar-se-[iam] engajados internacionalmente” (WALTZ, 2000 *apud* CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 772, tradução livre).

3.3. Os *Rogue States* a partir de uma abordagem que busca ser mais crítica

⁹³ “(...) harbor, support, and use terrorism to achieve their political goals.”

⁹⁴ “(...) new deadly challenges have emerged from rogue states and terrorists”

⁹⁵ “We must be statesprepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends.”

Para além da leitura que se debruça sobre a existência de Estados relacionados à taxonomia *rogue state*, é possível identificar uma abordagem que tenta ser mais crítica, que questiona a instrumentalização política da doutrina e da fórmula *rogue* como práticas da política externa do Ocidente, especificamente dos Estados Unidos. Sob essa perspectiva a ascensão do fenômeno *rogue states* está atrelado aos interesses de política externa estadunidense, para um período de transformações nas relações de poder da ordem mundial – notadamente para o período pós-Guerra Fria.

A partir dessa abordagem é compreensível que o interesse que emerge dos *policymakers* estadunidenses com o fim da Guerra Fria não se configura como uma reação genuína em defesa da paz e da segurança internacional frente ao fenômeno que se convencionou chamar de “novas ameaças”. Com a tentativa de uma abordagem mais crítica, essas “novas ameaças”, notadamente, os *rogue states*, são observadas como imbricadas às zonas de influências dos Estados Unidos, que estão imersas num meio internacional em que as relações poder foram alteradas, o que leva a transformação de um problema de segurança doméstica, em problemas de relevância mundial (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005:772). Em outras palavras, as “novas ameaças” podem ser compreendidas a partir de uma abordagem mais crítica em que são percebidas como uma construção política, decorrentes do fim da Guerra Fria e da resistente condição de colonialidade global. Através dessa compreensão é possível perceber que essas “novas ameaças” auxiliaram os Estados Unidos a se manter e consolidar sua posição de dominação e de defensor da segurança internacional, mesmo sem que houvesse um inimigo comum claro.

O esforço e a vitória dos Estados Unidos em conseguir criar um inimigo comum são visíveis através das estratégias de segurança da administração de Bill Clinton, a Estratégia de Contenção Dual, no imediato Pós-Guerra Fria e da administração de Georg W. Bush, a Doutrina Bush, depois do 11 de Setembro de 2001. Ambas refletem uma “(...) ambição nacional estadunidense para estender seu mandado para regiões onde sua influência ou controle tem sido historicamente longe de ser efetiva⁹⁶” (*ibidem*, tradução livre).

O interesse nos *rogue states*, portanto, não se dá meramente como uma questão de segurança internacional. Os EUA agiram com o intuito de restauração e manutenção de um *status quo* que visava preservar sua hegemonia num cenário internacional que demonstrava mudanças de ordem política. Dado esse sentido, os Estados Unidos atuaram com “(...) uma

⁹⁶ “(...) an American national ambition to extend its writ to regions where its influence or control has historically been far from complete”

estratégia de preponderância [que] requer um poder dominante para responder aos sérios desafios a sua autoridade e poder, se quiser manter sua posição de primazia independentemente do local onde esses desafios surjam⁹⁷” (*ibidem*, tradução livre).

Assim o sendo, o foco que a política externa dos EUA vem a direcionar sobre os *rogue states*, desde a década de 1980, não está relacionada diretamente à segurança internacional, mas à necessidade de alinhamento às transformações nas relações de poder no cenário internacional. Observando isso, é possível visualizar a instrumentalização política da taxonomia *rogue*, a qual, diante das relações de poder do cenário internacional, permitiu que alguns Estados, retoricamente construídos pelos discursos oficiais estadunidenses, fossem aceitos como tal por uma audiência majoritariamente ocidental, formada por aqueles que mais possuem poder nas relações internacionais, como Inglaterra, Espanha, França (mesmo havendo certas desavenças).

Essa observação não visa demonizar a estratégia de segurança nos Estados Unidos, mas salientar que ela foi construída com objetivos políticos que isentavam outros países de serem representantes da mesma taxonomia *rogue*. Assim, tem-se que durante os anos 1980 e 1990, ao mesmo tempo em que era identificado um grupo tradicional de *rogue states*: Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Coreia do Norte (considerados “(...) simultaneamente culpados de todas as faltas para que possam ser qualificados como ‘voyou’⁹⁸ (...) tentativa de adquirir armas de destruição massiva, sustentação do terrorismo, mau tratamento com sua própria população e animosidade declarada (contra os EUA) às vistas dos Estados Unidos.⁹⁹” (O’SULLIVAN e SAUVAGE, 2000: 70-71, tradução livre)) não se fazia o mesmo julgamento em relação a aliados tradicionais dos Estados Unidos, tais como: Israel, Arábia Saudita, Paquistão e Iraque. Estes eram possuidores das mesmas premissas comportamentais que a fórmula *rogue* tinha estabelecido para caracterizar um Estado com um comportamento militar agressivo e irracional – a relembrar, a busca ou posse de armas nucleares e o suporte e apoio ao terrorismo internacional – mas não eram representativos da taxonomia *rogue state*.

Dentro dessa política de dois pesos duas medidas um dos casos evidentes foi e continua sendo Cuba, que não oferecia nem oferece evidências de um programa de armas de destruição em massa, mas que ostentava e ainda ostenta, dentro dos discursos dos *policymakers*

⁹⁷ “A strategy of preponderance requires the dominant power to respond to serious challenges to its power and authority if it is to maintain its position of primacy, regardless of where those challenges arise.”

⁹⁸ O termo “voyou” do francês é representativo do significado “Rogue” advindo do inglês, segundo O’Sullivan e Sauvage (2000), e “arruaceiro” do português, segundo o dicionário Larousse

⁹⁹ “(...) simultanément coupable de toutes ces fautes pour pouvoir être qualifié de ‘voyou’ (...) tentative d’acquérir des armes de destruction massive, soutien au terrorisme, mauvais traitement de leur propre population et animosité déclarée à l’égard des États-Unis”

estadunidenses, a posição de um dos principais atores *rogue* da comunidade internacional, sob a acusação de financiamento e suporte do terrorismo internacional (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 40-41).

O processo de instrumentalização política dessa taxonomia ocorreu durante as décadas de 1980 e 1990, quando o termo *rogue state* tornou-se eminente nos discursos de política externa dos EUA. Sua utilização foi feita, sob os interesses dos Estados Unidos, para identificar países que davam suporte e apoio ao terrorismo internacional. No entanto, como essa característica não era suficiente para que a taxonomia pudesse ser aceita amplamente pela comunidade internacional e por organizações internacionais como a ONU, no início dos anos 1990, passou-se a incorporar outro critério de identificação de comportamento indesejado – a busca e posse de armas nucleares (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 773).

Pela Doutrina, a busca e a posse de armas nucleares eram sinônimos de ameaças à paz e segurança internacional e não uma razão de Estado para a garantia e preservação de sua segurança e sobrevivência (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 774). Com esse pensamento, os *policymakers* estadunidenses, ao tratar desse tipo de comportamento, ressaltavam o caráter de ameaça militar que esses Estados naturalmente representavam aos seus vizinhos e, sendo assim, requeriam uma efetiva resposta, por parte dos EUA, para resguardar os interesses de paz da comunidade internacional, bem como os interesses estadunidenses na região (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 776).

Com a construção dessa naturalização do comportamento agressivo e irracional por parte dos *rogue states*, eles “(...) tornaram-se sinônimos, nos círculos militares e de política externa dos EUA, de um ambiente de ameaça pós-Soviético¹⁰⁰” (BOWEN, 2000 *apud* CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 774, tradução livre, grifo nosso). Para corroborar essa visão, os *policymakers* dos Estados Unidos enxergaram na invasão do Iraque no Kuwait, em 1990, uma prova irrefutável de que o comportamento desse tipo de Estado, no plano é externo, é válido para atrelá-lo à taxonomia *rogue*.

No entanto, alguns desafios, durante o final da década de 1990 e antes do 11 de setembro de 2001, foram apresentados aos formuladores da Doutrina e aos *policymakers* estadunidense que engendravam uma Política Externa para uma era pós-Guerra Fria. Nesse meio tempo, a dita “racionalidade” dos governos norte coreano, iraquiano e iraniano, por exemplo, demonstravam posicionamentos que aumentavam a aproximação com o Ocidente. Em 19 Junho de 2000, segundo a BBC News, o então líder norte coreano Kim Jong Il, mesmo

¹⁰⁰ “(...) *rogue states* became synonymous in U.S. military and foreign policy circles with the post-Soviet threat environment.”

com os embargos econômicos, que datam de 1950, iniciou um diálogo, conforme o auxílio da Política Externa de Clinton, com o líder sul coreano no intuito de reatar relações diplomáticas. Na mesma linha de aproximação com o Ocidente, o então líder iraquiano Saddam Hussein convidou inspetores da ONU para averiguar seus programas tecnológicos. No Irã, o então presidente reformista Mohammed Khatami continuava improvisando meios de diálogo com Ocidente. Com esses comportamentos, segundo Eland e Lee (2001: 3-4) verificou-se que os chamados *rogue states* atuavam de forma bem menos *rogue* do que indicava o Departamento de Estado dos EUA.

Assim, mesmo havendo uma aproximação de alguns *rogue states* com o Ocidente, principalmente, na luta ocidental contra o terrorismo, esse alinhamento não foi capaz de retirar-lhes sua naturalidade comportamental. Somente em meados da década de 2000 a lista de países que financiam o terrorismo foi alterada. Em 2004, o Iraque, em 2006, a Líbia e em 2008, a Coreia do Norte passaram a não mais serem designados como Estados que davam suporte ao terrorismo internacional. Essa alteração demarca bem como essa taxonomia é construída a partir de instrumentalização política. Segundo consta no sítio do Departamento de Estado dos EUA¹⁰¹, a Líbia, por exemplo, começa a manter relações mais próximas com a Europa e EUA, em 2004, quando aceita o discurso de guerra contra o terrorismo internacional e quando renuncia ao seu programa nuclear, para em 2006 sair de fato da lista de países financiadores do terrorismo.

Dentro dessa lógica, compreende-se que durante a década de 1990 os *rogue states* foram vistos pelos *policymakers* estadunidenses como uma projeção de ameaça ao cenário internacional. A partir de tal projeção corroborou-se a ideia de que a ameaça que representavam esses Estados não se restringia aos interesses regionais dos EUA, mas à totalidade do sistema internacional, o que possibilitou as administrações dos EUA corroborar os *rogue states* como atores que agiam militarmente e irracionalmente, e que necessitavam de uma resposta equiparada e pró-ativa por parte dos EUA.

Com essa abordagem criou-se um cenário estratégico para a elaboração da Política Externa do governo de Georg W. Bush, que na onda do 11/09, pode ser resumida pela frase emblemática do Presidente, em 20 de setembro de 2001, “Toda nação em cada região do mundo tem agora uma decisão a fazer. Ou vocês estão conosco, ou vocês estão com os terroristas¹⁰²”. Sob esse contexto deu-se ênfase às ações preemptivas como medidas

¹⁰¹ Para mais detalhes: <http://history.state.gov/countries/libya>

¹⁰² “Every nation in every region now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists.”

necessárias e justificáveis contra a emergência de potenciais e iminentes ameaças advindas de um mundo que é contra a liberdade e a civilização ocidental (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005: 776).

3.3.1. A tentativa de uma abordagem crítica ao Grupo Rogue Tradicional a partir de Caprioli e Trumbore

Mary Caprioli é professora de Ciência Política na Universidade do Tennessee, suas pesquisas são voltadas para os campos de estudos em Segurança e Conflito, incluindo violência interestatais e intraestatais. De modo geral, ela busca a compreensão do porquê os Estados, sociedades e indivíduos se engajam em comportamentos violentos. Sua linha de pesquisa se envereda nas desigualdades estruturais de gênero como estratégia para prever comportamentos violentos. Para Caprioli, o nível de segurança e bem estar de um Estado pode ser avaliado a partir de dados não convencionais, como o nível de desigualdade, escolaridade, a participação política e representatividade entre os gêneros.

Peter Trumbore faz parte do Departamento de Ciência Política da Universidade de Oakland, tem seus estudos voltados para a análise de Política Externa dos Estados Unidos, incluindo o impacto de fatores políticos domésticos, as “novas ameaças”, o terrorismo e contraterrorismo. Junto com Caprioli, desenvolvem uma pesquisa por meio da qual os *rogue states* são analisados mediante a relação violência, especialmente a de gênero, com suas próprias populações.

A partir deles, tem-se que no início da década de 1990 a Doutrina Rogue se confirma como uma das pautas centrais nas administrações estadunidenses que se seguiam ao longo do pós-Guerra Fria, mas carecia de sentido quando era perceptível que aqueles Estados taxados não representavam uma ameaça a segurança estadunidense. Como essa ameaça não se fazia cristalina, nas pesquisas de Caprioli e Trumbore, tentou-se estruturar dois grupos de Estados, dentro dos chamados *rogue states*, de modo a evidenciar suas condições no cenário internacional.

Dado aquele Grupo *Rogue Tradicional*, formado por Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Coréia do Norte, é possível fazer outra segmentação. Segundo Caprioli e Trumbore (2007: 44-45), nessa segmentação coloca-se de um lado os *rethorical rogues* e de outro lado os *objective rogues*. Os *rethorical rogues* são os Estados que estão relacionados aos discursos proferidos

pelos *policymakers* e analistas estadunidenses durante o período de 1980 a 2001. Por sua vez, os *objective rogues* são aqueles países que possuíram ao menos uma das características elencadas pela Fórmula *Rogue*, durante o mesmo período. O ano de “1980” faz referência à ascensão da taxonomia nos discursos dos *policymakers* estadunidenses, bem como nos planos de política externa. O ano de “2001” representa o marco que foi o ataque ao World Trade Center, como símbolo de uma estratégia de segurança pautada nos *Rogue States*. Em outras palavras, a diferença entre esses *rogues* está na utilização do termo, ou seja, o emprego político de uma taxonomia para Estados que muitas vezes não poderiam ser considerados *rogue*, por não possuírem as características que a Fórmula emprega.

A partir da segmentação proposta por Caprioli e Trumbore a taxonomia *rogue* foi colocada à prova com o levantamento de três hipóteses, quais sejam:

- 1) o *rogue state* é mais comum em se envolver num conflito interestatal;
- 2) o *rogue state* é mais comum em iniciar uma disputa militarizada;
- 3) o *rogue state* é mais comum em primeiro usar a força num conflito interestatal

Com a pesquisa, Caprioli e Trumbore verificaram que, como um grupo, o *rogue state* não foi e não é mais comum em se envolver em disputas interestatais em um dado ano; não é mais comum em iniciar disputas militarizadas; e não é mais comum em primeiro usar a força num dado conflito. “Em suma, o componente central da doutrina *rogue*, que estes estados são ameaças militares agressivas, falha em sua sustentação” (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 44, grifo nosso). Para constatar isso, Caprioli e Trumbore advertem que em suas pesquisas aceitou-se a premissa da Doutrina *Rogue*, no tocante a existência de Estados que violam as normas internacionais de comportamento, bem como a caracterização de condutas agressivas no meio internacional. O que eles divergem da comunidade política é sobre quais normas, quando quebradas, podem tipificar o Estado como perigoso e/ou agressivo.

Para os autores, as normas que mais se adéquam à governança são aquelas estruturadas sob os regimes internacionais de direitos humanos, que resguardados, protegem as populações nacionais. O estudo de Caprioli e Trumbore (2007: 44) demonstrou que os Estados que infringem os regimes internacionais de direitos humanos contra seu próprio povo, discriminando e reprimindo sistematicamente etnias e gêneros, são mais comuns do que outros Estados em se envolver em disputas interestatais violentas. Esses Estados são classificados como “*human rights rogues*”.

Na construção da taxonomia *human right rogues*, Caprioli se vai além das convencionais ameaças militares, de modo a questionar a relação entre a taxonomia e o comportamento taxado pela Doutrina *Rogue*. No processo de análise dos *human right rogues*

foram observados, para testar a Doutrina Rogue, outros comportamentos agressivos, como a repressão doméstica a etnias e gêneros. A diferença que os autores colocam na utilização do conceito *rogue* está atrelado ao que é considerado essencial na fórmula. Enquanto os *policymakers* e o governo estadunidense observavam a ideia de um natural comportamento militar agressivo, Caprioli e Trumbore verificaram o processo de fragilização doméstica de normas internacionais de direitos humanos, que poderiam reverberar num comportamento externo agressivo, ou seja, normas domésticas repressivas que são externalizadas, levando o Estado a um comportamento agressivo.

Com a intersecção entre normas domésticas repressivas e comportamento externo agressivo, os autores tentam aliar o pensamento de Galtung sobre a violência estrutural com abordagens feministas, de maneira a compreender como o processo de violência pode ultrapassar a esfera do centralismo estatal, dos binários ator/sujeito, agente/vítima. (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 45). “Esta abordagem reconhece que 'onde Estados recusam intervir para proteger contra as violações contra os direitos humanos, para investigar acusações, para processar e punir autores de atos criminosos, ele, de fato, tolera tais atos'¹⁰³” (GOLDBERG, Pamela, 1995 *apud* CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 46, tradução livre).

3.3.1.1. O Rogue State Index de Caprioli e Trumbore

Ao propor uma nova taxonomia, *os human rights rogue*, Caprioli e Trumbore (2007:46) também propõem um novo índice – o *Rogue State Index* (RSI) – para avaliar a relação entre as normas internas e comportamento dos Estados no cenário internacional. Com o RSI são observados os indicadores relacionados às discriminações políticas e econômicas direcionadas a grupos étnicos e de gênero e as repressões violentas contra grupos políticos opositores. Segundo Caprioli e Trumbore (2007: 46), os parâmetros que sustentam essa análise advêm da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quais sejam: 1) Os direitos individuais, no que tange a igualdade; 2) o direito a integridade humana, que inclui o direito a vida, a liberdade, a segurança do indivíduo e a proteção contra arbitrariedades.

A base de construção do índice é sustentada a partir de três ideias, quais sejam:

¹⁰³ “This approach recognizes that “where a state refuses to intervene to protect against human right[s] violations, to investigate charges, to prosecute and punish perpetrators of harmful acts, it does, in effect, condone those acts.”

- 1) Simples indicadores não tem a capacidade de representar conceitos complexos, tais como normas sociais e valores;
- 2) Os indicadores da pesquisa são os que melhor integram o entendimento sobre normas violentas;
- 3) O substrato da pesquisa, que é o modelo da Declaração Universal, compreende que direitos individuais devem ser interdependentes e indivisíveis. A dimensão étnica por meio da qual analisa o RSI é alimentada a partir da base de dados do Projeto *Minorities at Risk* (MAR) do Centro de Desenvolvimento Internacional e Administração de Conflito da Universidade de Maryland.

O Projeto fornece informações para auxiliar as pesquisas comparativas entre características políticas, econômicas e culturais de 282 grupos políticos e étnicos ao redor do mundo desde 1945. Com essa base de dados, os grupos membros são identificados segundo seus acessos ou restrições deliberadas a recursos econômicos e participação política (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 46-47). Dentro do MAR também há uma base de dados – (MAROB) – que busca identificar os motivos pelos quais grupos políticos e étnicos saem de uma linha convencional de organização para se tornar grupos radicais, que abrem mão de meios convencionais de fazer política, para lançar mão de atividades de violência e terroristas. Essa parte do Projeto, inicialmente, foca seus estudos nas regiões do Oriente Médio e do Norte da África, por identificar nessas regiões a presença de muitas organizações étnico-políticas que, normalmente, utilizam de meios violentos e terrorismo para alcançar seus objetivos diante das estruturas de autoridade local, nacional ou mesmo internacionais.

Tendo como base essa fonte de dados, o RSI procura na dimensão de gênero os dados sobre desigualdade política, econômica e social. Dentro dessas três esferas, três características são indicadas para a avaliação no RSI, quais sejam:

- 1) a porcentagem de mulheres no Parlamento;
- 2) a porcentagem de mulheres na força de trabalho assalariada e;
- 3) a taxa de fertilidade.

O primeiro item compreende que a exclusão da mulher da vida política, na forma de uma ação discriminatória de gênero, revela um forte indicador de desigualdade política. No âmbito econômico, a paridade salarial revelaria índices de igualdade entre homens e mulheres. No âmbito social, a taxa de fertilidade revela as taxas de discriminação em educação, emprego, saúde e seguridade social. Segundo os autores, com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial, uma taxa de fertilidade com três ou menos crianças revela um indicador de gênero mais igualitário (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 48-49).

A dimensão da repressão política, empregada pelo RSI, analisa as violações aos direitos individuais e à integridade humana, especificamente os dados referentes ao aprisionamento político, à tortura, assassinato e a desaparecimentos forçados. “Violações aos direitos de integridade pessoal são considerados os mais hediondos e graves crimes contra a humanidade entre os mais facilmente evitados¹⁰⁴” (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 50, tradução livre). Os dados da repressão estatal são oriundos de “*Gibney's political terror scale*” que oferece duas medidas, uma baseada nos relatórios do Departamento de Estados dos EUA e outra nos relatórios da Anistia Internacional. Caprioli e Trumbore ressaltam que sua fonte de dados utiliza as medidas da Anistia Internacional para evitar o enviesar político da pesquisa (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 49-50).

Na formulação do RSI, as variáveis – discriminações étnicas e de gênero – foram postas em análise a partir dos critérios:

- 1) Iniciação de conflitos interestatais;
- 2) Envolvimento em conflitos;
- 3) Uso primeiro da força numa disputa interestatal.

Com esses critérios os Estados recebiam uma pontuação dentro de um método binário (1x0) que os colocavam numa escala referente aos *human rights rogue* (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 51)

- O primeiro critério – iniciar conflitos interestatais – foi definido como “(...) o primeiro Estado a utilizar qualquer forma de ação militarizada, incluindo ameaça do uso da força, bem como a exposição ou uso efetivo de violência¹⁰⁵” (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 52, tradução livre). No processo de análise era atribuído o valor “1” para aquele que iniciasse o conflito e o valor “0” para aquele que não iniciasse o conflito.
- O segundo critério – envolvimento em conflitos – é utilizado, também a partir de um método binário com atribuição dos valores “1” e “0”, para verificar se os *human rights rogue* são mais comuns em se envolver em conflitos interestatais violentos.
- O terceiro critério - uso primeiro da violência numa disputa interestatal – também através de um método binário, codifica o uso da violência militar em uma dada disputa. (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2006; 2007: 52-53). Esse modelo, especificamente, “(...) captura melhor as ações agressivas perpetradas pelos *humans rights rogue*, dado que

¹⁰⁴ “Violations of personal integrity rights are considered the most egregious and severe crimes against humanity and among the most easily avoided (...)”

¹⁰⁵ “(...) the first state to take any form of militarized action, including the threat to use force or the display of force as well as the actual use of violence”

tais Estados podem se tornar envolvidos em disputas violentas como alvos, mais do que agentes de violência estatal¹⁰⁶ (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 54, tradução livre).

A partir da análise dos três critérios e das variáveis neles inseridas (discriminações étnicas e de gênero e a repressão estatal), construiu-se uma tabela que demonstra os Estados que mais pontuaram no RSI. Aqueles mais recebiam pontuação eram identificados como os que mais iniciavam disputas interestatais militarizadas, que se envolviam em conflitos militares violentos e que são os primeiros a usar a força numa disputa interestatal.

Com base nessa análise, o resultado do estudo de Caprioli e Trumbore aponta que os *human rights rogue* representam uma ameaça militar convencional à segurança internacional. Numa relação de causa e efeito, as normas violentas e agressivas, que regem suas ações domésticas, são extrapoladas para o meio internacional como normas e valores que caracterizam seu comportamento militar e que ameaça a segurança internacional. Importante dessas considerações é que as implicações oriundas das violações aos direitos humanos não devem ser analisadas à luz da representação de ameaças convencionais. Os *human rights rogue* também são uma ameaça não-convencional à segurança internacional (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 55-56). A noção de ameaça militar não-convencional é sustentada a partir de uma relação causal entre as normas violentas, que são empregadas no meio doméstico, e o efeito de transbordamento ao meio internacional, o que leva o Estado a se comportar de forma agressiva e/ou violenta.

Similarmente, os autores complementam que o patrocínio ao terrorismo internacional, enquanto uma ameaça não-convencional constitui um comportamento agressivo. Esse patrocínio inclui o financiamento direto, a provisão de materiais e a assistência logística. Faz parte dessa análise os dados fornecidos pelo *Terrorism Knowledge Base*, dentro do período de 1980-2001. Com base na definição de Caprioli e Trumbore para “ameaça não-convencional”, o apoio dos EUA a grupos terroristas como os anti-sandinistas na década de 1980 é considerado um comportamento agressivo característico dos *human rights rogue* (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 56).

Em relação às armas de destruição em massa, não se pode admitir que os *human rights rogue* necessariamente tenham posse de tal armamento, tampouco que há uma relação causal entre a tipologia estatal e a busca e posse ilícita desse tipo de armamento. Segundo Caprioli e Trumbore, “(...) *human rights rogue* são mais comuns em buscar armas de destruição em

¹⁰⁶ “(...) better captures aggressive actions perpetrated by the human rights rogue, given that such state might become embroiled in violent disputes as the targets rather than the perpetrators of interstate violence.”

massa, mas esse comportamento, por si mesmo, não pode ser usado para identificar *rogue states*¹⁰⁷” (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007: 57-58, tradução livre, grifo nosso).

A partir do estudo que foi exposto, como uma tentativa de uma abordagem mais crítica à taxonomia *rogue states*, é possível demonstrar, a partir das tabelas fornecidas por Caprioli e Trumbore (2005, 2007), quais *rogue states* podem ser identificados como *rethorical ou objective rogues* ou *human rights rogue*.

No quadro que se segue há uma junção dos dados fornecidos pelos dois autores, em que consta três colunas, uma referente aos *Rethorical Rogues*, os Estados que foram discursivamente construídos como *rogues*. Outra coluna para os *Objective Rogue*, dentro da qual as numerações: 1 – busca e posse de armas de destruição em massa; e 2 – suporte e apoio ao terrorismo internacional correspondem ao tipo de ameaça que o Estado representava no período de 1980 e 2001. Por sua vez, na coluna relacionada aos *human rights rogue* constará a pontuação que o Estado possui no RSI (quanto mais próximo de zero menor o nível de comportamento militar agressivo, e, conseqüentemente, de ameaça que o Estado representa).

No quadro, os Estados são divididos entre aqueles que formam o que aqui se chamou de Grupo *Rogue Tradicional* e o que foi apresentado como os Estados historicamente aliados dos Estados Unidos, além do próprio EUA. Ao escolher esses Estados buscou-se perceber sua pontuação no RSI e sua relação com a taxonomia *rogue*, de modo a poder verificar divergências, quanto a representação do comportamento militar agressivo e irracional, que alguns Estados considerados *rogue* apresentam.

	País	Rethorical Rogue (1980- 2001)	Objective Rogue (1980-2001)	Human Rights Rogue
Grupo Rogue Tradicional	Cuba	Rogue	1 de 1980-2001	2,5
	Irã	Rogue	1 e 2 de 1980-2001	7,1
	Iraque	Rogue	1 de 1980-2001 2 de 1986-2001	6,7
	Líbia	Rogue	1 e 2 de 1980-2001	3,5
	Coréia do Norte	Rogue	1 e 2 de 1980-2001	3,5
Aliados dos Estados Unidos	Israel	Não Rogue	2 de 1980-2001	5,4
	Paquistão	Não Rogue	2 de 1980-2001	6,6
	Taiwan	Não Rogue	2 de 1980-2001	*
	Arábia Saudita	Não Rogue	*	6,8
	Coréia do	Não Rogue	2 de 1980-2001	4,1

¹⁰⁷ “(...) human rights rogues are more likely to pursue weapons of mass destruction, but this behavior by self cannot be used to identify rogue states”

	Sul		
	Brasil	Não Rogue	5,6
	EUA	Não Rogue	3,4
1 - Busca e Posse de Armas de Destruição em Massa 2 - Suporte e apoio ao Terrorismo Internacional * - Sem Dados disponíveis			

Adaptado de: CAPRIOLI, Mary; TRUMBORE, Peter. Rhetoric versus Reality: Rogue States in Interstate Conflict. *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, n.º. 5, p. 770-791

Ao analisar o quadro é possível verificar que alguns países são observados de maneira bastante distinta daquela estabelecida pela Doutrina *Rogue*. Cuba, por exemplo, apresentada no rank dos *human right rogue* com uma pontuação bem inferior aos países considerados aliados históricos dos Estados Unidos, como Israel, Arábia Saudita e Paquistão, é considerada um *rogue state*. O objetivo da inserção de Brasil, no quadro, foi de mostrar um Estado que é tradicionalmente conhecido por apresentar um comportamento normal nas relações internacionais, que age de acordo com os interesses de paz e segurança da comunidade internacional, mas quando analisados segundo os critérios de Caprioli e Trumbore, demonstram normas internas que mais se assemelham aos países que tradicionalmente são considerados *rogue states*.

Através dessa diferença, que o RSI possibilita enxergar, denota-se o que aqui se chama de instrumentalização política da taxonomia, por meio da qual o conceito *rogue* é utilizado. Com o discurso por trás desse conceito tenta-se criar um consenso de que uma taxonomia estatal específica é a causa por trás das novas ameaças. Essa tentativa é sustentada pelo Estado hegemônico do mundo livre, que através do seu *soft power* consegue influenciar outros atores do cenário internacional a incorporar as premissas da Doutrina e da Fórmula *rogue*.

Essa taxonomia também acompanha o que aqui se chamou de fenômeno alteritário etnocêntrico, que utiliza uma perspectiva geopoliticamente localizada dentro das relações de poder mundial para classificar atores que fogem ou que não se alinham aos interesses dos atores mais poderosos. Nesse sentido, torna-se cristalino que a instrumentalização política da taxonomia *rogue state* é construída dentro das heterogêneas hierarquias, que foram salientadas no primeiro capítulo, e que isso se faz a partir da permanência da relação colonial do atual sistema-mundo capitalista/moderno/colonial/ocidental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a formação e utilização das taxonomias *weak* e *rogue states* à luz da instrumentalização política das mesmas. A partir desse objetivo geral foi apresentada a hipótese: houve uma reestruturação conceitual e taxonômica dos *weak* para *rogue states* a partir da securitização do subdesenvolvimento dos *weak states* e da instrumentalização política da taxonomia *rogue states*.

Para verificar essa hipótese, fez-se uma análise ao longo da Dissertação a partir das abordagens teóricas conhecidas como pós-colonialismos. A escolha dessas abordagens se deu na medida em que se tornou compreensível que a(s) Política(s), o(s) Discurso(s) e a(s) Ciência(s) são uma construção parcializada de uma dada realidade. Sob essa perspectiva, a construção de uma realidade é imersa em caracteres objetivos e subjetivos, por meios dos quais ainda permanece difícil ponderar qual dos dois caracteres possui maior peso dentro das relações sociais de poder.

Dessa forma, tem-se que as análises políticas e científicas são enunciadas de um lugar específico, dentro de relações de poder que não possibilitam um olhar imparcial sobre qualquer objeto. Desse modo, a inter-relação entre sujeito e objeto faz valer o princípio da incerteza de Heisenberg, o qual estipula que o objeto ao ser analisado sofre a interferência do observador. Sendo assim, não é possível deter a certeza, ou mesmo estipular padrões ou tipos-ideais para compreender qualquer realidade. O que se tem são interações, construções feitas dentro de relações de poder, que moldam a(s) Política(s), o(s) Discurso(s) e a(s) Ciência(s).

Nesse sentido, a análise dos discursos, das políticas ou das epistemologias dominantes não pode ser menosprezada como algo “meramente subjetivo”. É através dos discursos, do subjetivo, que se tem aquilo necessário para criar o consenso, a hegemonia e a legitimação de determinadas práticas materiais. Em outras palavras, através desses discursos constrói-se uma mentalidade que, ao ser materializada, pode desenvolver em conflitos violentos, ou mesmo guerras. Com os discursos, o concreto pode ser desmanchado no ar, de modo a evidenciar os interesses, os preconceitos, as relações de poder, que a materialidade tenta ofuscar.

Com as abordagens pós-coloniais pretendeu-se, portanto, verificar o diagnóstico postulado pelo pensamento dominante para aqueles países que eram catalogados ora como *weak*, ora como *rogue*, considerados novas ameaças pelos relatórios da *U.S. National Security Strategy* e de outras agências internacionais que aqui foram abordadas. Para tanto, apresentou-se o que são as abordagens pós-coloniais e como elas podem ser inseridas na área de

Segurança Internacional. Tal apresentação visou desnaturalizar as considerações do pensamento dominante sobre a segurança e paz da comunidade internacional, que caracterizam o fenômeno alteritário etnocêntrico. Através da imersão nas abordagens pós-coloniais no campo de estudo de Segurança Internacional, o que aqui se chamou de fenômeno alteritário etnocêntrico serviu para demonstrar a construção de uma específica agenda de segurança internacional para um período em que a ameaça tradicional da União Soviética aos Estados Unidos em particular e ao Ocidente em Geral, não era mais visível.

Assim, tem-se que a agenda de segurança internacional, que vem sendo desenvolvida desde final de meados da década de 1980 até os dias atuais, é compreendida como pautada por um evento binário (amigo/inimigo). Dentro desse evento binário, o inimigo é identificado mediante seu nível de falência, num dado espectro de estaticidade, que declara quando o Estado com um nível de pobreza que o torna refém de sua própria falta de capacidade e autoridade e/ou pelo seu comportamento agressivo e irracional em relação aos outros Estados do cenário internacional.

Para fazer referência aos Estados dentro desse evento binário, a Dissertação foi até às Ciências Naturais, especificamente, a Biologia, para testar a possibilidade de empregar o termo taxonomias nas relações internacionais. Esse termo, na Biologia, é usado na ciência que cataloga os seres vivos segundo um critério de evolução. No caso das relações internacionais, compreendeu-se que é possível utilizar o termo na medida em que se considera os Estados centrais do Ocidente no topo de um espectro evolucionista de estaticidade e que tem suas particularidades e comportamentos como características para medir o nível de evolução que o Estado apresenta perante o cenário internacional.

Na parte da Dissertação em que as taxonomias *weak* e *rogue states* foram trabalhadas, as abordagens pós-coloniais foram utilizadas na parte final dos capítulos, para, quando era possível, compreender uma literatura que se pretendia ser mais crítica. O motivo pelo qual a Dissertação utiliza o termo “pretendia ser” é por enxergar que mesmo as literaturas críticas utilizadas para analisar as taxonomias *weak* e *rogue states*, se baseavam em epistemologias do Norte Global, de modo que, mesmo superficialmente, era possível observar o fenômeno alteritário etnocêntrico sendo utilizado para julgar a eficiência, a situação institucional, a capacidade dos países catalogados ou para identificar se os comportamentos desses Estados caminhavam conforme os critérios comportamentais considerados naturais para a garantia da paz e segurança da comunidade internacional.

Depois de apresentar as abordagens pós-coloniais e antes de verificar a hipótese, foi necessário ir a alguns clássicos da literatura ocidental que tratava do Estado Racional

Moderno e alguns teóricos mais contemporâneos para compreender como era considerada uma estrutura de funcionamento ótima, tendo em vista, as relações internacionais. Para tanto, a dissertação parte do legado ocidental que tem o Estado Racional Moderno como um ator tipo-ideal e soberano nas relações internacionais.

A partir da literatura clássica, observou-se que o tipo-ideal de Estado Racional Moderno foi considerado uma entidade singular e natural às condições culturais, econômicas, políticas e epistemológicas da Europa, que conseguiu criar uma estrutura capaz de vincular quatro características que manteve “intacto” esse tipo de Estado. Essas características são estas:

- 1) O monopólio legítimo do uso da violência;
- 2) Um sistema tributário eficiente;
- 3) A manutenção de um sistema de defesa externa; e
- 4) Mecanismos de autoridade sobre um território delimitado.

Dadas essas particularidades foi necessário ir atrás de quais funções do Estado eram consideradas as mínimas imprescindíveis, para tornar o Estado Racional Moderno ocidental um ator soberano. A partir da literatura verificou-se que um Estado é considerado soberano a partir da presunção de sua capacidade, ou seja, justifica-se a posição desse ator diante do cenário internacional, a partir de suas condições em garantir bens políticos à sua população, bem como a segurança e a autoridade, dentro do seu território.

É importante deixar claro que houve, na década de 1980 e 1990, um forte debate entre neorealistas e neoliberais sobre as funções do Estado e quais eram as condições que garantiam esse ator como uma unidade soberana autônoma do sistema. Para que a Dissertação não entrasse ainda mais nesse debate, procurou-se delimitar quais as capacidades estatais garantiriam um *strong state* – um Estado eficiente e capaz de garantir os direitos básicos para sua população. Para tanto, aceitou-se os critérios ocidentais a título de verificação da hipótese. A partir disso foi apresentado um quadro baseado em Fukuyama, dentro do qual foram mostradas quais funções o Estado Racional Moderno deveriam garantir para ser considerado um Estado forte – um *strong state*.

Com esse quadro, visualizou-se a base da receita dada pelo pensamento tradicional do Ocidente, que indicava o caminho pelo qual os Estados da comunidade internacional deveriam seguir para que pudessem se apresentar como atores saudáveis para as relações internacionais. Dentro dessa lógica, formar-se-ia um ambiente salutar, composto por Estados que caminhariam conforme o receituário ocidental, em que o cenário internacional, regido pela paz e pelo ganho absoluto, é um ambiente internacional estável, mantenedor da segurança de todos.

Ao ser demonstrado esse discurso binário, em que o Ocidente é o único capaz de garantir Estados fortes, que buscam a paz e a segurança nas relações internacionais, tem-se do outro lado do espectro de estaticidade, os Estados do Sul. Esses Estados não são geograficamente identificados, no entanto, é no Sul onde se verifica uma maior quantidade de Estados que apresentam um misto de institucionalidade, que caracteriza os *weak states* e Estados com comportamentos agressivos e irracionais, que caracteriza os *rogue states*.

Da literatura tradicional utilizada, compreendeu-se que os *weak states* são aqueles Estados que convivem com o mínimo de capacidade estatal e estão inseridos na condição de um caminho de falência, decorrente da falta de cultura, de política e de instituições saudáveis, o que gera e perpetua um reino de pobreza e subdesenvolvimento. Com esse cenário, o diagnóstico feito por atores externos ocidentais é de que essas causas (a cultura, a corrupção, os despreparo institucional, a falta de instituições) são naturais desses países. Somente a partir das receitas que o mundo civilizado desenvolve é que é possível solucionar os empecilhos que os Estados do Sul possuem para angariar um desenvolvimento tal qual os Estados do Ocidente.

Para verificar como é compreendido esse caminho da falência a Dissertação utilizou o relatório de quatro instituições que possuem índices de fragilidade estatal e que têm alguma ligação com os interesses dos Estados Unidos ao redor do mundo. Com essas leituras sobre o “caminho da falência”, pelo qual passam os *weak states*, percebeu-se como elas incorporam uma análise na qual a condição estatal é considerada um fato em si, em que não há causas exteriores, apenas as consequências da inabilidade e da incapacidade das instituições, da cultura, do povo em si e, precisamente, do Estado em reger, com eficiência, uma estrutura que possibilite o fornecimento de bens e serviços mínimos, garantia de segurança interna e proteção contra ameaças externas, além de controle sobre o território. Essas leituras, quando se deparam com as características dos Estados representados pela taxonomia *weak*, tendem a relacioná-las apenas ao contexto interno de crise, de falta de espaço para manobras, de apropriação do poder por grupos que privatizaram o Estado, com o caos gerado pelo ambiente de conflitos internos.

Ciente de que esse trabalho não é conclusivo, na literatura utilizada não foram verificadas análises mais críticas, que percebessem o *weak state* na sua relação com a economia política internacional, nem com a ainda permanente condição colonial em que estão inseridos. Dessa forma, entendeu-se que houve uma naturalização dos fatores considerados responsáveis pela condição de falência do Estado e que somente com interferência externa, com seus diagnósticos e receitas, a situação de pobreza e falta de institucionalidade seria

resolvida. Esse entendimento possibilitou corroborar uma parte do que foi levantado na hipótese: que houve um processo de securitização do subdesenvolvimento nos *weak states*.

A partir do momento em que as políticas domésticas e a cultura dos povos que vivem em *weak states* são consideradas os principais fatores a não permitir a saída do caminho da falência, mas, ao contrário, a intensificar as condições pobreza e de conflito, dentro e fora do território nacional, então percebe-se aí a abertura de uma brecha para tornar essa condição estatal uma possível ameaça à paz e à segurança da região. Ou seja, ao identificar que fatores como pobreza e o subdesenvolvimento são a causa e estão relacionadas ao aumento da intensidade dos conflitos, e que esses conflitos podem transbordar, os *weak states* e suas características passaram a ser considerados novas ameaças ou ameaças não-convencionais, segundo os interesses, principalmente, dos Estados Unidos.

Em relação aos *rogue states*, a partir da hipótese levantada, essa taxonomia seria a consequência da reestruturação conceitual dos *weak states* e serviria como instrumento político para os interesses dos Estados Unidos. No processo de pesquisa verificou-se que a reestruturação conceitual não aconteceu de forma total, ou seja, não foram todos os *weak states* que sofreram uma reestruturação conceitual e taxonômica que passasse a enxergá-los como *rogue states*. Dessa forma, alguns países que foram e são considerados *weak states* também podem ser considerados *rogue states*, como é o caso, por exemplo, da Coreia do Norte. Assim, ambas as taxonomias não são excludentes, elas podem ser utilizadas de forma concomitante.

Também é relevante considerar que a construção da taxonomia *rogue* aconteceu no final da década de 1980 e somente em 1993 esteve literalmente a fazer parte da *U.S. National Security Strategy*. Portanto, não prevaleceu aquele entendimento inicial de que a taxonomia *rogue state* se configurava como uma consequência imediata do processo de securitização do subdesenvolvimento, da evolução da taxonomia *weak state*. Como um processo, a taxonomia *rogue* ganhou respaldo concomitante as ameaças convencionais, notadamente a União Soviética, saíssem da pauta das agendas de segurança internacional dos Estados Unidos e as novas ameaças ganhassem espaço na agenda de segurança da comunidade internacional.

É importante considerar também que a taxonomia *rogue state* foi construída a partir de um olhar totalizante. Ao se aceitar as premissas da taxonomia e da literatura tradicional a taxonomia pode ser facilmente atrelada aos interesses dos Estados Unidos, já que teve como base a lista anual de países que financiam o terrorismo internacional, fornecido pelo Departamento de Estados dos EUA. No entanto verificou-se que é possível conceber a

existência de variações de *rogue states*, que podem ser identificados como *rogue nuclear weapons*, *rogue terrorism sponsors* ou *rogue weak*.

Para chegar a essas considerações a pesquisa foi atrás dos relatórios da *U.S. National Security Strategy*, para respaldar historicamente o contexto dos discursos que deram sustentação à construção da taxonomia *rogue state*. Na análise, verificou-se que no final da década de 1980, segundo o relatório de 1987, a União Soviética continuava como a principal ameaça à segurança dos Estados Unidos. Contudo, já eram visualizadas novas ameaças, como a proliferação de armas de destruição em massa e o terrorismo internacional, sendo que a URSS ainda era considerada a principal ameaça por trás do fomento e patrocínio desses problemas. Paralelo à ameaça representada pela URSS, os relatórios já apresentavam também as condições de pobreza e subdesenvolvimento do chamado de Terceiro Mundo, como possíveis e iminentes ameaça à segurança e aos interesses dos Estados Unidos.

Nos relatórios, verificou-se a ligação entre a pobreza, o patrocínio do terrorismo internacional, a proliferação de armas nucleares, os fluxos migratórios, as epidemias, a instabilidade regional e a noção de novas ameaças, o que permitiu a construção de uma Doutrina. Através dessa Doutrina se estipulava que alguns Estados, devido aos fatores acima elencados, se comportavam militarmente de forma irracional e agressiva, ameaçando a paz e a segurança internacionais. Para consolidar essa visão estipulou-se uma fórmula que concebia o terrorismo internacional e o suporte à busca e posse de armas nucleares como características centrais de uma taxonomia estatal, que viria a ser denominada *rogue state*.

O problema dessa parte da pesquisa foi identificar quais Estados poderiam ser enquadrados como *rogue states* sem se limitar aos interesses dos Estados Unidos. Assim, enquanto a pesquisa sobre a taxonomia *weak* foi dificultada pela falta de uma definição consensual, a compreensão da taxonomia *rogue* foi dificultada pela rigidez de sua doutrina e fórmula que catalogavam os estados que se comportavam em desacordo com os interesses dos Estados Unidos. Diante disso verificou-se que, enquanto há um grupo de Estados que, tradicionalmente, é considerado *rogue*, pela Política Externa dos Estados Unidos, vários outros Estados, que possuem as mesmas características comportamentais elencadas pela Fórmula e seriam facilmente alocados à taxonomia *rogue*, passavam longe de ser considerados ameaça à paz, à segurança internacional e aos interesses dos Estados Unidos, e consequentemente, da taxonomia *rogue*.

Essa variação, quanto aos *rogue states*, pode ser vista, por exemplo, no gráfico de Rotberg, que foi construído sob os parâmetros de democracia da *Freedom House*. No gráfico há apenas um Estado *rogue* que faz parte do que aqui foi chamado Grupo *Rogue Tradicional*,

não há menção ao Iraque e ao Irã, por exemplo. É sabido, no entanto, que o Estado que converge entre o Grupo *Rogue* Tradicional e o gráfico de Rotberg, a Coréia do Norte, saiu da lista de países financiadores do terrorismo em 2008, apesar de continuar na busca de armamento nuclear.

A partir da variação de Estados que seriam considerados *rogue states* foi possível corroborar a hipótese sobre a instrumentalização política da taxonomia *rogue*. Ou seja, é possível afirmar que os EUA utilizaram a taxonomia *rogue* conforme as dinâmicas das relações de poder mundial ameaçassem seus interesses vitais ao redor mundo. A partir da representação de tal ameaça, os EUA utilizavam de seu poder para classificar seus inimigos dentro dessa taxonomia e poder postular receitas comportamentais que permitissem ao Estado alvo da taxonomia voltar à normalidade das relações internacionais.

Não obstante, apenas parcialmente é possível corroborar que houve uma reestruturação conceitual e taxonômica dos *weak* para *rogue states*. Se houver a aceitação dos padrões ocidentais para a construção de ambas as taxonomias, dos países apresentados no Grupo *Rogue* Tradicional, somente a Coréia do Norte e talvez o Iraque (na época de Saddam Hussein), seriam válidos como representações dessa reestruturação taxonômica. Na tabela de Caprioli e Trumbore, o Irã aparece como um Estado *rogue*, no entanto não é possível colocá-lo dentro dessa da ideia de reestruturação conceitual, porque esse país não era considerado um *weak state*, segundo as instituições apresentadas no capítulo que versou sobre essa taxonomia. Assim, ao pensar essa reestruturação conceitual e taxonômica, tem-se que os Estados norte-coreano e iraquiano transbordam ameaça, devido à suas condições de pobreza, alvo de securitização e ameaçam a estabilidade da região e a segurança internacional, devido a busca e posse de armas nucleares.

Na parte final do capítulo também foi apresentada uma literatura que buscava ser crítica à taxonomia *rogue state*. Com Caprioli e Trumbore tentava-se apresentar uma crítica sobre a instrumentalização política das mesmas. No entanto, os autores, quando constroem o RSI, mesmo fazendo sobre uma abordagem que é centrada nas questões de gênero, o fazem a partir de uma ótica ocidental, que tem a Carta de Direitos Humanos como base de sua crítica.

Aqui, não se está a menosprezar ou a invalidar o uso da Carta de Direitos Humanos como parâmetro para avaliar o comportamento dos países que agem segundo os critérios elencados por Caprioli ou por Trumbore. No entanto, a crítica em relação a esses países podem ser melhor elaborada, se feitas a partir de abordagens que mais se aproximem dos pós-colonialismos, abrindo mão de discursos universalizantes, por meio dos quais as idiossincrasias dos Estados do Sul são observadas a partir de um olhar alteritário etnocêntrico,

que julga que somente os direitos ocidentais podem garantir a segurança e a paz dentro dos Estados e para a comunidade internacional.

Depois de finalizada essa pesquisa, que de forma alguma se pretendeu exaustiva, o que se pode tentar a partir daqui é a construção de abordagens pós-coloniais, dentro das Relações Internacionais, para entender a dinâmica dos Estados do Sul diante das dinâmicas de segurança internacional. Da mesma forma, seria interessante o desenvolvimento de pesquisas para identificar qual a agenda de segurança dos BRICS, especificamente do Brasil, em relação aos *weak* e *rogue states*. E ainda, para dá um passo a mais, no tocante às taxonomias estatais, resta discutir o processo de construção dos *failed states*.

Referências

AYERBE, Luis Fernando. Os Territórios Não-Governados na Agenda de Segurança dos EUA -afirmação da ordem mundial estadocêntrica? *Política Externa*, vol. 21, nº 1, p. 107-114, 2012. Disponível em: Acesso em 15/05/2013

AYOOB, Mohammed. Security in the Third World - the worm about to turn? *International Affairs*, vol. 60, nº 1, p. 41-51, 1983-1984. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/2618929>> Acesso em: 26/04/2011

_____. The Security Problematic of the Third World. *World Politics*, vol. 43, nº. 2, p. 257-283. 1991. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2010473>> Acesso em: 27/04/2011

BARKAWI, Tarak. LAFFEY, Mark. The Postcolonial Moment in Security Studies. *Review of International Studies*, vol. 32, p.329–352, 2006. Disponível em:
m: <http://iis-db.stanford.edu/pubs/21193/The_Postcolonial_Moment_in_Security_Studies.pdf>

BBC NEWS. U.S. eases North Korea Sanctions. 2000. Disponível em:
<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/797655.stm>> Acesso em: 08/12/12

BILGIN, Pinar. The “Western-Centrism” of Security Studies – “blind spot” or constitutive practice. *Security Dialogue*, 2010. Disponível em:<
<http://sdi.sagepub.com/content/41/6/615.full.pdf>>. Acesso em: 04/09/12

BILGIN, Pinar e MORTON, Adam. Historicising Representations of “Failed States”: Beyond the Cold-War Annexation of the Social Sciences?. *Third World Quarterly*, vol. 23, nº1, p. 55-80, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3993576>>. Acesso em: 06/07/2011

BRAILLARD, Philippe. Teoria das Relações Internacionais Lisboa: Fundação Caluoste Gulbekian, p. 500-515, 1990. Disponível em:
<http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20101/291482_taxon_brailard.pdf> Acesso em: 10/02/2013

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security Analysis: conceptual apparatus. In: **Security**: a new framework for analysis. 1998. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=j4BGr-Elsp8C&oi=fnd&pg=PR7&dq=Security:+a+new+framework+for+analysis.&ots=bMsdn_ZB09&sig=f26ACWd1634MA525KCB87mmMnLQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>
Acesso em 22/03/2013

CAPRIOLI, Mary. Human Rights in Interstate Dispute, 1980-2001. *Journal of Peace Research*, vol. 43, nºo. 2, p. 131–148, 2006. Disponível em:<
<http://www.uk.sagepub.com/martin3study/articles/Caprioli.pdf>>. Acesso em: 21/07/2012

CAPRIOLI, Mary; TRUMBORE, Peter. Rhetoric versus Reality: Rogue States in Interstate Conflict. *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, n.º. 5, p. 770-791. 2005. Disponível em: <www.jstor.org/stable/30045152> 21 Acesso em: 30/05/ 2012

_____. Human Rights Rogues – aggressive, dangerous, or both? In: ROTBERG, Robert (org.) **Worst by Worst** - dealing with repressive and rogue nations, 2007.

_____. First Use of violent Force in Militarize Interstate Dispute, 1980-2001. *Journal of Peace Research*, vol. 43, n.º 6, p. 741-749, 2006 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27640422>> Acesso em: 30/05/2012

CASANOVA, Pablo González. A exploração e dominação do Terceiro Mundo como ameaça (sic) à segurança mundial: um tabu epistemológico. In: **O Colonialismo Global e a Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Hybris del Punto Cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT. Stewart Patrick. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/content/expert/detail/2715/>> Acesso em: 21/03/2013

CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AND CONFLICT MANAGEMENT. **Minorities at Risk Organizational Behavior**. 2008. Disponível em: <http://www.cidcm.umd.edu/mar/data/marob/me_marob_sept08_codebook.pdf> Acesso em: 12/02/2013

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CONSEJO DE DEFENSA NACIONAL. **National Defense Directive**. 2008. Disponível em: < <http://www.defensa.gob.es/Galerias/politica/seguridad-defensa/ficheros/DGL-DirectivaDefensaNacionalENG.pdf>> Acesso em: 20/03/2013

COSTA, Sergio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 21, n.º. 60, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf>> Acesso em: 12/02/2013

CHANG, Há-Joo. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP. 2004

DESCH, Michel D. War and Strong States, Peace and Weak States? *International Organization*, vol. 50, n.º 2, p. 237-268. 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2704078>> Acesso em: 31/05/2011

ESPANHA. **Estrategia Española de Seguridad**: una responsabilidad de todos. Madrid, 2011. Disponível em: < <http://www.lamoncloa.gob.es/nr/rdonlyres/d0d9a8eb-17d0-45a5-adff-46a8af4c2931/0/estrategiaespanoladeseguridad.pdf>> Acesso em: 20/03/2013

ESTADOS UNIDOS. **Terrorist Safe Havens**. 2012. Disponível em: <<http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2011/195549.htm>> Acesso em: 24/03/2013

_____. A Guide to United States' History of Recognition, Diplomatic, and Consular relations, by Country, since 1776: Libya. Disponível em: <<http://history.state.gov/countries/libya>> Acesso em: 21/05/2013

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1987. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1988. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1990. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1991. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1993. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1994. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1995. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1996. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1997. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 1998. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **U.S. National Security Strategy**. 2002. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

_____. **Ambassador Susan E. Rice**. Disponível em: <<http://usun.state.gov/leadership/c31461.htm>> Acesso em: 21/03/2013

FANON, Frantz. **Peles Negras Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FOUCAULT, Michel. As Regularidades Discursivas. In: **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA. Le Livre Blanc: Défense et Sécurité Nationale. Paris, 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/0000.pdf>> Acesso em: 20/03/2013

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977

FREEDOM HOUSE. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/>>

FUKUYAMA, Francis. Elementos ausentes em la Estatalidad. In: **La Construcción Del Estado**. Buenos Aires: Ediciones B, 2004.

_____. Construção de Estados. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. Resenha de ITUASSU, Arthur. O Estado Contra Ataca. Observatório Político Sul-Americano, 2005. Disponível em: <http://www.ituassu.com.br/6_resenhas_Resenha_Fukuyama.pdf> Acesso em: 27/03/2013

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961

_____. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, vol.6, p.167-191, 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/422690>> Acesso em: 05/01/2010

GOLDSTONE, Jack *et al.* **State Failure Task Force Report: Phase III Findings**. 2000. Disponível em: <globalpolicy.gmu.edu/pitf/SFTF%20Phase%20III%20Report%20Final.pdf> Acesso em: 15/10/ 2011

GROSFOGUEL, Ramón. World-Systems Analysis in the Context of Transmodernity, Border Thinking, and Global Coloniality. *Review Postcolonial Studies to Decolonial Studies: Decolonizing Postcolonial Studies* (Fernand Braudel Center), vol. 29, nº 2, p. 167-187, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40241659>> Acesso em 18/12/2012

_____. La Descolonización del Conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la Sociologia descolonial de Boaventura de Sousa Santos. 2011. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/RAMON%20GROSFOGUEL%20SOBRE%20BOAVENTURA%20Y%20FANON.pdf>> Acesso em: 18/12/2012

_____. Izquierdas e Izquierdas Otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de las nuevas izquierdas descoloniales. *Tabula Rasa*, nº 11, p.9-29, 2009. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero_once/presentacion.pdf> Acesso em: 18/12/2012

HALL, Stuart. Quando foi o Pós-Colonial? pensando no limite. In: **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990

HENRIKSEN, Thomas. The Rise and Decline of Rogue States. *Journal of International Affairs*, vol 54, nº2. 2001. Disponível em: <http://sipa.columbia.edu/PUBS/JOURNAL/pdf/henriksen_rogues.pdf> Acesso em:08/04/2012

HOBBSAWM, Eric. Terceiro Mundo e Revolução. In: **A Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, p.421-446, 1995.

HOYT, Paul. Rogue States and International Relations Theory. *The Journal of Conflict Studies*. 2000. Disponível em: www.lib.unb.ca/Texts/JCS/Fall00/contents.htm Acesso em: 15/04/2011

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações**: e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

JACKSON, Robert H. Quasi-States. Dual Regimes and Neoclassical Theory - international jurisprudence and the Third World. *International Organization*, vol. 41, n°. 4, p.519-549, 1987. Disponível em: www.jstor.org/stable/2706757. Acesso em: 15/04/2011

JOHN, Jonathan. Conceptualism the Causes and Consequences of Failed States: a critical review of literature. *Crises States Research Centre*, 2008. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?&lng=en&id=57427> Acesso em: 01/09/2012

KIM, Sang Joon. The Validity of Rogue States Politics. *Journal of Politics & International Affairs*. Disponível em: http://www.nyu.edu/clubs/jpia.club/PDF/Spring2008_Kim.pdf Acesso em: 07/11/2012

KROENIG, Matthew. Nuclear Proliferation update - exporting the bomb. 2010. Disponível em: www.cato.org/pubs/npu/npu_august2010.pdf Acesso em: 22/03/2013

LAMBACH, Daniel. Close Encounters in the Third Dimension: The Regional Effects of State Failure. In: LAMBACH, Daniel e DEBIEL, Tobias [org]. **State Failure Revisited**: Globalization of Security and Neighborhood effects. Duisburg: Institute for Development and Peace, University of Duisburg - Essen p.32-56, 2007. Disponível em: <http://inef.uni-due.de/page/documents/Report87.pdf> Acesso em: 25/09/2012

LOPES, Luis Paulo da M. e FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como Arma de Guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. *D.E.L.T.A.*, vol. 21, p.239-283, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29259.pdf> Acesso em: 28/09/2012

MAINGUENEAU, Dominique. Introdução. In: **Novas Tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

MAZURUI, Ali A. e WONDJI, Christophe. **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MCCLINTOCK, Anne. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term "Post-Colonialism". *Social Text*, n°. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, p. 84-98, 1992. Disponível em: <http://www.ffyh.unc.edu.ar/posgrado/cursos/rufer/McClintock.pdf> Acesso em: 01/03/2013

MCGANN, James G. 2011 Global GoTo Think Tanks (Index). Washington, 2012. Disponível em: <http://www.gotothinktank.com/wp-content/uploads/2012/01/TTCSP2012NPCPresentation.pdf> Acesso em: 03/09/2012

MCCLOUGHLIN, C. Topic **Guide on Fragile States, Governance and Social Development**. University of Birmingham, 2012. Disponível em:
<<http://www.gsdrc.org/docs/open/CON86.pdf>> Acesso em: 25/09/2012

MEDEIROS, Marcelo. Prerrogativas Estatais, Integração Regional e Lógica Distributiva. *Lua Nova*, nº58, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a08n58.pdf>> Acesso em:27/09/2012

MELLO, Alex Fiúza de. **Modo de Produção Mundial e Processo Civilizatório: os horizontes históricos do capitalismo em Marx**. Bélem: Paka-Tatu. 2001

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, p.5-10. 2008. Disponível em: < www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=978> Acesso em:28/09/2012

MEZZADRA, Sandro. Introducción. In: SPIVAK, Gayatri, HALL, Stuart, MOHANTY, Chandra [org]. **Estudios Postcoloniales: ensayos fundamentales**. Madrid: Quimada Gráficas, p.15-31, 2008.

NEWMAN, Edward. Failed States and the International Order: constructing a post-westphalian world. *Contemporary Security Policy*, vol.30, nº.3, p.421-443, 2009. Disponível em: < <http://www.contemporarysecuritypolicy.org/assets/CSP-30-3-Newman.pdf>> Acesso em: 13/05/2012

NYE, Joseph. Guerra Fria. In: **Cooperação e Conflito das relações internacionais**. São Paulo. Editora Gente. 2009

O'SULLIVAN, Meghan L. e SAUVAGE, Agné. Les Dilemmes de la Politique américaine vi-à-vis des Rogues States. *Politique étrangère*, nº1, p.67-80. 2000.

PAPAVERO, Nelson et al. **Historia de la Biología Comparada desde el Génesis Hasta el Siglo de las Luces**. Vol. III De Nicolás de Cusa a Francis Bacon (1493 - 1634). México Facultad de Ciencias, Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

PATRICK, Stewart. Weak States and Global Threats: Assessing Evidence of “Spillovers”. *Center for Global Development*, Working paper 73, 2006a. Disponível em:
<http://international.cgdev.org/sites/default/files/5539_file_WP_73.pdf> Acesso em: 28/05/2012

_____. Weak States and Global Threats: fact or fiction? *The Washington Quarterly*, p. 27-53, 2006b. Disponível em:
<http://www.cgdev.org/files/7034_file_06spring_patrickTWQ.pdf> Acesso em:28/05/2012

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem Crítica e Legitimação nos Estudos para a Paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 71, p. 5-19. 2005. Disponível em:
<www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=883> Acesso em: 25/04/2012

PUREZA, José. Do States Fail or are they Pushed - lessons learned from three former portuguese colonies. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/273.pdf>> Acesso em: 25/04/2012

PUREZA, José Manuel et al. **Prevenção de Conflitos Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa do Sistema Internacional**. Coimbra: FEUC, 2005. Disponível em: www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/385_prevencao_conflitos1.pdf. Acesso: 25/04/2012

QUIJANO, Anibal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: views from South*. 2000. Disponível em: <<http://www.unc.edu/~aescobar/wan/wanquijano.pdf>> Acesso em: 19/02/2013

RENO, William. War, Markets, and the Reconfiguration of West Africa's States. *Comparative Politics*, vol. 29, nº4, p.493-510, 1997. Disponível em: <<http://www.artsrn.ualberta.ca/courses/PoliticalScience/474A1/documents/WilliamRenoWarMarketsWestAfricaWeakStates.pdf>> Acesso em: 13/10/2012

RICE, Susan e PATRICK, Stewart. Index of State Weakness in the Developing World. The Brookings Institution, 2008. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/reports/2008/2/weak%20states%20index/02_weak_states_index.pdf>. Acesso em: 11/10/2012

ROELE, Isabel. We Have Not Seen the Last of the Rogue State. *German Law Journal*, vol 13, nº5, 2012. Disponível em: <http://www.germanlawjournal.com/pdfs/Vol13-No5/PDF_Vol_13_No_05_560-578_Articles_Roele.pdf> Acesso em: 25/03/2013

ROTBURG, Robert. Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators. In: **State Failure and State Weakness in a Time of Terror**. 2003. Disponível em: <<http://wilsoncenter.net/sites/default/files/Failed%20States,%20Collapsed%20States,%20Weak%20States-%20Causes%20and%20Indicators.pdf>> Acesso em: 11/10/2011

ROTBURG, Robert (org.). **When States Fail: Causes and Consequences**, Princeton University, 2004.

_____. Repressive, Aggressive, and Rogue Nation-States - how odious, how dangerous. In: **Worst of the Worst: dealing with repressive and rogue nations**, 2007.

RUBIN, Barry. U.S. Foreign Policy and Rogue States. *Middle East Review of International Affairs*, vol. 3, nº3, 1999. Disponível em: <<http://meria.idc.ac.il/journal/1999/issue3/jv3n3a7.html>>

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula [org]. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

SAUNDERS, Elizabeth. Setting Boundaries: can international society exclude rogue states. *International Studies Review*, vol. 8, nº1, p. 23-53, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3699734>> Acesso em: 31/05/2012

SESAY, Fatmata Lovetta. Conflict In Neighbouring (Developing) Countries: direct and Indirect Effects on Economic Growth. *Transformation, Integration and Globalization Economic Research*, nº68, 2004. Disponível em: <<http://www.tiger.edu.pl/publikacje/TWPNo68.pdf>> Acesso em: 10/10/2012

SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”. *Social Text*, nº 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, p. 99-113, 1992. Disponível em: <<http://www.ffyh.unc.edu.ar/posgrado/cursos/rufer/Shohat%20notes.pdf>> Acesso em: 01/06/2013

TEIXEIRA, Tatiana. Os Think Tanks Norte-Americanos e sua Fábrica de Visões de Mundo. *Sociologia e Política*: UFPR. 2009. Disponível: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT2/EixoV/think-tanks-americanos-TatianaTeixeira.pdf>> Acesso em: 29/11/2012

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, p.45-156, 1996.

UNITED STATE AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Fragile States Strategy**, 2005. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACA999.pdf>. Acesso em: 18/10/2012

_____. **Fragile State Indicators**: a supplement to the country analytical template, 2006. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADG262.pdf>. Acesso em: 20/10/12

WAEVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie [org]. **On Security**. New Yorker: Columbia University Press, 1998.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos. In: **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.2 São Paulo: Ed. UnB, 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/9502816/Max-Weber-Economia-e-Sociedade-Fundamentos-Da-Sociologia-Compreensiva-Vol-2>> Acesso em: 13/11/2012.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WEINSTEIN, J., EIZENSTAT, S., PORTER, J. On The Brink: weak states and U.S. National Security, 2004. Disponível em: http://www.cgdev.org/section/initiatives/_archive/weakstates. Acesso em: 10/10/2012

WORMER, Katherine. Restorative Justice: across the east and the west. In: WORMER, Katherine [org]. **Restorative Justice: across the east and the west**. 2008. Disponível em: <web.uta.edu/ssw/delliott/6305/Global%20Social%20justice.pdf> Acesso em: 24/03/2013

WYLER, Liana Sun. *Weak and Failing States: Evolving Security Threats and Policy U.S. CRS Report to Congress*, 2008. Disponível em:
<<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34253.pdf>> Acesso em: 28/09/2012

ZEHR, Howard e GOHAR, Ali. *The Little Book of Restorative Justice*. 2003. Disponível em:
<www.unicef.org/tdad/littlebookrjpakaf.pdf> Acesso em: 24/03/2013